



DIA

da Assembleia

IX LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2002-2003)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE MARÇO DE 2003

Presidente: Ex.^{mo} Sr. João Bosco Soares Mota Amaral

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 António João Rodeia Machado

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas. Deu-se conta da apresentação na Mesa da proposta de lei n.º 49/IX, dos projectos de lei n.ºs 263 e 264/IX, dos projectos de resolução n.ºs 133 a 136/IX e do facto de terem caducado os processos relativos às apreciações parlamentares n.ºs 55 e 56/VIII.

O Sr. Presidente comunicou à Câmara que o Sr. Presidente da República procedeu à devolução do Decreto da Assembleia da República n.º 30/IX — Terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 468/71, de 5 de Novembro (Revé, actualiza e unifica o Regime Jurídico dos Terrenos do Domínio Público Hídrico) e leu a mensagem do Sr. Presidente da República sobre a sua recusa de promulgação do Decreto Assembleia da República n.º 34/IX — Revoga o Rendimento Mínimo Garantido previsto na Lei n.º 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o Rendimento Social de Inserção.

Na apresentação das moções de censura n.ºs 1/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo seu apoio ao desencadear de acções militares contra o Iraque de forma unilateral e sem apoio em resolução específica do Conselho de Segurança (PS), 2/IX — Ao XV Governo Constitucional por a guerra contra o Iraque violar a Carta das Nações Unidas e ser realizada à margem e contra o direito internacional (PCP), 3/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo apoio à guerra ilegal dos Estados Unidos da América e do Reino Unido contra o Iraque (BE) e 4/IX — Ao XV Governo Constitucional pela sua atitude de apoio à intervenção militar dos Estados Unidos da América contra o Iraque à margem de qualquer reso-

lução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Os Verdes), intervieram os Srs. Deputados Eduardo Ferro Rodrigues (PS), Carlos Carvalhas (PCP), Luís Fazenda (BE) e Isabel Castro (Os Verdes) e o Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso).

No debate intervieram, a diverso título, além do Sr. Primeiro-Ministro e dos Srs. Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas (António Martins da Cruz), os Srs. Deputados Telmo Correia (CDS-PP), Eduardo Ferro Rodrigues (PS), José de Matos Correia e Leonor Beleza (PSD), Carlos Carvalhas (PCP), António Costa (PS), Luís Fazenda (BE), Isabel Castro (Os Verdes), Henrique Chaves (PSD), Honório Novo (PCP), João Teixeira Lopes (BE), Heloisa Apolónia (Os Verdes), Bernardino Soares (PCP), Luisa Mesquita (PCP), Guilherme d'Oliveira Martins, Maria do Rosário Carneiro e Medeiros Ferreira (PS), Lino de Carvalho (PCP), Manuel Alegre (PS) e António Filipe (PCP).

No encerramento do debate, usaram da palavra, além do Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas), os Srs. Deputados Eduardo Ferro Rodrigues (PS), Bernardino Soares (PCP), Joana Amaral Dias (BE) e Heloisa Apolónia (Os Verdes).

Rejeitadas as moções de censura, por não terem obtido a maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, a Câmara tomou, ainda, conhecimento da entrada na Mesa do projecto de resolução n.º 137/IX.

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 21 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Abílio Jorge Leite Almeida Costa
 Adriana Maria Bento de Aguiar Branco
 Alexandre Bernardo Macedo Lopes Simões
 Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 Ana Paula Rodrigues Malojo
 António Alfredo Delgado da Silva Preto
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Fernando de Pina Marques
 António Henriques de Pinho Cardão
 António Joaquim Almeida Henriques
 António Manuel da Cruz Silva
 António Maria Almeida Braga Pinheiro Torres
 António Pedro Roque da Visitação Oliveira
 Bernardino da Costa Pereira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos Alberto da Silva Gonçalves
 Carlos Alberto Rodrigues
 Carlos Manuel de Andrade Miranda
 Carlos Parente Antunes
 Daniel Miguel Rebelo
 Diogo de Sousa Almeida da Luz
 Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
 Eugénio Fernando de Sá Cerqueira Marinho
 Fernando António Esteves Charrua
 Fernando Jorge Pinto Lopes
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho
 Fernando Santos Pereira
 Francisco José Fernandes Martins
 Gonçalo Dinis Quaresma Sousa Capitão
 Gonçalo Miguel Lopes Breda Marques
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Monteiro Chaves
 Hugo José Teixeira Velosa
 Ismênia Aurora Salgado dos Anjos Vieira Franco
 João Bosco Soares Mota Amaral
 João Carlos Barreiras Duarte
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José Gago Horta
 João Manuel Moura Rodrigues
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Miguel Parelho Pimenta Raimundo
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 Jorge Nuno Fernandes Traila Monteiro de Sá
 Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
 José Agostinho Veloso da Silva
 José António Bessa Guerra
 José António de Sousa e Silva
 José Manuel Álvares da Costa e Oliveira
 José Manuel Carvalho Cordeiro
 José Manuel de Lemos Pavão
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel dos Santos Alves

José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
 José Manuel Pereira da Costa
 Judite Maria Jorge da Silva
 Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira
 Luís Filipe Alexandre Rodrigues
 Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
 Luís Filipe Soromenho Gomes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Marco António Ribeiro dos Santos Costa
 Maria Assunção Andrade Esteves
 Maria Aurora Moura Vieira
 Maria Clara de Sá Moraes Rodrigues Carneiro Veríssimo
 Maria da Graça Ferreira Proença de Carvalho
 Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Elisa Rogado Contente Domingues
 Maria Eulália Silva Teixeira
 Maria Goreti Sá Maia da Costa Machado
 Maria Isilda Viscaia Lourenço de Oliveira Pegado
 Maria Leonor Couceiro Pizarro Beleza de Mendonça Tavares
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres V. Carrascalão da Conceição Antunes
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Paula Barral Carloto de Castro
 Maria Teresa da Silva Moraes
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Fernando Alves Ramos Coleta
 Paulo Jorge Frazão Batista dos Santos
 Pedro do Ó Barradas de Oliveira Ramos
 Pedro Filipe dos Santos Alves
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte
 Rodrigo Alexandre Cristóvão Ribeiro
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Rui Miguel Lopes Martins de Mendes Ribeiro
 Salvador Manuel Correia Massano Cardoso
 Sérgio André da Costa Vieira
 Vasco Manuel Henriques Cunha
 Vítor Manuel Roque Martins dos Reis

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros
 Alberto Arons Braga de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alberto de Sousa Martins
 Alberto Marques Antunes
 Ana Maria Benavente da Silva Nuno
 Antero Gaspar de Paiva Vieira
 António Alves Marques Júnior
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António José Martins Seguro
 António Luís Santos da Costa
 António Ramos Preto
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Ascenso Luís Seixas Simões
 Augusto Ernesto Santos Silva
 Carlos Manuel Luís

Edite Fátima Santos Marreiros Estrela
 Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita
 Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues
 Elisa Maria da Costa Guimarães Ferreira
 Fausto de Sousa Correia
 Fernando dos Santos Cabral
 Fernando Manuel dos Santos Gomes
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Fernando Ribeiro Moniz
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Guilherme Valdemar Pereira d'Oliveira Martins
 Jaime José Matos da Gama
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Barroso Soares
 João Cardona Gomes Cravinho
 Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 Jorge Paulo Sacadura Almeida Coelho
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José António Fonseca Vieira da Silva
 José Apolinário Nunes Portada
 José Augusto Clemente de Carvalho
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José da Conceição Saraiva
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros
 José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Leonor Coutinho Pereira dos Santos
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Alberto da Silva Miranda
 Luís Manuel Capoulas Santos
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel Maria Ferreira Carrilho
 Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Cristina Vicente Pires Granada
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
 Maria do Carmo Romão Sacadura dos Santos
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
 Maximiano Alberto Rodrigues Martins
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Nelson da Cunha Correia
 Nelson Madeira Baltazar
 Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo José Fernandes Pedroso
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins

Rui António Ferreira da Cunha
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Vicente Jorge Lopes Gomes da Silva
 Victor Manuel Bento Baptista
 Vitalino José Ferreira Prova Canas
 Vítor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Popular (CDS-PP):

Antonino Aurélio Vieira de Sousa
 António Herculano Gonçalves
 Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
 Isabel Maria de Sousa Gonçalves dos Santos
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 João Rodrigo Pinho de Almeida
 José Miguel Nunes Anacoreta Correia
 Manuel de Almeida Cambra
 Manuel Miguel Pinheiro Paiva
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Daniel Fugas Veiga
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues
 António João Rodeia Machado
 Bernardino José Torrão Soares
 Bruno Ramos Dias
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Luísa Raimundo Mesquita
 Maria Odete dos Santos
 Vicente José Rosado Merendas

Bloco de Esquerda (BE):

Joana Beatriz Nunes Vicente Amaral Dias
 João Miguel Trancoso Vaz Teixeira Lopes
 Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia
 Isabel Maria de Almeida e Castro

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai proceder à leitura do expediente.

O Sr. Secretário (Duarte Pacheco): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: proposta de lei n.º 49/IX — Procede à segunda alteração da Lei n.º 144/99, de 31 de Agosto, que aprova a Lei de Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal, que baixou à 1.ª Comissão, projectos de lei n.os 263/IX — Lei do enquadramento base das medicinas não convencionais (PS), que baixou à 8.ª Comissão, e 264/IX — Isenta as vias integradas no sistema viário principal de acesso e circulação no interior das áreas metropolitanas (PCP), que baixou à 4.ª Comissão, projectos de resolução n.os 133/IX — Situação do sector avícola português

(CDS-PP), 134/IX — Viagem do Presidente da República à Argélia (PAR), 135/IX — Regulamentação da osteopatia (CDS-PP) e 136/IX — Recomenda ao Governo a aplicação de um programa de urgência para a recuperação económica e a manutenção dos postos de trabalho no sector avícola (BE).

Sr. Presidente, os processos relativos às apreciações parlamentares n.^os 55/VIII — Requerimento do PSD solicitando a apreciação pela Assembleia da República do Decreto-Lei n.^o 276/2001, de 17 de Outubro, e 56/VIII — Requerimento do PCP solicitando a apreciação pela Assembleia da República do Decreto-Lei n.^o 276/2001, de 17 de Outubro, caducaram, visto que no número de reuniões plenárias regimentalmente obrigatório não surgiram os textos finais das respectivas comissões.

Em matéria de expediente, é tudo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, tenho a dar conhecimento à Câmara de que o Sr. Presidente da República, nos termos dos artigos 136.^º, n.^o 5, e 279.^º, n.^o 1, da Constituição da República Portuguesa, procedeu à devolução do Decreto da Assembleia da República n.^o 30/IX — Terceira alteração ao Decreto-Lei n.^o 468/71, de 5 de Novembro (Revê, actualiza e unifica o Regime Jurídico dos Terrenos do Domínio Público Hídrico), uma vez que o Tribunal Constitucional, em sede de fiscalização preventiva, se pronunciou pela inconstitucionalidade das normas constantes no n.^o 8 do artigo 3.^º e no n.^o 1 do artigo 36.^º do Decreto-Lei n.^o 468/71. Conforme dispõe a Constituição, iremos proceder a uma nova apreciação deste Decreto da Assembleia da República.

Por outro lado, anteontem, dia 24, foi recebida uma comunicação do Sr. Presidente da República, devolvendo, sem promulgação, ao abrigo do artigo 136.^º, n.^o 1, da Constituição, o Decreto da Assembleia da República n.^o 34/IX — Revoga o Rendimento Mínimo Garantido previsto na Lei n.^o 19-A/96, de 29 de Junho, e cria o Rendimento Social de Inserção, e solicitando uma nova apreciação deste diploma, nos termos de uma mensagem cujo texto passo a ler: «O Decreto n.^o 18/IX da Assembleia da República procedeu à revogação do rendimento mínimo garantido previsto na Lei n.^o 19-A/96, de 29 de Junho, e criou, em sua substituição, o rendimento social de inserção.

Enquanto que a Lei n.^o 19-A/96, de 29 de Junho, que criou o rendimento mínimo garantido, reconhece a titularidade do direito à prestação de rendimento mínimo aos indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, o artigo 4.^º, n.^o 1, do Decreto n.^o 18/IX da Assembleia da República, com ressalva das excepções também já previstas na lei em vigor e das posições subjectivas dos actuais beneficiários, apenas garantiu a titularidade do direito ao rendimento social de inserção às pessoas com idade igual ou superior a 25 anos.

Esta exclusão genérica de acesso ao rendimento social de inserção por parte dos jovens até aos 25 anos mereceu-me as maiores dúvidas de constitucionalidade, tanto mais que o diploma em causa não compensava essa exclusão através de quaisquer outras medidas de apoio social. Nesse sentido, solicitei ao Tribunal Constitucional que verificasse se aquela norma de exclusão violava o artigo 63.^º, n.^os 1 e 3, da Constituição, bem como os artigos 12.^º, n.^o 1, e 13.^º, n.^o 1, da Constituição.

O Tribunal Constitucional, de forma inequívoca, considerou que a norma em apreço era, de facto, inconstitu-

cional. Considerando haver, desde logo, violação do princípio constitucional decorrente dos artigos 1.^º, 2.^º e 63.^º, n.^os 1 e 3, o Tribunal Constitucional pronunciou-se pela inconstitucionalidade daquela norma, dispensando-se, consequentemente, de verificar as outras dúvidas de constitucionalidade.

O Tribunal Constitucional considerou, assim, que a exclusão de acesso ao rendimento social de inserção por parte dos jovens entre os 18 e os 25 anos, nos termos em que essa exclusão era regulada no Decreto n.^o 18/IX da Assembleia da República, violava o direito fundamental a um mínimo de existência condigna, postulado, em primeira linha, pelo princípio do respeito pela dignidade humana.

Ficou assim claro, segundo o Tribunal Constitucional, que estava em causa, não apenas o problema sensível da necessária observância dos direitos fundamentais de natureza social, como, ainda, uma questão da maior gravidade em Estado de direito, qual seja o da consideração devida ao princípio da dignidade da pessoa humana que funda a República Portuguesa.

Ora, considerando a importância e a gravidade do que está em causa, não parece que, atendendo ao debate a propósito realizado na Assembleia da República e ao teor das alterações agora introduzidas, as preocupações de natureza social e de respeito pela dignidade da pessoa humana, justamente assinaladas pelo Tribunal Constitucional, tenham sido devidamente atendidas.

O diploma agora aprovado continua a discriminar negativamente os jovens, na medida em que, sem qualquer compensação, lhes impõe obrigações que não aplica aos restantes titulares. Mais: onde antes discriminava os jovens dos 18 aos 25 anos, agora discrimina dos 18 aos 30 anos. Não tendo sido avançadas no debate quaisquer justificações para esta alteração de limite etário, não se percebe que motivos podem ter estado na origem da nova opção do legislador.

De acordo com as alterações agora introduzidas, os jovens entre os 18 e os 30 anos e só eles, ainda que tenham direito ao rendimento social de inserção, precisam, quando se candidatam à respectiva atribuição, de preencher a condição específica de estarem inscritos como candidatos a emprego no centro de emprego há, pelo menos, seis meses. Isto significa, na prática, que os jovens entre os 18 e os 30 anos podem ver-se em situação de extrema penúria durante largos meses sem qualquer apoio material, mesmo que a sua situação de carência seja de maior gravidade que a daqueles que, por terem mais de 30 anos, têm imediato acesso ao rendimento social de inserção. Mesmo quando o jovem afectado se encontre no limiar da sobrevivência, o Estado obriga-o a esperar penosamente pelo decurso do tempo (no mínimo seis meses) até que possa receber alguma ajuda que, diferentemente, é desde logo concedida a outros concidadãos pela única razão de terem mais de 30 anos.

Como se percebe do debate realizado na Assembleia da República, a razão invocada para esta discriminação negativa é a de uma maior preocupação, relativamente aos mais jovens, com a sua inserção no mercado de trabalho, na formação profissional e na disponibilidade para o trabalho. Ou seja, tratar-se-ia não de uma penalização mas, no fundo, de uma verdadeira ajuda aos jovens.

Porém, se esta é a razão, porquê não atribuir, então, em condições de igualdade, o direito ao acesso de todos ao rendimento social de inserção, ainda que os mais jovens só

pudessem manter a ajuda correspondente desde que se inscrevessem nos centros de emprego e demonstrassem disponibilidade activa como candidatos a emprego?

Se há medidas menos restritivas que permitem atingir os mesmos fins com igual grau de eficácia, por que razão se opta pela medida mais penalizadora para os jovens?

Qual a necessidade racional de manter os jovens, e só eles, numa situação de penúria durante largos meses, sem qualquer ajuda material, quando se sabe que, sobretudo nessa idade, essa pode ser a diferença que decide entre a queda na marginalidade ou a inserção social?

O nosso país vive um período de grande incerteza. Como se percebe de todos os indicadores económicos e sociais, atravessamos um momento em que as camadas mais deprimidas da população são as primeiras vítimas das dificuldades estruturais ou conjunturais que nos afectam. Numa situação como esta, os jovens à procura do primeiro emprego ou a braços com o desemprego estão na primeira linha dos mais atingidos.

A sensibilidade para com as questões sociais e para com a exclusão social deve ser uma preocupação transversal a toda a sociedade e a todos os decisores e agentes políticos. O País não perceberia que, quando se pedem sacrifícios a todos para recuperarmos da situação em que nos encontramos, se esqueça a solidariedade para com os mais débeis ou os mais desprotegidos, sobretudo quando, como assinala o Tribunal Constitucional, está em causa a dignidade da pessoa humana.

Esperando que este apelo encontre eco na Assembleia representativa de todos os portugueses, solicito à Assembleia da República, pelas razões apontadas, uma nova re-apreciação do diploma.»

Esta mensagem foi distribuída a todos os grupos parlamentares e ao Governo e já agendamos, em Conferência de Líderes, uma nova apreciação do diploma em causa.

Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos, hoje, na 100.º sessão plenária desta 1.ª sessão legislativa da IX Legislatura, proceder à apreciação, discussão e votação das moções de censura n.^{os} 1/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo seu apoio ao desencadear de acções militares contra o Iraque de forma unilateral e sem apoio em resolução específica do Conselho de Segurança (PS), 2/IX — Ao XV Governo Constitucional por a guerra contra o Iraque violar a Carta das Nações Unidas e ser realizada à margem e contra o Direito internacional (PCP), 3/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo apoio à guerra ilegal dos Estados Unidos da América e do Reino Unido contra o Iraque (BE) e 4/IX — Ao XV Governo Constitucional pela sua atitude de apoio à intervenção militar dos Estados Unidos da América contra o Iraque à margem de qualquer resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas (Os Verdes).

Temos, portanto, uma tarde muito longa e muito árdua de trabalho, pelo que peço a compreensão de todos para que se respeitem rigorosamente os tempos regimentais. Vou proceder de forma a cumprirmos a nossa agenda dentro do tempo previsto e acertado por consenso em Conferência de Líderes.

Por outro lado, peço a generosidade a todos os membros do Parlamento para conterem as suas manifestações de apoio ou de desapoio — o Parlamento é livre — dentro dos limites que permitam que os nossos trabalhos possam respeitar toda a dignidade desta Casa representativa de todos os portugueses.

Acresce que os nossos trabalhos são seguidos atentamente pelos nossos concidadãos através da televisão, o que é um factor acrescido de responsabilização para com todos os membros do Parlamento.

Sem mais delongas, vamos iniciar o debate. Vou começar por dar a palavra aos responsáveis dos partidos censurantes, para apresentarem as moções de censura, e depois ao Sr. Primeiro-Ministro, para responder. Os pedidos de esclarecimento para cada um dos oradores serão anotados depois desse conjunto de intervenções e serão respondidos pela ordem de inscrição dos respectivos oradores.

Tem a palavra, para apresentar a moção de censura n.^º 1/IX, o Sr. Deputado Eduardo Ferro Rodrigues, que dispõe de 15 minutos.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Neste século que ainda agora iniciámos já por duas vezes senti a mágoa de assistir a retrocessos históricos de grande dimensão.

Quantas vezes vivemos nas terríveis imagens do fumo negro cercando a ilha de Manhattan, em Setembro de 2001, uma sensação de dor, de impotência, de partilha da revolta. Todos nos sentimos nova-iorquinos e todos, cidadãos, nos sentimos atacados.

E quantos não sentiram, neste Março de 2003, nesta expedição bélica ao Iraque, um sabor a dor e a frustração?

Quantos não sentiram, com tristeza e mágoa, que os representantes de algumas das mais velhas e respeitáveis democracias do mundo estavam a escolher o caminho errado na luta contra o terror?

A deposição do regime despótico de Saddam Hussein, que ocorrerá em breve, é uma excelente notícia para todas as pessoas decentes em toda a parte do mundo e também no Iraque. No entanto, é uma deposição manchada com vidas e destruição e ferida pelo desprezo pelas regras do Direito e pelo aumento da instabilidade internacional que dela resultará.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Há uma semana que o mundo está em guerra. Uma guerra que, ainda que travada no terreno entre uma coligação de países — também nossos aliados — contra um Estado militarista e ditatorial, tem uma extensão bastante mais alargada. A guerra do Iraque afecta todo o mundo, com efeitos que irão certamente muito para além do seu impacto imediato. Esta guerra é uma tragédia.

Aplausos do PS.

Uma tragédia para os que nela combatem e para os civis que com ela sofrem.

Uma tragédia para o povo iraquiano, vítima de sucessivas guerras, vítima de um tirano e que agora se vê vítima das bombas que, supremo dos cinismos, são lançadas para o salvar.

Uma tragédia para os jovens britânicos e norte-americanos, que, já nestes primeiros dias de conflito, vieram as suas vidas precoce e brutalmente ceifadas.

Mas esta guerra é também um acontecimento trágico para o mundo e para os frágeis equilíbrios em que assenta a ordem internacional.

Cada bomba que cai no Iraque não é apenas uma bomba contra o regime de Saddam Hussein.

Cada bomba que cai no Iraque é uma bomba contra os valores e os princípios da democracia e do império da lei em que esta assenta.

Aplausos do PS.

Cada bomba que cai no Iraque é uma bomba contra a Carta das Nações Unidas.

Cada bomba que cai no Iraque é uma bomba contra o Direito internacional.

Cada bomba que cai no Iraque é uma bomba contra a construção e unidade europeias.

Estamos perante uma tragédia e, infelizmente, houve muitos que não fizeram tudo para a evitar.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Deputados: Disse-o já em Setembro, nesta mesma Assembleia: «Uma acção unilateral, à revelia das Nações Unidas e da legalidade internacional — digamo-lo com clareza — carece de base de legitimidade. E devo dizer que não terá o nosso apoio!»

Desde essa data que, coerente e sistematicamente, reafirmei essa posição.

Mantenho palavra por palavra o que disse em Setembro.

Desejei, e afirmei-o publicamente, que essa fosse uma posição de consenso no nosso país.

Infelizmente não foi essa a posição do Governo, que se foi alinhando progressivamente com a intervenção militar unilateral da Administração Bush.

Aplausos do PS.

É a política do Governo português que rompe com o consenso nacional em torno da política externa.

Uma ruptura provocada por um Governo que se afastou da defesa do Direito internacional que sempre caracterizou o Estado português nas últimas três décadas.

Uma ruptura provocada pelo Governo português que se afastou, com total ausência de visão de longo prazo, dos nossos parceiros mais empenhados na construção europeia.

As sucessivas acções e declarações do Primeiro-Ministro e do Governo português de apoio ao desencadear de uma guerra ilegítima, à margem do Conselho de Segurança, constituem actos da maior gravidade para Portugal,...

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... actos que quebram o importante consenso nacional na política externa.

Aplausos do PS.

Portugal precisa de voltar ao consenso que sempre existiu em termos de política externa. O País beneficia com esse consenso, mas é o Governo que tem de voltar a ele, abandonando o caminho errado que tem seguido.

O Governo avançou sozinho. Avançou contra o sentimento dos portugueses e sem dar ouvidos a ninguém. Avançou contra as opiniões repetidamente expressas pelo Presidente da República.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Isso é falso!

O Orador: — Há, de facto, uma ampla coligação, mas é uma ampla coligação contra esta guerra: uma coligação que vai da Igreja Católica, do Papa, até a importantes políticos norte-americanos; uma coligação que envolve referências éticas e morais de todo o mundo, do Presidente Mandela a Jimmy Carter; e também a voz de grandes referências da vida política portuguesa, como Freitas do Amaral e Mário Soares.

Aplausos do PS.

O Governo, na questão mais decisiva — a da guerra — avançou de forma pouco avisada e aventureira. E, assim, como é natural, terá uma forte e convergente oposição neste Parlamento, exprimindo-se através do voto.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta guerra podia ter sido evitada. Nesta guerra ninguém ganha.

É trágico que a pretensa construção de uma nova ordem internacional comece pela destruição da ordem existente; da frágil ordem existente. É sempre mais fácil destruir os passos pequenos que foram sendo dados, passos no sentido do multilateralismo, do primado da lei, do que voltar a construí-los. Onde pararão, agora, as intervenções unilaterais?

É para todos incompreensível e inaceitável que se tenha avançado para esta guerra, quando não foram esgotadas todas as soluções pacíficas para o desarmamento de Saddam Hussein e para fazer com que este cumprisse as resoluções do Conselho de Segurança. É esta a questão que ninguém comprehende e é esta atitude que tem ferido a credibilidade da posição norte-americana. Como não darão aos inspectores o tempo que estes pediram?

Aplausos do PS.

É, hoje, evidente que não ficou provada a impossibilidade de desarmar o regime de Saddam por via pacífica.

Esperar umas semanas não valerá a pena quando estão em causa vidas humanas? A resposta é clara: foi isto que pensaram os países que não aceitaram uma nova resolução e que correspondiam à clara maioria do Conselho de Segurança. Uma resolução do Conselho de Segurança autorizando esta guerra não foi vetada por país nenhum; a posição belicista, simplesmente, nunca contou com mais de quatro partidários entre os 15 membros — apesar das inadmissíveis pressões que alguns países procuraram exercer.

Aplausos do PS.

Países que foram muito pressionados e que são tradicionalmente próximos dos Estados Unidos da América, como o México, não cederam às pressões da actual Administração norte-americana para o apoio no Conselho de Segurança. Mas Portugal, num assomo de precipitação sôfrega, decidiu colocar-se na linha da frente do apoio a uma guerra ilegítima, precipitada e que não resulta de nenhuma ameaça iminente.

Aplausos do PS.

O mundo avançou, por isso, para uma guerra sem consenso moral.

O mundo avançou para uma guerra contra uma larga maioria dos cidadãos das democracias ocidentais.

O mundo foi arrastado para uma guerra por força de uma gestão política desastrosa de todo este processo por parte da actual administração dos Estados Unidos da América. E alguns aliados dos Estados Unidos — entre os quais o Governo português — não tiveram a coragem de, como aliados, procurar que a Administração norte-americana inflectisse o seu caminho.

Aplausos do PS.

O Governo português albergou a cimeira das Lajes: a «cimeira da guerra», a cimeira do ultimato às Nações Unidas, a cimeira que abriu as portas para a guerra! Uma cimeira que foi anunciada 48 horas antes pelo Primeiro-Ministro como um esforço de paz, mas que foi de tal modo belicista que concedeu menos tempo ao Conselho de Segurança do que as 48 horas que o Presidente Bush concedeu mais tarde a Saddam Hussein e aos seus filhos!...

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta guerra não é, como pretendem fazer crer, em nada semelhante a outras intervenções, como é o caso, frequentemente referido, do Kosovo.

A intervenção no Kosovo respondeu a uma urgência humanitária. A não intervenção significava a continuação de um genocídio e de um massacre.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Esperar um dia, esperar uma semana, seria certamente trágico. Poder-se-á dizer o mesmo do caso do Iraque? Claramente que não!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Sim!

O Orador: — Não há qualquer indicação de que estivesse em curso um genocídio; não há qualquer indicação de que estivesse em curso uma intensificação da repressão que caracteriza, há mais de duas décadas, o ditador de Bagdade.

Aplausos do PS.

Por isso, na intervenção no Kosovo houve um enquadramento multilateral muito amplo — os Srs. Deputados não queiram, nem mesmo com barulho, «atirar areia para os olhos» de ninguém!...

Protestos do CDS-PP.

... havia um consenso entre todas as democracias do mundo ocidental, um consenso entre todos os aliados do Estado português, o que, manifestamente, não é o caso neste momento.

Aplausos do PS.

Além do mais, no Kosovo, era também o interesse nacional que estava em causa: o envolvimento do Estado português foi decisivo para, meses mais tarde, obter o envolvimento internacional para a resolução do drama de Timor Leste.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as}s e Srs. Deputados: Portugal e os portugueses nada ganham com esta guerra!

Aplausos do PS.

Em vez de se empenhar em articular-se com parceiros de dimensão semelhante à nossa para procurar conter os desígnios mais gravosos dos grandes, o Governo português distanciou-se deles, entretendo-se antes a hostilizar e ofender gratuitamente, sem qualquer sentido estratégico ou táctico, parceiros de peso.

A opção portuguesa tem de ser a do aprofundamento da construção europeia. O empenhamento nas boas relações entre Portugal e os EUA, bem como entre os EUA e a União Europeia, deve continuar a ser uma prioridade da política externa portuguesa. Uma sólida relação transatlântica deve ser um eixo estruturante da estabilidade e da construção europeias. Mas a posição não pode ser, como fez este Governo, a de colocar em causa as relações europeias para embarcar numa promessa atlantista feita apressadamente para dar uma ilusão de diplomacia a uma cimeira de guerra.

Aplausos do PS.

A política do Dr. Durão Barroso, nesta área internacional e, infelizmente, não só, tem sido profundamente censurável.

O Governo de Durão Barroso não entendeu, ou não quis entender, que estava a pôr Portugal do lado dos que fragilizam a unidade da União Europeia. E uma União Europeia mais frágil pode interessar a muitos, mas não interessa seguramente aos portugueses nem a Portugal!

Aplausos do PS.

No mundo em que viveremos a seguir à guerra como ficará a posição portuguesa?

Num mundo mais desregulado e onde o Direito internacional conte ainda menos terá Portugal alguma coisa a ganhar?

Num mundo onde a Europa se divide e não se relaciona como um todo com os EUA teremos algo a ganhar?

Num mundo onde o terrorismo verá a sua base de recrutamento acrescida e os seus alvos aumentados teremos algo a ganhar?

Mas também o digo claramente, numa altura em que o esforço de reconstrução terá de ser imenso, não deixaremos de bater-nos para que as Nações Unidas reassumam o papel que lhes é devido: um papel de motor da reconstrução,...

Aplausos do PS.

... um papel na garantia de que as riquezas do Iraque pertencerão aos iraquianos.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo: Num só acto, o Governo português deitou para o caixote de lixo princípios políticos, Direito internacional, sistema das Nações Unidas, consideração por outros aliados, concerto europeu, consenso nacional. Este é, sem dúvida, o mais grave dos procedimentos deste Governo. Este é, sem dúvida, o mais censurável dos seus actos.

Há momentos em que, pela sua gravidade, devemos agir exclusivamente em nome dos nossos valores.

As trágicas horas que vivemos, a guerra que agora se iniciou, o novo mundo que esta certamente trará obrigar-nos a ter posições firmes e claras.

Para mim, quando o que está em causa é a guerra, só me resta ser consequente com os meus princípios.

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Quais?

O Orador: — A minha posição e a posição do Partido Socialista é clara: esta guerra não é a solução e não é feita em nosso nome!

Aplausos do PS.

Os cidadãos do mundo não merecem este conflito e os portugueses não merecem que o Governo empurre Portugal para este caminho.

Aplausos do PS, de pé, de alguns Deputados do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

O Sr. Presidente: — Para proceder à apresentação da moção de censura apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro: Hoje, dia 26 de Março de 2003, o seu Governo está confrontado com muito mais do que quatro moções de censura, porque está, acima de tudo, confrontado com os seis dias já decorridos da guerra ilegal que quis, da guerra de destruição que apoia e da guerra de agressão de que é cúmplice.

Protestos do Deputado do CDS-PP Narana Coissoró.

O Sr. Primeiro-Ministro pode voltar a erguer, hoje e aqui, na sede da representação nacional, as cortinas de palavras que a inspiração do momento ou o esforçado labor dos seus colaboradores forem capazes de construir, mas a verdade é que ainda que as imagens e os relatos que nos chegam da guerra sejam apenas um centésimo de tudo o que de horrível, trágico e revoltante se está a passar e a acontecer deviam bastar para o seu sobressalto de consciência por ter ligado o nome de Portugal a esta cruzada.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro: olhe para a obra de devastação em curso no Iraque, imagine o terror e a insegurança de milhões de iraquianos escondidos e amontoados em caves e esmagados pela incerteza dos bombardeamentos, olhe as vítimas civis que, apesar de todas as precisões, vão sendo ceifadas, olhe para as expressões e

para o olhar dos prisioneiros de guerra de um lado e de outro e para o indizível medo que revelam. Imagine uma cidade como Bassorá, há vários dias sem água certamente porque as tropas americanas consideram os sistemas de abastecimento de água como perigosos alvos militares, olhe a catástrofe humanitária que, mais cedo ou mais tarde, se vai revelar em toda a sua dramática dimensão.

Olhe, pense, reflecta e, se não quer mudar, então, assuma a desumanidade e a barbárie que a maioria dos portugueses repreva e condena.

Aplausos do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Um especialista americano da *The Heritage Foundation* teorizou recentemente sobre a estratégia americana, resumindo-a do seguinte modo: os Estados Unidos agirão de maneira multilateral sempre que for possível e unilateral sempre que for necessário.

Esta foi sempre a postura da Administração Bush e o Governo português não a desconhecia. Bush declarou com clareza e por mais de uma vez que faria a guerra ao Iraque com a ONU ou sem a ONU.

É por isso que esta moção de censura é uma moção contra a hipocrisia e a mentira, é uma moção pela verdade.

Aplausos do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Contra a hipocrisia e a mentira porque o Governo português sabe muito bem que o que está em causa não é o desarmamento e a democratização do Iraque ou mesmo o derrube do ditador por um país com uma longa e afectuosa convivência com ditaduras — da Arábia Saudita ao Paquistão, do Sudão à Indonésia de 1965, do Chile de Pinochet ao ditador Saddam Hussein. O que está em causa não é a paz face à pseudo-perigosidade do regime. Não se constrói a paz, não se combate o terrorismo, nem se impõe a democracia com bombardeamentos.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Uma guerra imoral ilegítima e de rapina é, sim, o melhor meio para criar o caldo de cultura da vingança, dos actos desesperados, dos fundamentalismos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O que está em causa é a nova ordem do império, o domínio da região e dos ricos recursos petrolíferos iraquianos pelos EUA: a «*Bush Oil Connection*».

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A Administração Bush há muito que tinha decidido invadir o Iraque. A cobertura da ONU, se viesse, era-lhe útil e útil também para os seus vassalos, mas com a ONU ou sem a ONU a decisão estava tomada.

Um porta-voz da Casa Branca, algumas horas após o discurso presidencial decidindo o ataque, tirou todas as dúvidas, se ainda as houvesse, ao declarar: «mesmo que Saddam Hussein deixe o país, as tropas americanas invadirão o Iraque».

Esta moção de censura é, também por isso, uma moção contra o cinismo e pela autenticidade.

Aplausos do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Contra o cinismo daqueles que, na véspera da cimeira dos Açores, afirmavam que aquela era a última oportunidade para a paz quando tudo já estava decidido. Contra o cinismo dos que afirmavam que ainda havia 1% de chances para a paz quando sabiam que 1% de chances, se as havia, era para os nove países do Conselho de Segurança virem a apoiar uma segunda resolução, salvando a face dos falcões e, designadamente, de Blair e de Aznar.

Contra o cinismo daqueles que consideraram muito importante que, na cimeira dos Açores e à beira do desencauteamento da guerra, os EUA viesssem à pressa fazer promessas de solução do conflito israelo-palestiniano, quando é bem conhecido o prolongado apoio e a cumplicidade da Administração Bush com a política criminosa de Sharon.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Contra o cinismo daqueles que, como Bush, se reclamam da fé cristã, mas que, objectivamente, decidiram e apoiaram o massacre de inocentes e a barbárie da guerra.

Aplausos do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Esta moção de censura é uma moção contra a força e pelo direito dos povos a serem os donos dos seus próprios destinos.

Esta é uma guerra ilegítima e ilegal, decidida contra a vontade do Conselho de Segurança e à margem da ONU.

Uma guerra dita preventiva estaria sempre contra os princípios da Carta da ONU. Mas esta guerra não só não tem o apoio do Conselho de Segurança como é uma guerra que é condenada pela opinião pública mundial e pela maioria dos Estados do planeta. É um acto de agressão, um acto de força contra o Direito internacional e contra a ONU.

Se o objectivo fosse desarmar o Iraque, esta guerra era desnecessária, como afirmaram os inspectores da ONU, que, aliás, pediram mais tempo para poderem acabar o seu trabalho. Mas é uma evidência que isso não servia aos EUA que tinham e têm outros objectivos.

Por isso, esta moção é de censura a um Governo que apoia este acto de agressão a um país soberano, que apoia esta guerra dita preventiva e unilateral, fazendo prevalecer a força contra o direito.

Aplausos do PCP.

Mas esta moção de censura ao Governo é, também, uma moção de censura contra a vassalagem e pela dignidade.

O envolvimento de Portugal nos preparativos da guerra e o apoio do Governo a esta guerra é um acto de vassalagem ao império que envergonha Portugal.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Pelo artigo 7.º da Constituição da República Portuguesa, que a todos obriga, Portugal rege-se, nas

relações internacionais, pelos princípios da independência nacional e não pela subserviência; rege-se pela solução pacífica dos conflitos internacionais e não pelo apoio à guerra antes de estar esgotada sequer a via das inspecções da ONU; rege-se pela não ingerência nos assuntos internos dos outros Estados e não pela ingerência grosseira, como tem sido feito. Todos estes princípios estão a ser violados.

A realização do conselho de guerra em solo nacional, com o Primeiro-Ministro de Portugal no triste papel de ajudante menor, foi um acto de vassalagem que feriu os sentimentos da opinião pública, os valores do Portugal de Abril, os princípios da Constituição da República Portuguesa.

Aplausos do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Esta atitude só tem um classificativo: vergonha!

A Sr.ª Luísa Mesquita (PCP): — Uma vergonha!

O Orador: — Ao longo destes tempos, foi também chocante ouvir o Ministro dos Negócios Estrangeiros dizer que Portugal estava ao lado dos EUA, porque é este país e não a França, com os seus *ferry-boats* militares, que nos poderia defender. De quem, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros?

O que nos pode defender é a dignidade, a luta pela paz e a cooperação, a defesa de princípios e de valores, o cumprimento da Constituição da República.

Aplausos do PCP.

Esta é, ainda, uma moção de censura contra o crime e pela paz,...

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... porque neste acto de agressão, com tal desproporção de meios, ao que estamos a assistir é a uma guerra criminosa. Não há guerras limpas nem artifícios verbais como a dos chamados «danos colaterais» que escondam a morte e a destruição.

E a troca de sangue por petróleo é criminosa. Por isso, esta é, também, uma moção contra o crime, porque não há complexidade e modernidade tecnológica militar que tornem virtuais os mortos, os feridos, os estropiados, a destruição, a tragédia desta guerra. Recordemos as palavras indignadas do ex-Procurador-Geral dos EUA, Ramsey Clark, quando revelou que, na primeira guerra do Golfo, morreram mais de 150 000 iraquianos, principalmente civis.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — Esta é uma moção de censura pela paz porque entendemos que é necessário condenar, isolar, travar e combater os falcões da guerra e os governos que a apoiam; porque não aceitamos sem luta que a Humanidade tenha chegado ao século XXI com tantas maravilhas e avanços tecnológicos e, ao mesmo tempo, com as mesmas taras, conflitos e chagas sociais com que os nossos antepassados chegaram ao século XX. Temos a modernidade

e a sofisticação tecnológica ao serviço do regresso à força bruta e à idade das cavernas.

Não há artifício que transforme o horror da guerra em «guerra espectáculo» e, sobretudo, para as crianças e milhares de famílias que são as suas vítimas.

Por isso, Sr. Primeiro-Ministro Durão Barroso, apoiante desta guerra suja: quantas crianças e cidadãos indefesos serão necessários sacrificar para satisfazer a arrogância imperial de Bush e a ganância das companhias petrolíferas americanas e inglesas?

Aplausos do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Quantos cidadãos, Sr. Primeiro-Ministro Durão Barroso, terão de ser condenados à morte e sacrificados no altar do lucro para que a ordem americana reine nesta região e no mundo?

O senhor costuma dizer que também é pela paz. Mas a verdade é que apoia esta guerra. Faz lembrar aquele cartaz: «*bombing for peace is like...*». Os que fazem a guerra dizem sempre o mesmo.

Diz o Primeiro-Ministro que, entre a ditadura e a democracia, opta pela democracia, que, entre os EUA e a ditadura do Iraque, o Governo não fica neutral, apoia a guerra de agressão dos EUA. É uma evidência que estamos perante um sofisma. A opção não é entre a democracia e a ditadura. A opção é entre a paz e a guerra, é entre o direito e o seu deliberado esmagamento, é entre a valorização das Nações Unidas e uma guerra unilateral que a desprestigia.

Diz, ainda, que o Iraque não estava a cumprir a Resolução n.º 1441, portanto, para a fazer cumprir defende a guerra. Mas como o Primeiro-Ministro sabe, essa não é a opinião do Conselho de Segurança, nem dos inspectores da ONU, nem do Conselho Internacional dos Juristas, organismo de consulta jurídica da ONU que reúne dos mais destacados juristas e que considera esta guerra «um acto de agressão». Mas o Primeiro-Ministro nem se dá conta do que diz, pois, como é sabido, nunca se lhe ouviu uma palavra, mesmo em meia voz, mesmo em surdina, condenando, por exemplo, Israel por, frontal e reiteradamente, não cumprir várias resoluções da ONU.

Aplausos do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

É a política dos «dois pesos e duas medidas»!!

Mas que importa a coerência se o império faz o mesmo? — dirá o inefável Ministro dos Negócios Estrangeiros. Que importam o Direito, as Nações Unidas, a coesão da União Europeia se caímos nas boas graças dos «senhores do império»? Que importa que se tenha vendido armas ao Iraque e que se tenha apoiado Saddam na guerra contra o Irão? Isso já é passado. Que importa que, em 16 de Março, precisamente no dia em que teve lugar a vergonhosa cimeira dos Açores, há 15 anos atrás, os curdos na cidade de Halabja tivessem sido bombardeados com gás tóxico, se, nessa altura, Bagdade era apoiada pelos EUA e Saddam era abraçado por Donald Rumsfeld que lhe tinha trazido a sua cooperação tecnológica? Que importa a coincidência de uma data negra se o império tem sempre razão?!

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com esta nossa iniciativa, queremos censurar o Governo e dizer-lhe que, em nosso nome, não compromete o País nesta guerra suja e neste acto de agressão e vassalagem. Não nos compromete, nem à maioria da opinião pública portuguesa na caução a esta guerra, nem nos cálculos frios, cínicos e ignóbeis dos que conjecturam quanto vão ganhar na Bolsa, no petróleo, nas negociatas da reconstrução, a reconstrução de que tantos falam, sempre se esquecendo que o que a justifica é a prévia destruição que decidiram e apoiaram.

Com esta iniciativa, quisemos, também, prestar homenagem ao povo palestiniano na luta pelos seus direitos e às forças da paz que, em Israel, lutam contra a política criminosa da Sharon.

Quisemos prestar homenagem às vítimas das diversas nacionalidades que esta guerra já fez e vai fazer, manchando tragicamente este início do século XXI. E quisemos saudar a população dos EUA que, em diversas cidades, tem levantado com determinação a sua voz contra esta guerra injusta, bem assim como aqueles que, ainda esta semana, na cerimónia da entrega dos Óscares, condenaram corajosamente a guerra e a Administração Bush.

Aplausos do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tem de concluir, senão desligar-se-á o seu microfone.

O Orador: — Estou a terminar, Sr. Presidente.

Quisemos, também, saudar a opinião pública mundial que já infligiu uma derrota diplomática, política e ética aos falcões da guerra e que é necessário que continue a condenar as forças do império e dos vassalos, isto é, as forças políticas ditas aliadas. Quisemos saudar a opinião pública portuguesa e as forças da paz unidas no repúdio contra esta guerra e os que a defendem...

Aplausos do PCP, de pé, dos Deputados do PS Acácio Barreiros, Alberto Martins e Helena Roseta e da Deputada do Os Verdes Heloísa Apolónia.

O Sr. Presidente: — O seu tempo esgotou-se.

Para apresentar a moção de censura do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ao fim de uma semana de guerra no Iraque, a operação conduzida pelos Estados Unidos da América e pela Grã-Bretanha não se revelou nem fulminante, nem aclamada pela população. A gigantesca máquina de guerra anuncia sucessivamente a tomada de cidades para, consecutivamente, esclarecer que as vai retomar. Os políticos desta guerra, em Washington ou Londres, descobrem, com embaraço, que iraquianos ou curdos, muitos deles opositores do tirano de Bagdade, não os recebem como libertadores. Afinal, eles já conheciam a conquista por vários impérios. A resistência à invasão estará votada ao insucesso, mas apresenta-se mais duradoura do que os prognósticos dos belicistas. Os apelos patéticos de Bush e Blair para o apoio do povo iraquiano caíram no deserto.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — É verdade!

O Orador: — O protectorado que as potências invasoras querem estabelecer no Iraque é olhado exactamente como tal, como dominação estrangeira.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Muito bem!

O Orador: — É ainda pior o efeito político na região. O desalinhamento prático da Turquia. As ondas de rejeição em todo o Médio Oriente, o «choque e o pavor», quando o Irão já está anunciado como a próxima vítima do «eixo do mal». Cada aplauso de Sharon neste conflito cria novas legiões de fundamentalistas islâmicos e endeuza todos os Bin Laden em regiões sensíveis do mundo.

Aplausos do BE.

Bush, que foi diferindo de pretextos para esta guerra, sabe que petróleo e poder são as únicas motivações para esta conflagração. Como bem observou Robin Cook, se o Iraque dispuser de armas químicas, estas foram, em primeira mão, fornecidas pelos Estados Unidos e pela Grã-Bretanha.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Ninguém negará que Robin Cook sabe o que diz. E todos sabemos que a perseguição dos arsenais de armas de destruição maciça poria o planeta em guerra total.

Como soam a falso as intervenções do Primeiro-Ministro de Portugal sobre a libertação do Iraque. Não são só Bush e Blair que não têm eco na região — com eles estão os signatários da «Carta dos oito», os parceiros da cimeira da guerra nos Açores.

Dizia o Primeiro-Ministro, há poucos dias, neste Parlamento: «acusam-nos de uma tal maneira que até parece que estamos a mover uma guerra no Iraque, nós não declarámos guerra». Mas Portugal associou-se irremediavelmente a esta campanha e teve um protagonismo visível na cena internacional. A questão é mesmo essa: o País não está directamente na guerra, mas agiu como se estivesse.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — É verdade!

O Orador: — Nem Berlusconi, nem outros signatários da «Carta dos oito» tiveram o protagonismo de Aznar e Durão Barroso. Os Estados ibéricos, tão pressurosos a vinclar a sua fronteira atlântica, não fizeram sequer menção à fronteira do Mediterrâneo.

Portugal exibe o triste espectáculo de ser apoianta da coligação militar, anunciado, primeiro, pelo governo dos EUA e, depois, envergonhadamente admitido pelas autoridades de Lisboa — efectivamente, logo no dia seguinte ao Presidente da República ter expresso que Portugal não fazia parte da coligação militar...

Será um jogo de palavras? Não é, seguramente! É que a política externa dos EUA considera todos os apoiantes como fazendo parte da coligação internacional, da coligação guerreira que suporta a agressão dita preventiva.

Os préstimos belicistas do Governo português vão mais longe do que o Governo italiano. E cito o Governo italiano porque a Itália também alinhou, incondicional e sub-

servientemente, com as intenções de George W. Bush. É que Berlusconi apenas autorizou um uso limitado das bases e do espaço aéreo italiano, não sancionando qualquer tipo de operação militar relacionada com o ataque directo ao Iraque.

O Governo português não só não accionou os mecanismos do acordo militar com os EUA, que, a nosso ver, exigiria prévia autorização específica, como cedeu sem condição a Base das Lajes. Quem diria que Durão Barroso ultrapassava Sílvio Berlusconi!?

Temos para nós, sempre tivemos, que esta guerra era injusta e dissimulava os seus reais objectivos de hegemonia imperial, qualquer que fosse o sentido da decisão do Conselho de Segurança das Nações Unidas, dissemos-lo, porque, a nosso ver, o Direito internacional proíbe sempre as guerras de agressão. Mas é fantástico como o Primeiro-Ministro, que manifestou preferência no aval da ONU, obrigou-se a esse padrão por Programa do Governo e, depois, enfileira no apoio a uma acção unilateral, com dois tempos de elucidativa justificação. Num primeiro tempo, afirmando, mais no estrangeiro do que no País, que Portugal não seria neutral e seguiria a guerra ilegal dos Estados Unidos da América; e, num segundo tempo, admitindo aqui, no Parlamento, que há uma certa base de «legalidade» na cruzada norte-americana. Isto mesmo na véspera de o Presidente da República ter considerado que esta guerra é ilegal, nos parâmetros da comunidade internacional.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Estas justificações demonstram apenas o embaraço do Governo na cobertura das acções militares,...

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Muito bem!

O Orador: — ... mas são muito mais graves, porque significam a adesão à tese da guerra preventiva. A guerra preventiva afasta-se do Direito internacional, postulando a agressão, o uso da força sem qualquer perigo eminentíssimo; afasta-se da Carta das Nações Unidas e da perspectiva da solução pacífica de conflitos; afasta-se até da Lei Constitucional portuguesa, que advoga a não-agressão.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — A adesão à guerra preventiva exprime a consagração como política de Estado, na era contemporânea, da lei do mais forte no contexto internacional. Percebe-se bem que a guerra preventiva é a guerra infinita, acrescentando sucessivamente cada novo alvo ao eixo do mal, sendo que a superpotência determina, ela, o bem e o mal.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — É verdade!

O Orador: — Como pode Portugal aderir a esta visão da desordem internacional? O que podem os pequenos Estados neste contexto? Como concorrer para um mundo mais seguro, mais interdependente, mais equilibrado?

Seria positivo, neste quadro grave e de ruptura do ordenamento anterior, que a Europa pudesse ter a autonomia de rejeitar a guerra preventiva, pesem as divergências entre governos. Mas também aí o Governo português, entre outros, impede essa autonomia. Não se trata de saber quantos Estados estão do lado da coligação militar e quan-

tos se puseram de parte, ou das suas motivações; trata-se de saber, por exemplo, que validade tem, para um país como Portugal, a oposição a um directório europeu, quando se aceita acriticamente um director mundial.

Aplausos do BE.

O princípio da igualdade de Estados, tão reclamado na arena europeia, só pode ser vinculado ao Direito internacional que estabelece a igualdade de direitos.

A aquiescência cega à doutrina da guerra preventiva, mesmo que supostamente para eliminar o terrorismo, é o retorno ao *diktat*, sem qualquer capa de legalidade. A demarcação desta lógica seria a oportunidade para a autonomia europeia, para a segurança colectiva. O arrastamento da actual situação levará a um atrelamento aos Estados Unidos da América, em clara contradição com o desejo dos povos europeus e o manifesto veemente da opinião pública europeia.

Aplausos do BE.

A dicotomia de que falou aqui, no Parlamento, o Sr. Primeiro-Ministro, que diz preferir a segurança aos fundos europeus, é uma falsa dicotomia. Na verdade, o Estado português está mais isolado e mais frágil, na Europa. As dificuldades críticas dos governos britânico e espanhol deviam fazer tocar as campainhas de alarme para a política externa portuguesa.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Primeiro-Ministro: O Governo partiu para o último Conselho Europeu dizendo que ia «colar os cacos» — admissão implícita da falta de autonomia europeia —, mas não nos disse em que consistia a cola. Sabemos, agora, que patrocina a reconstrução do Iraque sob a égide da ONU. Que ironia trágica!

Mas não ouvimos uma palavra ao Sr. Primeiro-Ministro sobre a solução de poder que está a ser gizada para o Iraque. Recebeu o General Franks, que alguma imprensa estrangeira apontou como procônsul para o Iraque, mas não deu, desta feita, o Governo português nenhum sinal que possa ser ouvido pelos Estados árabes. Porquê este silêncio? Ou será justamente o eco do silêncio da Administração Bush?

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Curiosamente, a reconstrução do porto de Umm Qasr foi já prometida a um consórcio construtor americano, sem que a ONU tivesse sido tida ou achada.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Que vergonha!

O Orador: — Essa pretensa recolagem à ONU oblitera o principal: é que a ONU também está em cacos.

Com a gravidade que encerra, desconhecemos o que pensa o Governo sobre o futuro das Nações Unidas. Sabemos que altos responsáveis da Casa Branca consideram que «esta» ONU morreu. Ouvimos, há poucos dias, o ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros e o ex-Comissário Europeu, João de Deus Pinheiro, dizer que, por muito que nos desgrade, a ONU basicamente são os Estados Uni-

dos, únicos que podem garantir a segurança colectiva. Acompanha o Governo esta posição? Dá a mão ao «império global»?

Que sentido tem o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, ontem mesmo, em Genebra, apontar o dedo acusador à Coreia do Norte, onde não temos dúvidas de que se violam direitos humanos, senão repetir, dois dias depois, as declarações de Rumsfeld?

Aplausos do BE.

Não estamos já a promover mais uma corrida belicista? Que sentido tem senão o de abrir mais uma fractura nas Nações Unidas?

Sr. Primeiro-Ministro, as posições favoráveis à paz e ao desarmamento não são confundíveis, como tendenciosamente se quer fazer crer, com anti-americanismo; opomo-nos, isso sim, a um projecto imperial da Administração norte-americana. Mas revemo-nos em vasta parte da sociedade americana, que também contraria este projecto imperial...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

O Orador: — ... de uma fronteira planetária para os Estados Unidos da América e não do respeito pelos Estados e pelo Direito internacional. Trata-se de não querermos viver sob as ordens do império — parece que é o que diz a opinião pública mundial. E essa cidadania global é uma força nova no quadro internacional, que os governos não podem ignorar, do Atlântico ao Pacífico.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, censuramos o XV Governo pela gravidade das posições que comprometem Portugal na espiral da crise internacional e de uma guerra injusta, ilegitima e, agora, ilegal.

Aplausos do BE.

Censuramos o XV Governo por ter exposto Portugal ao mundo como o local da «cimeira da guerra», pelo envolvimento incondicional de Portugal com a política beligerante dos Estados Unidos da América e da Grã-Bretanha.

Censuramos o Governo por ter alienado qualquer perspectiva europeia de autonomia pela paz.

Nestas circunstâncias, independentemente da votação nesta Câmara, sabemos interpretar a vontade da larguíssima maioria do povo português que censura a conduta do governo PSD/CDS-PP.

Vozes do BE: — Muito bem!

O Orador: — Há razões diferenciadas para condenar esta guerra e a posição do Governo português. As oposições não escamoteiam as suas diferenças, mas na Avenida da Liberdade ou em São Bento sabemos dizer: não vamos por aí! A direcção é repor o Direito internacional.

Sr. Presidente, merece censura um Governo que, numa hora grave, se divorciou dos portugueses. Este Governo é cúmplice de uma mentira trágica. Não em nosso nome!

Aplausos da Deputada do BE Joana Amaral Dias e do Deputado do BE João Teixeira Lopes, de pé.

O Sr. Presidente: — Para apresentar a moção de censura n.º 4/IX, do Partido Ecologista «Os Verdes», tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Esta guerra é ilegal, ilegitima e injusta. O Governo português pôs-se ao lado da ilegalidade, da ilegitimidade e da injustiça.

Esta é uma guerra ilegal porque foi decidida unilateralmente, sem qualquer base jurídica, à margem de qualquer resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, violando grosseiramente o Direito internacional e os princípios definidos na Carta da ONU.

A Sr.ª Odete Santos (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Esta é uma guerra ilegítima porque infringe a regra basilar das normas de conduta da comunidade internacional, a preservação da paz, não correspondendo ao único e último recurso que eventualmente poderia justificar uma agressão militar, ou seja, a necessidade de agir em legítima defesa perante um ataque, que, sabe-se, por parte do Iraque não estava planeado.

E uma guerra ilegítima pois foi provocada por quem não esteve apostado em encontrar uma solução pacífica para o conflito, por quem desistiu de esgotar todos os meios diplomáticos ao seu alcance — meios esses que poderiam ter conduzido ao desarmamento e à neutralização das armas de destruição maciça, a existirem —, com o afastamento precipitado dos inspectores das Nações Unidas, contra o seu desejo e antes de concluírem a sua missão.

A desistência e o inexplicável abandono da pressão internacional, que poderia decerto ter conduzido a uma solução justa, integrada e pacífica para o conflito no Iraque e para toda a região.

Guerra cujo pretexto é um vago combate ao terrorismo, anunciado por aqueles que recorrem aos métodos deste, na mesma recusa da legalidade, no mesmo uso da violência, na mesma imposição da lei das armas, na mesma visão unilateral do mundo, mas que é, afinal e tão-só, feita em nome de interesses que nada têm a ver com a luta contra uma ditadura, nem com a defesa de direitos, da democracia e da liberdade.

Esta é ainda uma guerra injusta cuja defesa implica forçosamente, para quem a protagoniza ou para quem a apoia, a condenação à morte de milhares de seres humanos inocentes; implica a cumplicidade num acto de agressão que atenta contra o direito à vida de milhares de pessoas, sobretudo crianças e mulheres, civis. Civis que têm no olhar e na vida a marca de uma ditadura implacável; civis que estão a ser, neste momento e a esta hora, os primeiros a sucumbir, os principais sacrificados por este dilúvio de bombas e de violência, que está a semear sofrimento, destruição e morte.

São estas as razões, Sr. Presidente e Sr. Primeiro-Ministro, razões fortes, em que radica a nossa mais viva indignação, assenta o nosso protesto e se manifesta, através desta moção, a nossa censura ao Governo português.

Censura pelo modo como o Governo agiu, desde o início, neste processo; censura pelo modo como decidiu apoiar esta guerra; censura pelo modo como se colou incondicionalmente ao lado daqueles que criminosalemente a

desencadearam; censura, hoje, ainda e agora, pela forma indecorosa como o Governo tem pretendido justificar, desde o início, esta agressão militar, esta guerra imoral, numa posição, ética e politicamente, insustentável, que afronta os sentimentos da generalidade dos portugueses e que é contra o interesse nacional,...

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — ... censura que apresentamos e faz eco das vozes de todas as mulheres e homens que, de norte a sul do País, quebraram o silêncio e tomaram (alguns, pela primeira vez na sua vida) publicamente a palavra em defesa da paz e da vida.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Moção de censura que é a expressão institucional do sentimento generalizado de descontentamento e revolta, que grassa entre os cidadãos portugueses pelo modo como têm visto o Governo do seu país posicionar-se face a este dramático conflito; sentimento de descontentamento e de revolta a que aqui damos voz, em nome de milhares e milhares de pessoas, que convergem na censura ao Governo por o verem abandonar, de modo tão irresponsável, os princípios do Direito internacional pelos quais se rege a República Portuguesa, a saber, a liberdade e a democracia.

Censura a que damos voz e se faz em nome de todos aqueles que vêm, com descontentamento e revolta, o Governo do seu país abdicar, na condução da política externa, da efectiva procura de soluções pacíficas para os conflitos internacionais.

Censura a que damos voz e faz eco daqueles que, com descontentamento, vêm o Governo do seu país renunciar a cumprir os deveres a que constitucionalmente está obrigado e renunciar aos valores humanistas e civilizacionais da nossa tradição jurídica, estando não a favor da paz mas a favor de uma guerra que viola e é contrária aos interesses de uma política europeia.

Censura a que damos voz e com a qual seguramente muitos se identificam, feita em nome dos que recusam ver o Governo de Portugal espezinhar princípios que são a marca fundamental e a matriz da Constituição da República Portuguesa e da Carta das Nações Unidas.

Censura, forçosamente, por ver desprezar, numa atitude de ética e culturalmente inaceitável, a paz, esse valor supremo da Humanidade.

Censura a que damos voz e feita em nome daqueles que, com descontentamento e revolta, têm assistido ao posicionamento do Governo português, em todo este processo relativo ao Iraque, ao lado da Administração Bush, num apoio acrítico, incondicional e seguidista, à volta de uma acção belicista, que afronta a consciência e não contribui para a resolução de qualquer problema.

Censura a que damos voz em nome dos portugueses que, com descontentamento e revolta, vêm, no seu país, o Governo afastar-se da procura de uma solução política e diplomática, conducente ao desarmamento do Iraque, evitando pressionar pela manutenção da presença de missões de inspectores, que estavam a ter lugar no âmbito da ONU.

A censura dos portugueses que, como nós, se identificam com a crítica à total falta de protagonismo e de in-

tervenção activa do Governo português, no âmbito internacional, na procura da paz, desperdiçando o papel que poderia ter assumido no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para moldar propostas orientadas para uma solução pacífica deste conflito.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — A censura a que damos voz, e na qual decerto muitos se revêem, pelo apagamento visível, pelo cinismo e pela falta de participação construtiva do Primeiro-Ministro de Portugal na procura, dentro do espaço europeu — o espaço dentro do qual nos inserimos — e dentro da União — supostamente os nossos parceiros privilegiados —, de uma solução política e diplomática consistente para o Iraque e para o Médio Oriente. Um governo que, de tão entusiasmado em impulsionar iniciativas divisionistas, como a «Carta dos oito», nem cuidou de manter neste processo o devido cuidado e equidistância que se desejariam em nome da construção europeia, sobretudo em nome do interesse nacional.

A censura a que damos voz, e decerto muitos nela se revêem, pelo lamentável comportamento do Governo português em todo este processo, orientado para a justificação, a qualquer preço e a todo o custo, de uma intervenção belicista por parte dos Estados Unidos da América contra o povo do Iraque, chegando mesmo a proclamar-se no Luxemburgo o apoio incondicional a esta guerra, ainda que à margem da legalidade, com total desprezo pelos sentimentos vivamente expressos pela opinião pública mundial, desde logo por milhões de cidadãos norte-americanos, mas também pela maioria dos cidadãos portugueses, claramente em favor da paz.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — A censura a que damos voz pelo apoio do Governo português a uma guerra ilegal, ilegítima e injusta, posição esta que merece censura porque constitui, em todas as fases e para todos os efeitos, uma proclamação indirecta de uma guerra contra um povo inocente, com todas as consequências que daí podem decorrer contra os interesses de Portugal e dos portugueses.

A censura a que damos voz contra um Governo que alimentou, de forma indecorosa e pouco leal, ao longo de todo este processo, um intolerável confronto institucional com o Presidente da República e com a posição por ele defendida, de oposição a uma guerra fora do quadro do Direito internacional e sem mandato expresso do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

A posição do Governo — que merece a nossa mais viva censura faltando descaradamente à verdade e mentindo à opinião pública — ao viabilizar a realização de uma cimeira nas Lajes mais não foi que uma farsa encenada pelos senhores da guerra, a que tristemente o nosso país ficou associado, pois lançou o inqualificável ultimato ao mundo e às Nações Unidas e fez dos Açores o porta-aviões de Bush ao pré-anunciar uma agressão que constituiu uma vergonha para a Humanidade.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — A censura a uma intervenção belicista que significa a aceitação de uma guerra que representa um

recesso civilizacional, que retorna à barbárie, o início de uma nova era marcada pelo uso da força e pela abdicação da lei e por uma escalada de armamento que pode vir a significar no futuro o caos, a desordem, e uma ameaça à paz e à segurança planetárias.

A censura que está presente numa opção que não vai resolver o problema do Médio Oriente, vai, sim, contribuir para a instabilidade e a violência que se vivem nesta região e que não irá contribuir para o diálogo essencial entre civilizações, mas, ao contrário, vai fragilizá-lo.

A censura que tenderá a dificultar a busca de uma solução pacífica para o conflito israelo-palestiniano e que no tocante ao nosso país fragiliza toda uma relação histórica, cultura e politicamente da maior importância centrada sobre o Mediterrâneo.

A censura, ainda, que fazemos juntando-nos ao apelo de muitos cidadãos, com ou sem religião, ao apelo das igrejas, das religiões, do Papa, ao apelo dos cidadãos de todo o mundo contra a decisão de uma guerra que significa a condenação à morte de milhares de inocentes.

Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados: O mundo vive horas dramáticas, o tempo em que a paz está — e não sabemos até que ponto de modo irreversível — ameaçada.

Este é o momento de se dizer toda a verdade. E dizer toda a verdade agora que a paz, esse valor supremo da Humanidade, está ameaçado, significa dizer, de uma vez por todas, que — contrariando a imensa campanha de intoxicação pública — esta guerra foi a escolha de quem quis fazer eco das opções dos «falcões», cada vez mais influentes na Casa Branca e na Administração norte-americana.

Na verdade, esta agressão militar é a decisão de quem subscreveu — e subscreve — as necessidades de expansão da indústria belicista e do poderoso *lobby* cujos quadros cada vez mais se posicionam na actual Administração Bush.

Esta guerra é a escolha de uma agressão que evidencia o desejo hegemónico do Presidente Bush de dominar o planeta e de futuramente determinar os seus caminhos, vontade essa traduzida em Setembro do ano passado numa estratégia nacional de segurança em que se atribuiu, numa visão messiânica, mas que não está longe de ser demencial, aos Estados Unidos o papel de guardião de todo o mundo.

E, também, nessa óptica o direito exclusivo de poderem lutar contra o mal, ditando as regras internacionais, ignorando a importância do diálogo e a cooperação entre continentes numa cruzada contra a qual todos os meios poderão passar a valer, incluindo o sistemático recurso às armas, a dispensa, quando inútil, das Nações Unidas e o desprezo pelo Direito internacional.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este caminho não é o caminho que os portugueses maioritariamente desejam, este caminho não é o caminho que corresponde aos sentimentos que a opinião pública mundial, mas também a portuguesa têm vindo a manifestar, este caminho não é o caminho do Direito, não é o caminho da vida, não é o caminho da paz!

Este caminho é o caminho do Sr. Primeiro-Ministro e é o caminho de um Governo que merece censura e em nome da qual dizemos que é tempo de nunca mais!!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro (Durão Barroso): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O conflito militar no Iraque suscita-nos uma falsa questão e um verdadeiro desafio.

A falsa questão é a dicotomia entre a guerra e a paz. Colocar nesses termos simples o problema é factualmente errado, é politicamente demagógico e é intelectualmente desonesto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Isto porque, se esse for o problema, então o dilema não existiria, pois todos somos pela paz, todos abominamos a guerra!!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PCP: — É mentira!

O Orador: — O verdadeiro desafio que se coloca é outro e bem diferente: é, desde logo, o de saber...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quem ganha com a guerra.

O Orador: — ... se perante uma guerra que não desejámos estamos do lado da democracia ou da tirania.

Protestos do PS e do PCP.

E a verdadeira questão é a de saber se queremos uma paz verdadeira ou uma paz aparente; se queremos um mundo mais livre e mais seguro ou se queremos continuar a viver sob a ameaça da violência e a chantagem do terrorismo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por mim, sou muito claro: quero para Portugal, para a Europa e para o mundo mais liberdade e mais segurança. Não aceito capitular perante a ameaça das ditaduras ou do terrorismo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por isso desejo a paz, a paz verdadeira e não um simulacro de paz!

A guerra é um mal! A guerra é sempre um mal! Espero e desejo que seja um mal menor, capaz de evitar males bem maiores.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Hoje, a defesa da paz passa pelo desarmamento do Iraque e pela libertação do povo iraquiano.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Num conflito que não desejámos, e que tudo fizemos para evitar, a vontade do Governo e do povo português é só uma: que a dor, o sofrimento e a angústia

de hoje dêem lugar, tão cedo quanto possível, a um novo tempo de liberdade, de segurança e de paz.

É o que o povo iraquiano merece, é o que todo o mundo democrático deseja e precisa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Hipocrisia!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Infelizmente, não é propriamente esta a questão que hoje estamos a discutir — já, aliás, a discutimos várias vezes neste Parlamento. Este debate, hoje convocado pelos partidos da oposição, não se fundamenta, realmente, em qualquer razão séria de defesa da paz, da liberdade ou da segurança dos povos.

Este é um debate baseado no mais puro exercício de oportunismo político!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP, do BE e de alguns Deputados do PS, batendo com as mãos nos tampos das bancadas.

Em todos os países da Europa há divergências legítimas e naturais preocupações perante uma questão extremamente séria e grave, em todos houve debate, tal como em Portugal também houve, o natural debate democrático.

Na verdade, o Governo veio quatro vezes a Plenário — eu já estive três vezes aqui, em Plenário —, mas só em Portugal se assiste à irresponsabilidade da apresentação de moções de censura ao Governo precisamente num momento de crise internacional e quando mais sentido tem o reforço da unidade nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A explicação é simples: as oposições procuram fazer confundir a censura de guerra com a censura do Governo; o seu verdadeiro objectivo é o de aproveitar de forma oportunista as legítimas preocupações da opinião pública para atacar o Governo e fazer mais um exercício de baixa política. Ora, isto é uma irresponsabilidade!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª Helena Roseta (PS): — Que vergonha, Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: — Mas a irresponsabilidade não se esgota aqui e de duas, uma: ou estas moções de censura são a fingir — e, então, estamos perante uma estéril demonstração de má política ou, então, devem ser levadas a sério porque visam a queda do Governo e a abertura de uma crise política — e, nesse caso, estamos perante a mais completa leviandade política e o total desprezo pelo interesse nacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É nos momentos críticos que se avalia o sentido de Estado e que se vê quem tem a noção das responsabilidades.

Este é um desses momentos.

Vozes do PS: — É, é!

O Orador: — Agora, mais do que nunca, Portugal precisa de estabilidade, de unidade nacional,...

Risos do Deputado do PCP Carlos Carvalhas.

O Orador: — ... de coesão e de solidariedade entre todos os órgãos de soberania.

Tiremos, pois, a primeira conclusão deste debate: de um lado, o Governo e a maioria que o apoia, como referenciais de estabilidade, de segurança e de tranquilidade para todos os portugueses. Do outro, as oposições a usarem o conflito do Iraque como pretexto para tentarem derrubar o Governo, assim conduzindo o País à instabilidade, à insegurança e à intranquilidade.

Por mim não tenho dúvidas acerca do sentimento geral dos portugueses: concordem ou não com todas as opções do Governo, os portugueses não querem crises, nem instabilidade e não se revêem na política destrutiva de oposições irresponsáveis!!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Quatro partidos da oposição, quatro moções de censura. É esta a competição que temos pela frente. Cada qual a querer mostrar que é mais radical do que o outro, que consegue ser mais oposição do que o seu próximo, que é capaz de ser mais extremista do que o seu vizinho.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O radicalismo começou, como de costume, no Bloco de Esquerda que há um mês anunciou uma moção de censura e há um mês liderou, com o PCP, a primeira manifestação sobre o Iraque realizada em Portugal.

A Sr.^a Helena Roseta (PS): — É falso!

O Orador: — Até aqui nada de anormal — o Bloco de Esquerda lidera habitualmente a oposição no Parlamento, o PCP tem por costume liderar as manifestações de rua...!

A surpresa está mesmo no Partido Socialista. O Partido Socialista está irreconhecível! Antes, o Partido Socialista era um partido moderado, hoje é um partido radical; antes o Partido Socialista assumia posições equilibradas e responsáveis, hoje tem uma linguagem extremista e atitudes radicais; antes, no Governo, o PS não alinhava com as posições dos que afrontam a NATO e sempre se opuseram à União Europeia; hoje, na oposição, o PS dá o dito por não dito e coloca-se ao lado dos que promovem o anti-americano mais primário e que contestam o interesse nacional na relação transatlântica.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Antes, a intervenção de Portugal no Kosovo, mesmo sem aval das Nações Unidas mas com a participação de F-16 portugueses, era, para o PS no Governo, uma acção legítima e necessária; agora, na oposição, a atitude de Portugal relativamente ao Iraque, apesar de não envolver forças militares, já é ilegítima e até «cri-

minosa», como foi dito por um PS cuja incontinência verbal só tem paralelo no desnorte político.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas o PS foi mais longe: há dois meses atrás, o Secretário-Geral do PS recusava-se publicamente a participar em manifestações de rua em que, segundo dizia, os seus promotores não eram claros e categóricos na condenação do regime de Saddam Hussein. Agora, dois meses depois, o líder do PS cede às pressões mais radicais e não tem pejo de se manifestar nas ruas de Lisboa de braço dado com aqueles que considerava tolerantes com o ditador iraquiano. Maior incoerência não é possível!

O maior partido da oposição tem vindo a comportar-se como um verdadeiro catavento. Em boa verdade, a primeira baixa colateral do conflito iraquiano em Portugal foi o PS — o Partido Socialista afastou-se da convergência nacional em matéria de política externa e lançou-se nos braços do Partido Comunista Português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Com uma agravante particular: o PCP é o mesmo, está onde sempre esteve, sempre contra a NATO, sempre contra os aliados de Portugal, desde o início contra a entrada de Portugal na União Europeia, o PS é que mudou! Está hoje um partido radical, um partido que faz tábua rasa de princípios e convicções que durante 25 anos partilhou, um partido sem rumo e sem coerência, um partido com uma falta de sentido de Estado e ausência de responsabilidade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas numa coisa o PS permanece igual a si próprio: há um ano atrás, a meio do mandato, derrubou o seu próprio governo; um ano depois, com a mesma vontade de destruir, o PS quer derrubar e interromper o mandato deste Governo.

É caso para dizer que o PS não sabe governar nem quer deixar governar. Ora, isto não é sério, merece a nossa censura e terá a censura dos portugueses!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Portugal e o mundo vivem momentos demasiadamente difíceis para que uma ditadura estrangeira possa dividir as nossas instituições. Não reconheço ao ditador iraquiano nem o direito nem o poder de provocar qualquer divergência de fundo entre o Governo, a Assembleia da República e o Sr. Presidente da República.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, nesta matéria, apesar das tentativas de muitos para lançar o País num conflito institucional, Portugal foi capaz de afirmar uma posição em clima de harmonia entre os órgãos de soberania, na afirmação da sua unidade nacional.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Foi esse o objectivo que o Governo sempre prosseguiu de modo coerente.

Primeiro, na defesa intransigente do desarmamento do Iraque. Desarmar o Iraque era e é essencial para combater o terrorismo e alcançar a paz.

Segundo, na tentativa de obtenção de uma solução política para a crise, advogando sempre junto dos nossos aliados e parceiros uma posição de consenso em torno de uma linha de firmeza pela paz.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Terceiro, na afirmação (que fiz desde o início) de que não somos politicamente neutros, porque temos valores a respeitar e interesses vitais a defender. Foi com esse objectivo que subscrevi com muita honra — ao lado, por exemplo, de Vaclav Havel — a «Carta dos oito», que participei com muito orgulho na cimeira dos Açores, assim colocando Portugal como participante activo da relação euro-atlântica.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Quarto, na definição de uma posição firme mas equilibrada, recusando sempre o envolvimento de forças militares portuguesas. Já em Setembro do ano passado, nesta Assembleia, afirmei que Portugal graduaria a sua participação no conflito em função dos desenvolvimentos no âmbito das Nações Unidas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quinto, na reafirmação da nossa convicção europeia, procurando sempre contribuir para uma posição que garanta a relevância da União Europeia na ordem internacional em construção. Mas sejamos claros: quero uma União Europeia livre, solidária, activa e empenhada, não uma União Europeia que se construa à custa da relação transatlântica! Tal não serviria o interesse de Portugal!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por tudo isto, posso e pode o meu Governo dizer hoje aos portugueses que fomos, ao longo deste processo, protagonistas activos, não espectadores passivos, fiéis aos ideais europeus, coerentes com a nossa visão atlântica;...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... tivemos a coragem de tomar posições — era mais fácil e mais cômodo não o fazer — em função dos nossos valores democráticos, nunca por subserviência a quem quer que seja, por convicção e nunca por imposição!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É esta coerência que nos torna hoje, dentro e fora da União Europeia, um País mais credível e mais respeitado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E àqueles que pretendem que a posição do Governo neste conflito prejudicou a nossa capacidade de afirmação na Europa tenho hoje mais uma notícia a dar. Após anos de um governo socialista que não conseguiu obter uma posição de director-geral na Comissão Europeia, hoje mesmo foi anunciado que um compatriota nosso passa a ser director-geral naquela instituição comunitária.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É uma brincadeira de mau gosto!

O Orador: — Para além do Comissário, passamos a ter um português no mais alto nível de decisão da União Europeia. Só é pena que, com tanto europeísmo, o Partido Socialista não tenha conseguido isso enquanto esteve no Governo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Isso é para justificar a guerra?!

O Orador: — Afirmamo-nos na União Europeia. A nossa posição não foi em nada prejudicada, antes foi credibilizada e valorizada com a gestão que tivemos neste conflito. E continuamos a envidar todos os esforços, com esperança cada vez mais renovada, para que o Comando da NATO em Oeiras se mantenha sediado em Portugal, assim reforçando a nossa importância estratégica e a nossa vocação atlântica.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — É assim, por actos e não por palavras, que se vê a verdadeira capacidade e o real empenhamento do nosso país na Europa. É na prática que se mostra a capacidade de afirmação de Portugal!

Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Seremos um país pequeno, mas não somos um país irrelevante. Não somos grandes em termos de demografia ou em termos económicos, mas não desistimos de ter convicções e de afirmar as nossas posições.

A nossa voz é hoje mais escutada, a nossa opinião é mais considerada. Quero o nosso país no centro de decisão política, nunca na periferia ou à margem das decisões.

Fazer boa política externa não é fazer nossas as prioridades dos outros mas, sim, contribuir para que os outros aceitem também como suas as nossas prioridades.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Esta é a única atitude que honra o nosso passado, que prestigia o nosso presente, que credibiliza o nosso futuro.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Por isso mesmo, em relação ao futuro, quero ser absolutamente claro: Portugal não participa mi-

litarmente no conflito do Iraque. Mas Portugal estará disponível, no quadro das Nações Unidas e da União Europeia, para dar a sua participação no esforço futuro de ajuda humanitária, de reconstrução do Iraque e de desenvolvimento do Estado democrático iraquiano.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Foi este o compromisso que afirmei na Declaração dos Açores, foi também o entendimento unânime do último Conselho Europeu. Com isso nos congratulamos, esta é a nossa vontade e a nossa determinação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Trata-se de um esforço essencial. Um Estado iraquiano moderado será factor de paz, referencial de segurança para o Médio Oriente, um Médio Oriente que nós queremos ver em paz. Por isso me congratulo muito com o facto de ter sido nos Açores, na declaração que subscrevi, referida a possibilidade e o objectivo de viverem em paz um Estado de Israel e um Estado Palestino independente, como é vontade de Portugal e dos portugueses.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Acredito que a paz e a democracia são objectivos por que vale a pena lutar. Sei que é difícil a democracia, sei que há muita gente que pensa que determinados povos ainda não têm condições para acederem à democracia, mas acredito que é possível a paz, que é possível a democracia; acredito que a seguir ao sofrimento vem a esperança, que depois da dor e da angústia vem a paz e a solidariedade.

Acredito que a paz e a democracia vão vencer...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — À bomba!

O Orador: — ...e tenho a certeza de que é do lado da paz e da democracia que Portugal deve estar.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma última palavra se impõe.

Do debate sobressaem duas posições. De um lado, a coragem e a clareza da posição do Governo. Uma posição moderada mas firme; uma posição alicerçada nos valores da liberdade e da democracia; uma posição contra a tirania e o terrorismo. Quando estão em causa valores, princípios e convicções não há neutralidade possível!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Contem comigo para afirmar princípios e convicções. Não contem comigo para trocar a pureza dos princípios e a firmeza das convicções pela lógica das conveniências ou pelo facilitismo das soluções.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Do outro lado, o que vemos é a coligação negativa, baseada em quatro moções de censura — nem sequer em torno de um texto único conseguiram entender-se! Esta

coligação negativa tem um único denominador comum: afrontar o Governo na base do oportunismo e do tacticismo mais despidorados.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Unem-se para destruir, não convergem para construir; mobilizam-se, entusiasmam-se para combater o Governo, mas são incapazes de apresentar uma alternativa válida ou credível.

Este «frentismo» oposicionista que soluções para a nossa política externa teria se porventura assumisse responsabilidades na governação do País? Seria a favor ou contra a concessão da Base das Lajes? Seria a favor ou contra os nossos aliados? Seria a favor ou contra a NATO? Seria a favor ou contra a União Europeia? Seria a favor ou contra a relação transatlântica?

Refugiam-se em ambiguidades e não conseguem disfarçar as contradições!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É sempre assim quando não há um projecto credível, uma orientação clara e uma ideia coerente.

Este debate terá, pois, aos olhos dos portugueses, um resultado bem claro: a rejeição da irresponsabilidade dos partidos da oposição, o reforço da confiança no Governo, na maioria que o apoia, na estratégia que definimos para governar Portugal.

Muitos portugueses estarão a pensar agora: o que seria se não houvesse em Portugal uma maioria? O que seria se não houvesse em Portugal um Governo com convicções? O que aconteceria se fossem aprovadas estas moções de censura?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Este é o caminho que continuaremos a percorrer, um caminho tributário da história que temos, da cultura de que nos orgulhamos, da Europa em que acreditamos, da relação transatlântica em que assenta a nossa tranquilidade e a nossa segurança.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Este é o caminho que vamos continuar a seguir. Como sempre, a bem dos portugueses, em nome da liberdade, em nome de Portugal.

Aplausos, de pé, do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, existem vários oradores inscritos para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Ferro Rodrigues e ao Sr. Primeiro-Ministro. Começaremos, obviamente, pelos pedidos de esclarecimento ao primeiro orador desta sessão, o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

Tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia, que dispõe de 3 minutos para o efeito.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, uma moção de censura

deveria ser, em qualquer circunstância, um exercício responsável e credível. Não é o caso.

A Sr.^a Maria Celeste Correia (PS): — É, é!

O Orador: — Esta moção de censura não é mais do que a demonstração da ausência de estratégia do Partido Socialista e do facto de o Partido Socialista estar hoje completamente a reboque da esquerda mais radical.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O senhor já se enganou várias vezes em todo este processo, Dr. Ferro Rodrigues. Começou por se enganar logo no dia 30 de Janeiro, sentado exactamente nesse lugar, no Plenário desta Assembleia, quando dizia: «Estou convencido que a posição do Primeiro-Ministro britânico tem sido mal avaliada e que o Primeiro-Ministro britânico tem tido um papel extremamente importante na moderação e na racionalização de todo este processo». Logo aí, terá de dizer: «Enganei-me!»

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Orador: — Mas, Dr. Ferro Rodrigues, *errare humanum est!*

Em segundo lugar, o senhor hesitou em relação às manifestações e só à segunda ou à terceira se dispôs a descer a Avenida da Liberdade. Hesitou e foi condicionado pelo radicalismo de Mário Soares ou de Ana Gomes.

Em relação à cimeira dos Açores, a 14 de Março, o senhor dizia: «É uma vergonha se Durão Barroso não estiver presente»; a 16 de Março, o senhor dizia: «É uma vergonha que Durão Barroso tenha estado presente».

Mais uma vez, enganou-se...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Apesar de tudo, estas foram, Sr. Deputado, trapalhadas menores, porque a trapalhada maior começa quando o Partido Socialista, pela voz do Deputado Manuel Alegre, vem dizer: «nós não temos dúvidas, há um conflito institucional em Portugal.»

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Isso é verdade!

O Orador: — Os senhores proclamaram solenemente, ainda que de uma forma comíciera, a existência de um conflito institucional. O Sr. Deputado Manuel Alegre chegou mesmo a dizer: «se isto não é um conflito institucional, então não sei o que é um conflito institucional».

E nesta sequência, no meio de uma série de insultos, alguns dos quais feitos pela sua porta-voz para os Negócios Estrangeiros, que insultou lamentavelmente, e na minha opinião gravemente, o Primeiro-Ministro de Portugal,...

Vozes do CDS-PP: — Exactamente!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Inadmissível!

O Orador: — ... no meio de alguns insultos e de algumas atitudes de menos respeito, como a expressão «por-teiro», que V. Ex.^a usou, o PS, mais uma vez, estava com-

pletamente enganado. Hoje, o senhor reconhece, ou não, que não houve nenhum conflito institucional?

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Há, pelo contrário, uma posição de Portugal, e a posição de Portugal é clara: desejávamos maior intervenção das Nações Unidas. Não participamos no conflito nem declarámos guerra a ninguém, mas somos leais e solidários com os nossos aliados e, por isso, concedemos a Base das Lajes.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Desejamos a libertação do Iraque — é claro!

Pergunto-lhe, Sr. Deputado Ferro Rodrigues: o que é que o PS faria de diferente? O que é que fazia?

O Sr. José Sócrates (PS): — Não dava cobertura à guerra!

O Orador: — Declarava neutralidade? Não concedia a Base das Lajes? O que é que o senhor fazia em relação à Base das Lajes? Concedia ou não concedia? A sua resposta a esta pergunta é importante, porque, das duas, uma: ou é uma pequena diferença ou não é uma pequena diferença.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — E se, de facto, é uma pequena diferença, o que o PS está a fazer é um exercício de oportunismo!

Termino, Sr. Deputado, lembrando-lhe mais uma coisa sobre esse mesmo oportunismo: diz hoje um jornal português que o senhor vai ter, na próxima sexta-feira, um encontro com o Sr. Zapatero...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se. Tem de concluir.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Peço-lhe que, nesse encontro, pergunte ao Sr. Zapatero o que é que ele disse sobre moções de censura. É que ele disse que apresentar uma moção de censura ao governo espanhol...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, as suas questões, tal como a intervenção do Sr. Primeiro-Ministro, mostram que os senhores estão pouco habituados a que haja tempo e capacidade para os criticar nesta Sala, e ficam muito amedrontados e preocupados quando isso acontece.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado, se sentido de Estado é criar condições para aumentar as divergências no seio da NATO; se sentido de Estado é ter ajudado a todas as festas para haver ruptura na União Europeia; se sentido de Estado é procurar criar condições para estar presente numa cimeira que é uma ofensa às Nações Unidas e ao seu Conselho de Segurança; se sentido de Estado é violar o Direito Internacional e a ordem construída no pós-Guerra, então, dado que a minha noção não é essa, eu não tenho o sentido de Estado que têm o Sr. Primeiro-Ministro e a vossa bancada!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Sabe, Sr. Deputado, orgulho-me muito de, desde Setembro, ter levado à prática todo o processo com toda a coerência — eu próprio o trouxe aqui, pela primeira vez, a este Plenário. Foi essa coerência que me obrigou a apresentar uma moção de censura depois de ver o escândalo que foi, na segunda-feira imediatamente a seguir à cimeira dos Açores, o facto de os países que lá estiveram presentes, e que são membros do Conselho de Segurança, terem recusado uma reunião desse Conselho, terem recusado ouvir a voz do Sr. Hans Blix, terem recusado qualquer esforço para o desarmamento pacífico do Iraque.

Aplausos do PS.

Foi uma vergonha o que fez Portugal através do Primeiro-Ministro Durão Barroso! Esse sentido de Estado não é o nosso!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Nós não teríamos feito nada do que os senhores fizeram! Não teríamos estado atrás, no seguidismo aos «falcões da guerra»!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Não teríamos apoiado esses «falcões», não teríamos dividido a União Europeia, não teríamos dividido a NATO!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

E quanto à Base das Lajes, Sr. Deputado, o Sr. Primeiro-Ministro tem hoje a oportunidade de explicar a Portugal e aos portugueses porque é que considera que a autorização que foi dada em Novembro continua a fazer efeito, depois de haver uma agressão unilateral. Queremos saber em que é que se baseia o Sr. Primeiro-Ministro! Tem a obrigação de nos dizer claramente em que base do acordo é que ele se coloca.

Portanto, os senhores é que têm a obrigação de informar o País. Querem transformar uma moção de censura contra vós numa moção de censura à oposição, mas não o conseguem!

Estão muito nervosos!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, por favor, deixem o orador exprimir as suas opiniões!

O Orador: — Sr. Presidente, termino a resposta ao Sr. Deputado Telmo Correia, dizendo que tanto ele como o Sr. Primeiro-Ministro podem gritar, podem falsear a realidade, podem ameaçar que não nos calam! E hoje vão ser — já estão a ser — derrotados neste debate.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não respondeu a nada!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José de Matos Correia.

O Sr. José de Matos Correia (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, deixe que lhe diga, com toda a frontalidade, que o Partido Socialista tem um grave problema: quando está no poder faz tudo para lá ficar e quando está na oposição faz o que quer que seja para conseguir voltar rapidamente!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Aquilo que está a fazer actualmente e ao longo desta crise é a prova disso, porque o Partido Socialista não hesitou em demonstrar aquilo que é a sua matriz de comportamento, como demonstra hoje ao estar aqui aliado às forças que, neste Hemiciclo, representam as forças do anti-europeísmo, do anti-atlantismo e do anti-americанизmo obsessivo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nesta matéria, o Governo tem tido — já uma vez tive ocasião de travar aqui este debate com o Sr. Deputado Ferro Rodrigues — uma posição responsável e clara: sempre privilegiou uma solução política do conflito.

Risos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Sempre dissemos que queríamos uma resolução no quadro do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tudo fizemos para que isso ocorresse, mas nunca nos escondemos atrás de tibiezias, dissemos sempre que, se houvesse uma guerra, que não desejávamos, saberíamos de que lado iríamos estar.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Porque, para nós, ser aliados, tem um significado, e esse significado quer dizer estar do lado dos amigos, honrar os compromissos e valorizar as alianças!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado Ferro Rodrigues e o Partido Socialista, como sempre, foram pelo caminho fácil: foram para a rua manifestar-se e cometem a suprema irresponsabilidade de tentarem contribuir para o isolamento internacional do nosso principal aliado.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Risos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Já agora, Sr. Deputado Ferro Rodrigues, deixe-me que lhe fale sobre a questão do Kosovo. O Partido Socialista tem, nesta matéria, má consciência, acha agora que as moções de censura são peças jurídicas, e então inventa, dizendo que «as intervenções como a do Kosovo não carecem de autorização do Conselho de Segurança porque se trata de um caso de extrema urgência e de ingerência humanitária eticamente justificado». O Partido Socialista sabe que isso não é verdade e sabe que a prática o desmente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E dou-lhe exemplos: Iraque, ex-Jugoslávia, Somália, Ruanda, Kosovo, Timor, todos com autorização prévia do Conselho de Segurança, excepto um, o Kosovo, justamente aquele para que os senhores nos levaram sem mandato internacional e sem autorização interna!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Deputado Ferro Rodrigues, isto é um Hemiciclo, não é uma universidade! Nós aqui não fazemos Direito, fazemos política!

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — É indispensável, num momento em que há um conflito, sabermos de que lado é que estamos. Nós sabemos! Estivemos sempre do mesmo lado, o dos nossos aliados, daqueles a quem recorremos quando é necessário, do lado dos valores e do lado da democracia. Queremos saber, hoje e agora, de que lado é que o Sr. Deputado está. E não venha com retórica, não venha dizer-me, Sr. Deputado, que está do lado da paz! É que do lado da paz estamos todos! Mas, neste conflito, está do lado de quem? Diga-nos!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Matos Correia, passando por cima da contradição entre a análise que faz do PS no poder e na oposição e a análise que faz o Sr. Primeiro-Ministro, que são completamente ao contrário — têm de se entender! — gostaria de lhe dizer o seguinte: os senhores conseguiram, com muita rapidez, que a oposição, hoje, esteja muito mais unida do que estava antes.

Risos do PSD e do CDS-PP.

Conseguiram-no com muita rapidez, devido à vossa inconsistência, devido à vossa incompetência e ao vosso desprezo pelos princípios básicos! Portanto, é naturalíssimo que, ao terem-se comportado como se comportaram no plano internacional sobre toda esta crise no Iraque, nomeadamente ao trazerem para a «fotografia» das Lages a cimeira da guerra e da pressão e chantagem sobre o Conselho de Segurança, tenham conseguido fazer em pouco tempo aquilo que, se calhar, demoraria muito mais tempo a fazer, dadas as óbvias dificuldades e divergências que existem entre os partidos da oposição.

Mas hoje não estamos aqui a fazer debates académicos, estamos a fazer um julgamento político do Governo! E nesse julgamento político toda a oposição está unida, o que é um bom sinal, porque os senhores não têm o monopólio de unidades à direita! Ficam a saber isso desde hoje! Não há monopólio da unidade à direita em Portugal!

Aplausos do PS, com alguns Deputados de pé.

Vozes do CDS-PP: — Não respondeu a nada!

O Sr. Presidente: — Seguem-se os pedidos de esclarecimento ao Sr. Primeiro-Ministro.

Para o efeito, tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Beleza.

A Sr.^a Leonor Beleza (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, estou convencida de que, em qualquer país, os cidadãos gostam de estar seguros de que os governantes sabem colocar os interesses de Estado acima das suas conveniências, dos interesses próprios e de grupos ou das ambições de carácter político-partidário. Esta deve ser uma exigência pessoal e moral permanente no comportamento de quem detém a representação política dos cidadãos. E todos nós, cidadãos, precisamos da segurança de que assim efectivamente aconteça. Neste momento, às dificuldades internas somam-se circunstâncias de grande insegurança e incerteza quanto à situação mundial, bem como nas organizações, nas alianças e na Europa, de que fazemos parte. Tanto mais precisamos de estar seguros de que aqueles que entre nós detêm as maiores responsabilidades se regem exclusivamente pela percepção que têm do interesse nacional, apagando-se os protagonismos de cada um em benefício da solidez das instituições e da obtenção de convergências.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Sei, Sr. Primeiro-Ministro, que conduz o Governo com os olhos postos no interesse nacional e que, nesta grave crise por que estamos a passar, bem merece que reconheçamos a coerência, a convicção, a ponderação cuidada de todos os dados e a coragem.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Todos sabem, mesmo quando discordam, que conduz a posição de Portugal apenas em nome do interesse nacional e não para prosseguir qualquer popularidade pessoal ou para obter vantagens político-partidárias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Julgo também que é com uma sensação de segurança que os portugueses se têm habituado a ver, especialmente agora, o Presidente da República e o Primeiro-Ministro a tudo fazerem para garantir a convergência institucional necessária à unidade do País e à confiança nas instituições.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Como julgo que gera segurança nos portugueses ver o Governo na Assembleia da República, em sucessivos debate, a tudo fazer para que não haja falta de informação, para que as questões sejam devidamente discutidas.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Pergunto-lhe, assim, Sr. Primeiro-Ministro, o seguinte: concorda com a ideia de que é fundamental, sobretudo em circunstâncias como as actuais, salvaguardar convergências institucionais entre o Presidente da República e o Governo bem como entre o Governo e a Assembleia da República?

Tem o Sr. Primeiro-Ministro continuado a manter, desde o início da intervenção militar, permanente troca de informações com o Presidente da República e a mesma postura de convergência, como fez em todos os momentos importantes, incluindo a chamada «Carta dos Oito», a cedência da Base das Lajes e a cimeira dos Açores?

Vai o Governo continuar a manter a presença na Assembleia da República em todos os momentos necessários para que se mantenha o nível de informação e de debate?

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, o seu tempo esgotou-se.

A Oradora: — Vou terminar já, Sr. Presidente.

Não considera o Sr. Primeiro-Ministro inaceitável que, num momento como este, em que deveria haver um esforço de unidade institucional, como manifestamente mantêm o Presidente da República e o Primeiro-Ministro, venham agora protagonistas políticos colocar esta questão no mero campo desajustado de política partidária, se a moção passasse...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo, Sr.^a Deputada.

Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Leonor Beleza, agradeço as palavras de apoio e de estímulo que me dirigiu e que, naturalmente, interpreto como dirigidas a todo o Governo.

Esta é a questão mais difícil com que já me defrontei na minha vida política. Já o disse aqui, na Assembleia da República.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — É uma questão grave, do ponto de vista interno e do ponto de vista externo, por isso a minha estranheza quanto a quatro moções de censura, que não foram apresentadas em mais nenhum país europeu.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Seria um oportunismo!

O Orador: — Em Espanha, onde o maior partido da oposição assumiu, desde o inicio, uma posição muito clara contra a posição do Governo e não andou a tergiversar, foi dito expressamente pelo líder do Partido Socialista que esta não era matéria para se pôr em causa a confiança do Governo, porque há, apesar de tudo, sentido de Estado e de responsabilidade.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Nos Estados Unidos, o ex-Presidente Clinton ainda hoje veio apoiar explicitamente a posição do Presidente norte-americano. Por isso, não é apenas uma questão desta Administração norte-americana, é uma questão daquele país no seu conjunto!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Por isso, também o meu esforço, Sr.^a Deputada Leonor Beleza, para tratar esta questão no maior e melhor espírito de cooperação institucional com a Assembleia da República, de quem o Governo depende. Viemos aqui quatro vezes em sessões plenárias. Eu próprio estive presente em três dessas vezes e o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros esteve presente uma vez em Plenário e outra em sede de Comissão.

Portanto, debate democrático, houve todo. E há toda a liberdade e toda a vontade de aprofundar esse debate. O que me revolta, devo dizer, é ver a utilização do debate para fins mesquinhos de política interna de curto prazo. Isso revolta-me, de facto!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Em relação ao Sr. Presidente da República, já tenho expressado, com clareza, a minha posição: qualquer diferença que exista pode ser resolvida no quadro das respectivas competências, tal como estão constitucionalmente definidas. Mas esta matéria é de tal maneira grave que fiz um esforço suplementar neste assunto. Posso, por exemplo, revelar-vos aqui uma coisa, em primeira mão.

Risos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Só houve, em Portugal, uma pessoa que consultei antes de decidir a cimeira dos Açores.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É outro director-geral?

O Orador: — Foi precisamente o Sr. Presidente da República!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O que mostra o respeito que tenho pelo cargo do mais alto magistrado da Nação!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Carvalhas.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro afirmou que é falso e intelectualmente desonesto colocar as questões entre a paz e a guerra e que a questão deveria ser colocada entre a paz aparente e a paz que não é aparente.

Sr. Primeiro-Ministro, esta é uma guerra aparente?! Os mortos são virtuais?!

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Não existe a devastação?! Será que nada disto existe, Sr. Primeiro-Ministro?!

Protestos do CDS-PP.

O Sr. Primeiro-Ministro não entende que esta é uma guerra suja, unilateral, imoral e de rapina?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Sei que, para o Sr. Primeiro-Ministro, uma fotografia, um director-geral e o reforço do comando da NATO em Oeiras valem uma guerra. Mas estou convencido, Sr. Primeiro-Ministro, de que a esmagadora maioria do povo português não acompanha as suas posições e não aceita esta guerra execrável!

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — Diz o Sr. Primeiro-Ministro que não capitula perante o terrorismo. O Sr. Primeiro-Ministro, esta guerra não cria o caldo de cultura do terrorismo?! E, se não capitula perante o terrorismo, por que é que será que nunca levantou a sua voz em relação ao terrorismo de Estado da política criminosa de Sharon? Ou por que é que nunca levantou a sua voz pelo não cumprimento das resoluções da ONU por parte de Israel?

V. Ex.^a teve hoje essa oportunidade. Demos-lhe hoje, aqui, a oportunidade de condenar Israel por não cumprir as resoluções da ONU.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Essa é que é essa!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro pode «dar as voltas» que quiser à questão, mas comporta-se como se a Carta das Nações Unidas dissesse, no seu artigo 1.º, que os Estados Unidos devem ser acompanhados, porque têm um mandato divino para organizar as nações.

Mas o Sr. Primeiro-Ministro engana-se, porque o primeiro objectivo da ONU, fixado no artigo 1.º, capítulo f), é o de manter a paz e a segurança internacionais e, com esse fim, tomar medidas colectivas eficazes para prevenir e eliminar as ameaças à paz e para suprimir actos de agressão.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, o Sr. Primeiro-Ministro está a não cumprir a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 7.º; está a colocar-se numa posição à margem da ONU e da sua Carta; e está a apoiar os Estados Unidos da América numa guerra unilateral, numa guerra preventiva, numa guerra de rapina.

Pois fique com essa guerra, mas não fica em nosso nome. Em nosso nome: «não!». Esta guerra é uma guerra

inaceitável e estamos convencidos de que o povo português também a condena!

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, mais uma vez, tenho de dizer-vos a posição que já, vezes sem conta, exprimi nesta Assembleia: sou contra a guerra! Nunca desejei esta guerra! Abomino a guerra! Detesto a guerra!

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não se nota nada!

O Orador: — O problema que Portugal tem hoje não é esse!

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Perante uma guerra que existe, independentemente da nossa vontade, qual deve ser a nossa posição?

Em relação a este ponto, V. Ex.^a não disse qual é a sua posição! V. Ex.^a fez uma declaração geral, uma posição de princípio contra a guerra, mas não declarou se, neste conflito, Portugal deve ou não estar do lado da democracia contra o lado da tirania e do terrorismo.

Digo, claramente, que estamos contra a tirania e contra o terrorismo! E o que desejamos é que a guerra seja tão breve quanto possível, com o menor número de vítimas possível,...

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sinceralmente!...

O Orador: — ... e que dê lugar a um Iraque democrático, a um país moderado.

Sobre o Médio Oriente, posso dizer-lhe, mais uma vez, Sr. Deputado, que já critiquei, e critico, muitos aspectos da política do actual governo israelita, e que a nossa posição é a favor da convivência pacífica entre um Estado de Israel e um Estrado Palestiniano independentes. Foi isso que ficou consagrado na cimeira dos Açores, que eu subscrevi com muita honra!

O Sr. Honório Novo (PCP): — E quando é que vai ser a invasão?

O Orador: — Por isso, Sr. Deputado Carlos Carvalhas, aquilo que esperava hoje de si, perante a inevitabilidade da guerra, perante uma guerra que existe e que, quero acreditar, todas as pessoas de boa vontade condenam (porque ninguém gosta de uma guerra), era que me dissesse qual é o desfecho que V. Ex.^a deseja. Eu disse-lhe claramente qual é o desfecho que desejamos!

Em relação aos Estados Unidos da América, Sr. Deputado, não preciso de mostrar-lhe a minha independência nas decisões que tomo nesta matéria! Já fui muitas vezes acusado, até por pessoas da minha área política, quando me opus à orientação política norte-americana. Por exemplo, a propósito da questão de Angola, foi-me dito, por muitos daqueles que agora me

criticam, que «devíamos apoiar o Dr. Savimbi, porque os americanos apoiam o Dr. Savimbi e porque, como se sabe, os americanos acabam sempre por ter razão». Era o que me diziam na altura! E eu dizia que «não, eles não têm sempre razão!».

Mas nesta questão, que é uma questão vital de segurança, entendo que Portugal deve estar do lado do seu aliado norte-americano. E uma coisa é segura: não deve nunca estar numa atitude de tolerância para com a ditadura de Saddam Hussein!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Primeiro-Ministro diz que este tem sido um dos momentos mais difíceis para si. Não precisava de nos dizer, bastava-nos ouvi-lo!

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Muito bem!

O Orador: — Porque já percebemos que, sempre que está em dificuldades, o seu discurso resvala para o mais radical dos radicalismos, e dirige-nos insultos, como dirigiu, há pouco, do alto daquela tribuna.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, o seu desespero resulta do seu isolamento. E o seu isolamento resulta do facto de o Sr. Primeiro-Ministro ter decidido romper com 27 anos de consenso nacional em matéria de política externa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O seu problema não é só com o PS ou, sequer, com o conjunto das oposições representadas na Assembleia da República. O problema do Sr. Primeiro-Ministro é que entrou em divergência com todos aqueles que, ao longo dos anos, definiram a nossa política externa.

É por isso que o Sr. Primeiro-Ministro está em divergência e em ruptura, não só com a posição do Sr. Presidente da República, mas também com todos os fundadores da nossa democracia, desde o Dr. Mário Soares ao Prof. Freitas do Amaral, passando pelo General Eanes. Todos, todos, todos condenaram a posição do Governo!

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro rompeu com um princípio fundamental do primado do Direito Internacional e do reconhecimento da autoridade exclusiva das Nações Unidas para o recurso à força. E neste caso não se trata de uma questão de tacticismo, Sr. Primeiro-Ministro, trata-se de uma questão de princípios e de convicções!

O Sr. Henrique Chaves (PSD): — E o caso do Kosovo?

O Orador: — E gostaria de perguntar-lhe qual é o interesse de Portugal, de um país com a dimensão de Por-

tugal nesta situação? É o interesse de vivermos num sistema de segurança colectiva regida pelo Direito, ou num sistema onde quem manda é a lei do mais forte e onde nos submetemos ou vivemos em regime de protectorado? O que é que o Sr. Primeiro-Ministro quer para Portugal no futuro? Que vivamos num mundo onde o Direito garanta a nossa segurança? Ou quer ser um protectorado onde um «grande irmão» assegure a nossa própria segurança?

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, foi a coragem e a firmeza na defesa do primado do Direito Internacional que permitiu, não obstante todas as hesitações de V. Ex.^a, que Portugal tivesse obtido essa grande vitória, que muito honra Portugal, que foi o direito à auto-determinação e à independência de Timor-Leste.

Aplausos do PS.

Sr. Primeiro-Ministro, o senhor rompeu com a principal prioridade da política externa portuguesa, que é a construção da União Europeia,...

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... uma prioridade que o senhor próprio defendeu, mesmo do ponto de vista teórico.

Tenho comigo o texto de uma conferência de 1997 em que o Sr. Primeiro-Ministro aplaude que Portugal vá acompanhando o reforço do pólo europeísta no quadro de um sistema euro-atlântico. Isto porque o Sr. Primeiro-Ministro sabia então — e hoje tinha obrigação de continuar a saber — que não temos de optar entre a Europa e uma boa relação transatlântica.

Não há boa relação transatlântica,...

O Sr. Presidente: — O tempo de que dispunha esgotou-se, Sr. Deputado.

O Orador: — Vou terminar a frase, Sr. Presidente, se me permite.

Não há boa relação transatlântica sem uma Europa forte. E o que o Sr. Primeiro-Ministro fez foi romper e dividir a unidade europeia que tinha sido afirmada no conselho extraordinário de Fevereiro...

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Costa, normalmente V. Ex.^a vem à dobra do líder do seu partido. Esperava que V. Ex.^a dissesse, de uma vez por todas, se nesta circunstância autorizava ou não a concessão da Base das Lajes aos Estados Unidos da América, porque ainda não percebemos qual é a vossa posição.

A oposição tem o direito — eu diria que tem o dever, até, se acredita no que diz — de criticar o Governo. Mas tem também o direito e o dever de apresentar a alternativa daquilo que faria em idêntica situação.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Não tem alternativa!

O Orador: — O Sr. Deputado António Costa ficou preocupado com a minha acusação de oportunismo. Usei a expressão do seu camarada Zapatero, líder do PSOE, quando disse: «Não vamos apresentar uma moção de censura porque não queremos que a nossa posição nesta matéria seja vista como oportunista».

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Aqui, também, a diferença de comportamento entre o Partido Socialista português e outros partidos socialistas da Europa!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

No que diz respeito à ruptura do consenso, Sr. Deputado, e quando vemos hoje o Partido Socialista em manifestações de rua em matéria de política externa ao lado do Partido Comunista, pergunto-lhe: quem rompeu o consenso?

O Sr. António Costa (PS): — Vocês!

O Orador: — É extraordinário!

Risos do PSD e do CDS-PP.

Quer dizer, sempre tem havido, entre as principais formações políticas portuguesas, um consenso em relação a três questões essenciais: Europa, relação transatlântica e luso-fonia. Chamo a isto a Constituição não escrita em Portugal.

Ora, se o Partido Comunista ainda não mudou — e, que eu saiba, não mudou e não está, obviamente, hoje, a favor da NATO, porque nunca esteve — e se os senhores estão ao lado do Partido Comunista, isso quer dizer o quê? Quer dizer que nós é que rompemos o consenso ou que os senhores é que se aproximaram do Partido Comunista e das posições mais radicais em matéria de política externa?!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E têm todo o direito de o fazer! Aliás, o Sr. Deputado Ferro Rodrigues já disse: «Se a direita se une, porque razão é que a esquerda não há-de unir-se?». Boa sorte, Sr. Deputado Ferro Rodrigues! Parece a sua cruzada de «união da esquerda»!

Risos do PSD e do CDS-PP.

Mas, atenção, os portugueses quererão saber, então, se o Partido Comunista é a favor da Europa, se já se converteu à Europa, se já abandonou a posição contra a comunidade europeia e se é a favor da NATO! Qual é a posição? Porque os portugueses querem saber qual é a alternativa em termos de política externa.

Julgo que os portugueses, depois de verem este debate, dirão: «Ainda bem que há uma maioria, ainda bem que há um Governo, ainda bem que há convicção na manifestação de uma política externa coerente e credível por parte de Portugal!».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, é para uma rápida interpelação à Mesa, para que o desenvolvimento dos trabalhos seja mais baseado na realidade do que na ficção.

Vozes do PSD: — Na ficção?!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, é para dizer ao Sr. Primeiro-Ministro que há várias fotografias...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ferro Rodrigues, o Regimento diz que as interpelações à Mesa são dirigidas à Mesa e não ao Sr. Primeiro-Ministro!

O Orador: — O Sr. Presidente, certamente, pode fazer chegar ao Sr. Primeiro-Ministro várias fotografias da grande manifestação que houve em Lisboa, no sábado passado, na qual estavam presentes todos aqueles que foram secretários-gerais e primeiros-ministros do Partido Socialista. Com muita honra, tive ao meu lado António Guterres e Mário Soares. Não existe qualquer ruptura e ninguém está aqui...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Isso é uma interpelação?!

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Então o Dr. Vítor Constâncio não foi secretário-geral do PS?!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, por favor, deixem o Sr. Deputado Ferro Rodrigues interpelar a Mesa.

O Orador: — Sr. Presidente, isto é a demonstração clara de que não houve qualquer ruptura feita por nós, a que houve foi feita pelo Governo!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se já disse isso, nada mais tem a acrescentar.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Também tem fotografias para mandar para a Mesa?

Risos.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Não, Sr. Presidente! É para uma interpelação de apenas 30 segundos, nos mesmos termos da do Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, é apenas para dizer que eu vi as fotografias. E há uma grande dife-

rença em relação ao que o Sr. Deputado disse: é que o Sr. Dr. Mário Soares esteve nas duas manifestações e V. Ex.^a só apareceu na segunda. Trata-se, de facto, de uma grande diferença.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, V. Ex.^a não desconhece que a Constituição da República Portuguesa permite aos partidos da oposição censurarem o Governo por má execução do seu Programa ou por qualquer acto grave relevante na vida nacional.

Entendeu o Bloco de Esquerda, e não apenas ele, que o seu Governo tinha cometido um acto gravíssimo de envolvimento directo e de colaboração com esta guerra que está em curso no Iraque, que é, além do mais, uma violação grave do Direito Internacional.

A sua intervenção escapa ao conteúdo do problema que vivemos, porque, na realidade, a guerra está em curso e está também em curso uma violação grave do Direito Internacional.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Exactamente!

O Orador: — Diz-nos o Sr. Primeiro-Ministro que é oportunismo político falar da guerra, das suas consequências e da violação do Direito Internacional. O Sr. Primeiro-Ministro não nos disse o que pensa sobre o futuro das Nações Unidas e sobre a supremacia do Direito Internacional e como é que compatibiliza a guerra preventiva com a Carta das Nações Unidas, mas soube mimosear-nos com esse epíteto do oportunismo político.

O oportunismo político, Sr. Primeiro-Ministro ser-lhe-ia, em boa medida, devolvido. É que V. Ex.^a só descobriu que Saddam Hussein era um ditador depois de 1991!

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Bem lembrado!

O Orador: — Até lá não o tinha descoberto, como é patente e notório — temos de voltar sempre a este assunto cada vez que nos confrontamos aqui neste Hemiciclo.

Diz-nos o Sr. Primeiro-Ministro que as nossas posições são extremistas. Será extremista a posição do Papa?! Será extremista a posição da Alemanha?! E podia citar-lhe imensos outros Estados do mundo!

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, retomo o tema da Base das Lajes. Poderá dizer-nos, como já o tem feito, que, neste caso, a posição do Sr. Presidente da República é convergente com a do Governo e que também a Alemanha cedeu, a título parecido, o seu espaço aéreo e as suas bases, mas eu citei-lhe aqui hoje um outro país, cujo primeiro-ministro, aliás, é consignatário da «Carta dos Oito», tal como V. Ex.^a, que pôs reservas e restrições à utilização das suas bases e do seu espaço aéreo, que é a Itália.

Gostávamos que nos esclarecesse porque é que foi feita a cedência irrestrita da Base das Lajes, além do mais sem

qualquer explicação sobre a razão porque não foi accionada uma nova autorização específica, já que a justificação anterior era genérica para o combate ao terrorismo.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine, pois já esgotou o seu tempo.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Sr. Primeiro-Ministro, diga ao povo português, que, na sua maioria, está contra esta guerra e contra a posição do Governo...

O Sr. Presidente: — Terminou o seu tempo.

Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Luís Fazenda, vou tentar responder a todas as questões que me colocou.

Em primeiro lugar, os senhores têm todo o direito de censurar o Governo, mas eu também tenho o direito de dizer o que penso dessa censura.

Não me referi a oportunismo em relação ao Bloco de Esquerda, mas sim em relação ao Partido Socialista.

O Sr. José Sócrates (PS): — É o que lhe dói!

O Orador: — VV. Ex.^{as} querem levar com as dores do Partido Socialista, mas não era nos senhores que estava a pensar quando falei de oportunismo político.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Falou na oposição!

O Orador: — Em relação à ONU, a minha posição é clara. Aliás, ficou também na declaração dos Açores, tal como ainda há pouco disse: estamos a fazer o possível para que a ONU, tanto quanto possível, volte a este processo, nomeadamente no que diz respeito à ajuda humanitária e à reconstrução do Iraque. Esta é, claramente, a nossa posição.

No que se refere às armas para o Iraque, os senhores ainda não me apresentaram desculpas. Disseram que eu, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, autorizei a venda de armas ao Iraque, o que é falso. Basearam-se numa estatística que estava errada, que confundiu o Iraque com o Chile. A verdade é esta: Portugal começou a vender armas ao Iraque em 1984, era Primeiro-Ministro o Dr. Mário Soares, e eu tenho a honra que ter participado no governo que acabou com a venda de armas ao Iraque, porque, a partir de 1990, Portugal nunca mais vendeu armas ao Iraque.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Então, durante quatro ou cinco anos, venderam!

O Orador: — A verdade é esta!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Não venham agora dizer que não venderam armas!

O Orador: — No que diz respeito à Alemanha, Sr. Deputado Luís Fazenda, devo dizer que esse país está a dar apoio aos Estados Unidos.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Afinal, também têm divergências!

O Orador: — A Alemanha é que talvez tenha mais dificuldades em explicar como é que pode criticar constantemente a posição norte-americana e ceder-lhe o espaço aéreo e as suas bases.

Portugal apoia os Estados Unidos, portanto, é natural que autorize a utilização da Base das Lajes. Por isso, não temos qualquer problema. A Alemanha é que deve ter de explicar isso, e está a fazê-lo, como aliado dos Estados Unidos que é e que vai continuar a ser.

Com mais ou menos divergências, estou convencido de que se vai restabelecer a confiança na relação transatlântica.

É verdade que os senhores sempre estiveram contra estas intervenções. Estiveram contra a intervenção no Kosovo e disseram, em relação ao anterior governo, do Eng.º Guterres, o seguinte: «O Governo português revelou, mais uma vez, um servilismo ignóbil ao disponibilizar a Esquadra dos F16 para a agressão». E acrescentaram: «O Governo português não deve solidariedade para com as aventuras belicistas dos americanos, deve estar solidário com a vontade de paz do povo português».

É fácil falar em paz todo o tempo, mas a verdade é que temos o dever de dizer: paz, sim,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Guerra, não!

O Orador: — ... mas paz com liberdade e paz com segurança. Esta é a posição do Governo português.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a mesa, no mesmo sentido de outras interpelações já feitas.

O Sr. Presidente: — É o mal deste tipo de interpelações. Mas peço-lhe que tenha em atenção a forma como a anterior interpelação acabou.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, pelo menos prometo que não envio fotografias.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr. Presidente, quero registar que o Sr. Primeiro-Ministro, mais uma vez, dizendo o contrário, acabou por confirmar aquilo que repetidamente aqui tem sido afirmado, porque, estando em funções um governo de que foi membro, durante cinco anos ainda vendeu armas ao Iraque.

A Sr.ª Joana Amaral Dias (BE): — Exactamente!

O Orador: — Pode ter terminado a venda de armas no seu governo, mas, durante cinco anos, vendeu armas ao Iraque, e isto é lapidar acerca de democracias e tiranias.

Aplausos do BE.

O Sr. Presidente: — O Sr. Primeiro-Ministro também quer interpelar a Mesa sobre esta matéria ou não?

O Sr. Primeiro-Ministro: — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, faça favor.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, não gosto muito deste método, mas é o método que a Assembleia da República segue e eu respeito-a.

O Sr. Honório Novo (PCP): — É o método que o senhor usou durante muitos anos! Já não se lembra?!

O Orador: — A questão é esta, Sr. Deputado: o Bloco de Esquerda acusou-me — acho que não foi V. Ex.^a pessoalmente — de, como Ministro dos Negócios Estrangeiros, ter autorizado, porque é o Ministro dos Negócios Estrangeiros que autoriza, por proposta do Ministério da Defesa, de vender armas ao Iraque. Isso é falso! Eu nunca autorizei a venda de armas a um país relativamente ao qual existia um embargo das Nações Unidas. É falso e julgo que me seria devido um pedido de desculpas...

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Oh!

O Orador: — ... ou, pelo menos, reconhecer que se enganaram.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Fazia parte do governo!

O Orador: — Fiz parte de um governo que terminou com a venda de armas ao Iraque. Porque é verdade — e já o disse aqui — que, durante muitos anos, tendo começado com um governo em que era primeiro-ministro o Dr. Mário Soares, Portugal vendeu armas ao Iraque, porque naquela altura não havia ainda um embargo quanto à venda de armas a esse país.

A Sr.ª Joana Amaral Dias (BE): — Não era uma tirania!

O Orador: — Por isso, direi que me orgulhou de ter participado num governo que acabou com a venda de armas ao Iraque. V. Ex.^a não poderá dizer o mesmo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Isabel Castro.

A Sr.ª Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, não cometerei a desleigância de fazer aquilo que V. Ex.^a fez, não há muitos dias, de dizer que o seu discurso nada acrescentou, porque me parece, verdadeiramente, que ele, fugindo àquilo que está em discussão, é revelador. Julgo que, pela primeira vez, de uma forma clara, há na sua intervenção e no modo como se dirige a esta Câmara um traço de arrogância e autoritarismo que não lhe conhecímos e que pensamos que só pode ser justificado pela situação de enorme embaraço com que está confrontado com estas moções de censura.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Boa piada!

A Oradora: — Porque as moções de censura, Sr. Primeiro-Ministro, não são, como V. Ex.^a bem sabe, só uma forma de, exercendo um direito constitucional, fazer cair um governo, elas são também uma forma de exercer um direito — aliás, não vejo porque é que quem era suposto não conviver mal com a diferença a recusa de uma forma tão linear —, que é de chamar à discussão um facto de enorme gravidade, que tem repercussões para o País. E aquilo que estamos a ter hoje é uma discussão em torno de uma guerra.

É que a mesma Constituição que define a possibilidade de recurso a uma censura e explica as diferentes leituras que ela tem, também diz que o Estado português se obriga ao respeito pelo Direito Internacional nas suas relações internacionais e à procura da paz, e é a esse dever, em nome dos direitos e da paz, que, manifestamente, o seu Governo faltou.

Gostaria, Sr. Primeiro-Ministro, de voltar a uma questão que é recorrente nestes debates, que é esta visão maniqueísta entre bons e maus, porventura influenciada pelo «eixo do mal», e colocar a discussão em torno de tirania ou democracia. A este respeito, gostaria que o Sr. Primeiro-Ministro, que, ao contrário de mim, presumo que é uma pessoa com convicções religiosas, me dissesse que entendimento é que tem dos sucessivos apelos do Papa, nomeadamente de há dois dias, em relação a esta guerra, dizendo que ela é claramente uma ameaça à humanidade e que não pode resolver os problemas com que o Iraque se defronta.

É esta opinião que eu gostaria que desse a esta Câmara, porque esta é, seguramente, uma resposta que os portugueses gostarão de ter de alguém que tem insistido que quem é contra a guerra é a favor de uma ditadura.

A segunda questão...

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, peço-lhe que termine, porque já esgotou o seu tempo.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Já não há segunda questão!

A Oradora: — Então, não há segunda questão.

Risos.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Primeiro-Ministro: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, V. Ex.^a disse que eu não trouxe novidades. A verdade é que este já é o quarto ou quinto debate que temos sobre esta matéria e sabe que, quando se fala verdade, não se pode ser original todos os dias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A questão é esta: nós mantemos a nossa posição, mas temos o direito de analisar os fundamentos e os pressupostos das moções de censura que apresentaram. E, nesse sentido, acho que houve, de facto, alguma novidade e que os portugueses ficaram a saber que tipo de oposição existe hoje nesta Assembleia da República. Acho que um debate que muitos julgavam redundante acabou até por ser útil.

No que diz respeito à questão da democracia e da tirania, sou pela democracia, sou contra a tirania. Dentro de alguns dias, vamos aqui comemorar mais um aniversário do 25 de Abril, e o Governo está aqui de cabeça bem erguida porque também nesta matéria está do lado certo: do lado da democracia e do lado da liberdade.

VV. Ex.^{as}, que chamaram todos os nomes ao Papa João Paulo II, qualificando-o como o mais reaccionário da História, ultimamente invocam constantemente a sua figura. Ora, o Papa é um líder espiritual, a sua intervenção coloca-se no plano espiritual. Eu não concebo outra posição para o chefe da Igreja Católica que não seja, obviamente, a da defesa da paz. O Papa não se pronunciou quanto à responsabilidade pela situação de guerra. E o que VV. Ex.^{as} também não dizem é que, hoje, há uma situação de guerra que nós condenamos e eu condeno — eu não gosto da guerra, detesto a guerra! Mas eu digo mais: a responsabilidade da guerra é do ditador Saddam Hussein, e VV. Ex.^{as} não pensam assim, pensam ao contrário. Essa é, de facto, a nossa diferença.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas o Governo, que, em primeiro lugar, é um governo de um Estado laico, toma posições no plano político, no plano do interesse nacional e no plano dos valores a que deve obediência. Considero que a posição que o Governo português tem tornado e continua a tomar nesta matéria é a posição — a única! — coerente com os nossos valores e também com os nossos interesses. E é essa a posição que hoje, aqui, mais uma vez reafirmamos. Depois deste debate, saio reforçado na minha convicção de que esta é a única orientação que serve o interesse de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Chaves.

O Sr. Henrique Chaves (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Debatemos aqui, em Plenário, quatro moções de censura ao XV Governo Constitucional, apresentadas pelos quatro grupos parlamentares de esquerda representados neste Parlamento.

O que separa tais quatro moções de censura são exactamente 55 minutos, que é o espaço de tempo que mediou entre a entrada da primeira moção, apresentada pelo Partido Socialista, e a última, apresentada pelo Partido Ecologista Os Verdes.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O que une é a irresponsabilidade, a falta de sentido de Estado, o «fazer tábua rasa» da unidade e coesão nacionais recomendadas, e muito bem, pelo Sr. Presidente da República, como devendo ser a postura correcta do País na grave crise internacional que atravessamos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Que assim procedam o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda não é de admirar. O seu comportamento tem

sido o de sistemático boicote a todo o meritório trabalho de recuperação e de reforma de Portugal que tem levado a cabo o XV Governo Constitucional, resultante da maioria democraticamente eleita pelo povo português no último acto eleitoral.

Já espanta, faz pena e lamenta-se que o Partido Socialista se tenha colado de vez a esta esquerda destrutiva.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Se calhar, temos aqui, no nosso País, pioneiramente representada e aglutinada, a nova esquerda de que tratava o editorial do semanário *Expresso*, no passado sábado.

O Sr. António Costa (PS): — Era o que faltava!

O Orador: — Porquê irresponsabilidade do Partido Socialista? Porque sendo conhecida a sua divergência relativamente à posição do Governo de Portugal, propôs e manteve uma moção de censura que sabe votada ao fracasso e apenas agudiza, num momento tão delicado como este, o combate político-partidário interno.

Porquê falta de sentido de Estado? Porque o Partido Socialista quebrou o consenso de anos em matéria de política externa, não querendo entender que a posição de Portugal, em nome dos princípios da segurança internacional e da democracia, não podia ser outra que não fosse a de ajudar os seus aliados, na medida das suas possibilidades, na neutralização de uma ditadura que ameaça o mundo ocidental com armas de destruição maciça e apoio ao terrorismo.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Quanto à tábua rasa da unidade e coesão nacionais, está consubstanciada na moção de censura apresentada pelo Partido Socialista com violação do apelo nesse sentido responsável feito aos portugueses, pelo Sr. Presidente da República.

Poderão os portugueses estar descansados, e desiluda-se o Partido Socialista. A democracia é a vontade da maioria. A maioria, aqui representada pelos partidos da coligação que sustentam o Governo, está firme que nem uma rocha sobre a justeza e a correcção dos princípios e interesses nacionais, determinantes das decisões tomadas pelo Governo.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Constitui denominador comum às quatro moções apresentadas a invocação da ilegalidade e unilateralidade da acção militar dos aliados contra o Iraque, por falta de sustentação jurídica suficiente no âmbito das Nações Unidas.

A matéria é requerida. A divergência entre maioria e oposição é amplamente conhecida. O Governo, pelo menos quatro vezes, deslocou-se a esta Casa, antes e durante o processo decisório, para aqui expor, com toda a transparência e abertura, os factos e as motivações das posições já tomadas ou a tomar.

Isto, assim, em absoluto contraste com o Governo do Sr. Eng.^o António Guterres, a propósito da intervenção no Kosovo, o qual apenas se dignou comparecer para dar explicações mais de dez dias depois do seu início.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O Partido Socialista, a propósito, vem, agora, com uma ductilidade jurídica extraordinária, sustentar que a resolução não era essencial pois a intervenção tinha cariz humanitário.

Ficámos a saber que os F-16 portugueses têm uma aptidão que ninguém conhecia — as missões humanitárias.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Há factos que ninguém discute pois são do domínio público. O regime iraquiano é uma ditadura desumana, feroz e sanguinária que opõe o seu povo e viola sistematicamente os direitos humanos: Saddam eliminou fisicamente centenas de opositores seus; Saddam utilizou armas químicas contra o seu próprio povo; Saddam chegou ao ponto de eliminar, ele próprio, um dos seus ministros em pleno Conselho de Ministros, com um tiro na cabeça; Saddam ordenou a execução de dois dos seus genros, que abandonaram o país com as suas mulheres, garantiu-lhes que, se regressassem, não seriam alvo de vingança alguma, tendo os dois acreditado, pelo que voltaram e 48 horas depois as filhas de Saddam tinham-se divorciado dos maridos e estes eram mortos.

Mas Saddam podia ser um produto para mero consumo interno. Só que não é. Saddam invadiu dois Países de onde foi afastado pela força, detém armas de destruição maciça e apoia o terrorismo internacional.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Em 1991, depois da Guerra do Golfo, Saddam, como condição de paz, obrigou-se a destruir as armas em seu poder, a deixar-se inspecionar e a abandonar os programas de investigação em curso para fins militares. Pura e simplesmente nada fez daquilo a que se obrigara.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O Iraque entrou em falta, em incumprimento do Direito Internacional, e, em 1998, pura e simplesmente expulsou os inspectores.

Durante 10 anos, os americanos chamaram a atenção dos seus aliados para esta situação, os quais, com exceção dos britânicos, não ligaram.

Entretanto, durante 12 anos, Saddam não cumpriu 17 resoluções das Nações Unidas. Até que, finalmente, a 8 de Novembro de 2002, foi aprovada, por unanimidade, a célebre Resolução n.º 1441 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Nos termos desta Resolução, a obrigação de provar o desarmamento, o tal ónus da prova, era do Iraque, que deveria, igualmente, deixar entrevistar com inteira liberdade e sem restrições os cientistas envolvidos nos programas.

Mais, as inspecções deveriam estar concluídas em 45 dias.

Mais ainda, era a oportunidade final do Iraque: «*The final opportunity to comply with its disarmament obligations under relevant resolutions of the Council*», nos termos do n.º 2 da Resolução.

E o que acontecia se esta oportunidade final não fosse cumprida pelo Iraque? Nos termos do n.º 13 da Resolução, o Iraque defrontaria sérias consequências.

O que se seguiu é de todos conhecido. O Iraque iludiu e manipulou a comunidade internacional. Não permitiu que os cientistas fossem ouvidos em privado. Escondeu mísseis que disse que não tinha mas que, afinal, tinha. Afirmando que desmantelara armas de destruição maciça, químicas e biológicas, mas não soube revelar como nem onde. Jogou, enfim, o jogo do rato e do gato com a Comunidade Internacional.

Ora, há muito que haviam expirado os prazos concedidos no âmbito da Resolução 1441.

E eu pergunto: depois de uma oportunidade final há outra? Obviamente que não deve haver, sob pena de subversão da realidade.

E o que são «consequências sérias» em matéria tão grave como esta? Não podem deixar de ser as da intervenção armada contra quem violou 17 resoluções do Conselho de Segurança da ONU e constitui uma ameaça gravíssima à ordem internacional e aos valores da nossa civilização.

A Resolução n.º 1441 legitimara, há muito, uma intervenção militar dos aliados no Iraque e constituía plena cobertura jurídica da ONU para essa intervenção.

O Direito Internacional é, por natureza, como o demonstra a História, um Direito muito mais frágil e menos coercivo do que o Direito interno. E, no entanto, o Direito Internacional interfere com valores muito mais importantes do que o comum Direito interno dos Estados. Interfere com a democracia, a luta contra os ditadores loucos, a destruição da liberdade através do terrorismo internacional e do uso de armas de destruição maciça.

Admitir, como o fez a comunidade internacional, que Saddam, no jogo do gato e do rato, fosse contornando o cumprimento das resoluções constituiu um rude golpe para a credibilidade da ONU e do Direito Internacional.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Saddam conseguiu, durante alguns meses, fazer crer, com os seus artifícios, que as normas do Direito Internacional não são para cumprir. Esse era o seu designio final.

Infelizmente, para tanto contribuíram alguns países que, com especiais responsabilidades, por serem detentores do direito de voto, privilegiaram interesses políticos conjunturais e tentaram paralisar as Nações Unidas, anunciando previamente o chumbo à intervenção armada.

Sr. Presidente e Srs. Deputados: Em nossa opinião, a Resolução 1441 legitima em absoluto a intervenção militar dos Aliados no Iraque.

Mas a guerra é, para as pessoas de bem, o último dos últimos meios. E, por isso, foram dadas a Saddam várias últimas oportunidades, passe o contra-senso que tal representa, assim como descrédito para o Direito Internacional.

Os americanos colocaram no terreno milhares de homens numa derradeira tentativa para levar Saddam a cumprir. Apesar disso, Saddam continuou a jogar ao jogo do gato e do rato, avançando sucessivamente com situações em que o que hoje é verdade ontem era mentira.

A propósito, dir-se-á que é fácil para países como a França pedirem prorrogação de prazo quando não são esses países quem suporta a colocação no terreno das forças de pressão, necessárias à derradeira tentativa de cumprimento de prazos há muito ultrapassados.

Ora, chegados a este ponto, importa dizer que a «Carta dos Oito» e a cimeira dos Açores se integram nas últimas das últimas oportunidades para que Saddam cumprisse.

É falso que a Cimeira dos Açores tenha constituído uma cimeira de guerra. Ela constituiu, antes, em defesa da credibilidade do Direito Internacional, a fixação de um prazo definitivo para Saddam cumprir, em última das últimas oportunidades, a Resolução 1441, evitando assim as «séries consequências» nela previstas.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Saddam optou por não cumprir o derradeiro apelo à paz que lhe foi oferecido. Tornou, assim, inevitável uma intervenção militar absolutamente legítima.

A Cimeira dos Açores constitui motivo de legítimo orgulho para Portugal. Assim não o entendeu o Partido Socialista que, a propósito de tão importante acontecimento, adoptou um comportamento lamentavelmente errático.

A «nova passionária» da área dos Negócios Estrangeiros do Partido Socialista, a Dr.ª Ana Gomes, no seu discurso desbragado...

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Desbragado?!

O Orador: — ... já bem conhecido dos portugueses, começou por incentivar o Sr. Primeiro Ministro para que nos Açores não fosse mero «estalajadeiro» dos líderes aliados.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Uma vergonha!

O Orador: — Ora, como era óbvio que ia acontecer, o Sr. Dr. Durão Barroso teve uma participação activa essencial na cimeira. Conseguiu evitar que ela se reduzisse a uma declaração de guerra contra Saddam e que a diplomacia dispusesse de mais 48 horas para funcionar.

Applausos do PSD e do CDS-PP.

Pois, como diz o povo: «Preso por ter cão e preso por não ter». A passagem de «estalajadeiro» a interveniente de pleno direito na cimeira mereceu ao Sr. Deputado Ferro Rodrigues o epíteto de «inqualificável» aplicado ao nosso Primeiro-Ministro. Não existe comportamento coerente no Partido Socialista.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, e Srs. Deputados: Nunca quisemos a guerra. O Governo sempre pretendeu que o Conselho de Segurança assumisse as suas responsabilidades e sempre colocou toda esta questão no quadro das Nações Unidas. O Governo sempre afirmou que não enviaríamos tropas para a guerra e que não a declararíamos.

Agora, não nos confundam com o Partido Socialista: nós não somos dos que «assobiam para o lado» a fingir quer não vêem, dos que «metem a cabeça na areia» ou que fazem *slalom* para escapar às gotas de chuva.

Protestos do Deputado do PS Vicente Jorge Silva.

Isso é para o Partido Socialista e para a tal «nova esquerda unida».

A Sr.^a Adriana de Aguiar Branco (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Como disse, nesta Casa, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, ser neutral significa não tomar posição num conflito e abster-se de auxiliar uma das partes.

Esta maioria não é assim. Esta maioria não vira a cara às decisões. Virar a cara leva ao pântano e este à fuga às responsabilidades. Esta maioria decide. Não participou nem vai participar nas acções militares, mas não ficou numa posição neutral, nem ficará!

Não há neutralidade possível num confronto entre os nossos principais aliados e Saddam, entre uma ditadura e uma democracia. Não há neutralidade possível entre os valores da liberdade e da defesa dos direitos do homem e os da violência, da demência e da repressão daqueles direitos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Não há neutralidade possível na luta pela segurança do mundo, para as pessoas, as famílias e os nossos filhos contra aqueles que pretendem destruir os nossos valores e a nossa segurança colectiva com armas de destruição maciça e terrorismo global.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Somos pequenos, mas isso não nos impede de deixar claro de que lado estamos.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Estamos do lado da liberdade, da democracia, da segurança e da paz e daqueles que felizmente têm capacidade para defender tais valores.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Se isto é ser seguidista então somos seguidistas.

Vozes do PS: — Isso são!

O Orador: — Sr. Presidente e Srs. Deputados: Tenho orgulho em ser português, ao lado de um Primeiro-Ministro com a indómita coragem de traçar tal caminho! Tenho orgulho em ver desfraldada e erguida a bandeira portuguesa em defesa destes valores.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Há quatro Srs. Deputados inscritos para pedidos de esclarecimento.

Em primeiro lugar, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo. Dispõe de 3 minutos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Henrique Chaves, eu também tenho muito orgulho em ser português, mas confesso-lhe que tenho

muita vergonha deste Primeiro-Ministro que nos arrasta para este lodaçal!

Vozes do PCP: — Muito bem!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Orador: — Sr. Deputado Henrique Chaves, há muitos argumentos — o senhor chama-lhe argumentos, eu chamo-lhe pretextos — que o Governo usa para sustentar o seu apoio activo à agressão armada ao povo iraquiano e a um Estado soberano. Como ficou patente na sua intervenção, um desses pretextos tem a ver com o facto de o regime iraquiano não ser um regime democrático e com o facto de o Sr. Saddam Hussein ser, obviamente, um ditador.

De facto, estou inteiramente de acordo: Saddam Hussein é um ditador sanguinário. Só que importava, Sr. Deputado Henrique Chaves, que nos dissesse desde quando é que este Governo, este Primeiro-Ministro e o partido a que o senhor pertence passaram a considerar Saddam Hussein um ditador! Quando é que mudou de opinião? Desde quando é que ele se transformou de amigo dilecto em ditador perigoso?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Pela nossa parte, Sr. Deputado, desde 1980 que o dizemos, desde o momento em que o Sr. Donald Rumsfeld se reunia em privado, durante mais de duas horas, com o Sr. Saddam Hussein! Desde o momento em que os agora invasores vendiam ao ditador armas químicas, as tais armas com que o então vosso amigo Saddam Hussein dizimava milhares de curdos, milhares de iranianos e milhares de opositores a que o senhor fez alusão na sua intervenção. Desde o momento, Sr. Deputado Henrique Chaves, em que o Sr. William Casey, director da CIA, contratava empresas chilenas — na altura, como se recordará, o regime chileno ainda não era propriamente o berço da democracia, sob a «pata» do Sr. Pinochet — para fazerem chegar a Bagdade as tais armas de destruição maciça que agora tanto procuram. As tais armas, Sr. Deputado Henrique Chaves, que constituem outro pretexto do seu Governo para se assumir como — desculpe a expressão, mas é a verdade — cúmplice desta guerra criminosa!

Sr. Deputado, a verdade é que, há muito, esta guerra deixou de ser para desarmar; passou a ser para mudar de regime. E pergunto-lhe: era isto o que estava previsto na Resolução 1441? Onde é que isto estava escrito? Em que linha? Em que anexo estava prevista a mudança de regime?

Esta guerra, esta invasão — anuncia-se, agora — vai substituir o Sr. Saddam Hussein por um protectorado. Importava saber se esse protectorado, dominado pelo Sr. General Franks, é o vosso conceito de Direito Internacional.

Aplausos do PCP.

O Sr. Presidente: — Informo a Câmara que o Sr. Deputado Henrique Chaves, dadas as óbvias limitações de tempo, responderá em conjunto aos pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Henrique Chaves, vou tentar fazer perguntas objectivas, que, como é evidente, exigem respostas objectivas.

Questiono-o desde logo sobre o seguinte: o senhor refere que a Resolução 1441 seria suficiente para a invasão e para o crime a que estamos a assistir. Então, por que razão é que os Estados Unidos da América e o Governo tanto procuraram uma outra resolução? Que estranha contradição!

Já agora, questionava-o também sobre a atitude, a todos os títulos lamentável, de ainda há pouco do Sr. Primeiro-Ministro.

O Sr. Paulo Pereira Coelho (PSD): — Lamentável é o senhor!

O Orador: — Gostava de o ouvir comentar essa questão! Como é que é possível que o Sr. Primeiro-Ministro...

Protestos do PSD.

Eu agradecia respeito, silêncio e boa educação...

Risos do PSD.

Como é que é possível que o Sr. Primeiro-Ministro se desresponsabilize...

Protestos do PSD.

Sr. Presidente, manifestamente, não tenho condições para prosseguir!

O Sr. Presidente: — Por favor, Srs. Deputados, deixem ouvir o orador.

O Sr. Paulo Pereira Coelho (PSD): — A linguagem tem limites!

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu gostava realmente de poder continuar. Vê-se bem onde é que está o radicalismo!

Gostava que o Sr. Deputado Henrique Chaves comentasse a lamentável atitude do nosso Primeiro-Ministro ao desresponsabilizar-se, numa atitude a todos os títulos condenável, da venda de armas entre 1985 e 1990, dizendo: «isso não era comigo, era com o ministro da altura». Acha isto uma atitude ética?! E acha ético que o mesmo Primeiro-Ministro, aqui, neste Parlamento, tenha dito que entre 1985 e 1990 se venderam armas tanto ao Irão como ao Iraque, desresponsabilizando-se também, porque não havia embargo?! É o embargo que torna as atitudes mais éticas ou menos éticas?!

Protestos do Deputado do PSD Paulo Pereira Coelho.

Ó Sr. Deputado, tenha educação! Tenha educação, que lhe fica bem!

O Sr. Deputado Henrique Chaves referiu o massacre dos curdos. Sabe quando ocorreu esse massacre? Foi em 1988! Sabe quem também estava no governo, como secre-

tário de Estado? O Sr. Primeiro-Ministro! Ouviu alguma condenação do Sr. Primeiro-Ministro na altura?

Protestos do PSD.

Pois olhe que nós condenámos! Ouviu alguma condenação do governo na altura? Pois olhe que nós condenámos! Sr. Deputado, provavelmente, houve armas portuguesas nesse massacre e isso é, a todos os títulos, lamentável.

Mas, já agora, permita-me também questioná-lo com serenidade. Como é possível que, até ao momento, não tenhamos ouvido, por parte do Governo ou dos Srs. Deputados da maioria, uma só palavra, uma só palavra em relação às vítimas desta guerra, que é um autêntico crime contra a humanidade?!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Como justificar este silêncio, Sr. Deputado?!

Aplausos do BE, do PS e do PCP.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — É mentira!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Houve palavras em relação às vítimas dos dois lados!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, por favor, no início do debate apelei para que deixassem ouvir os oradores. Cada um exprime livremente as suas opiniões e os Srs. Deputados que desejem exprimi-las inscrevem-se e a Mesa dar-lhes-á a palavra.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, permite-me o uso da palavra?

O Sr. Presidente: — Para que efeito pede a palavra, Sr. Deputado?

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa, e tem a ver com a orientação dos trabalhos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Sr. Presidente, quero apenas pedir à Mesa que distribua um exemplar da intervenção do Sr. Primeiro-Ministro ao Sr. Deputado João Teixeira Lopes para que ele confirme quanto o Sr. Primeiro-Ministro, na sua intervenção, lamentou também as vítimas da guerra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado João Teixeira Lopes teve ocasião de ouvir essa intervenção e, com certeza, tem esse ponto presente.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Vera Jardim.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Henrique Chaves, telegraficamente, porque

o tempo é pouco, vou referir-me a dois ou três aspectos da sua intervenção.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado chamou aqui, de novo, a «unidade nacional» referida no discurso do Sr. Presidente da República. Mas, Sr. Deputado, V. Ex.^a esqueceu várias coisas. Esqueceu que, dois parágrafos antes, o Sr. Presidente da República nos convoca para o debate democrático e republicano sobre esta questão e não sobre qualquer outra; esqueceu-se também, Sr. Deputado, de que, ao falar na «unidade nacional», o Sr. Presidente da República afirma que há entre ele e o Governo uma manifesta divergência de opiniões sobre esta questão...

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ... e que só para evitar um conflito institucional aberto, e nós sabemos o que é um conflito institucional aberto,...

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas): — E o que é um conflito institucional fechado?!

O Orador: — Sr. Presidente, como suponho que o Sr. Ministro Paulo Portas me quer dirigir um pedido de esclarecimento, sugiro que o Sr. Presidente lhe dê a palavra.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se o Sr. Ministro Paulo Portas pretender usar da palavra, dar-lha-ei, mas até agora não deu qualquer sinal nesse sentido.

O Orador: — Mas deu sinais algo excitados!

Vozes do CDS-PP: — Ah!

O Orador: — Como estava a dizer, só para evitar esse conflito institucional, o Sr. Presidente da República chama a atenção para a necessidade de os órgãos de Estado, designadamente Presidente da República e Governo, arranjarem algum meio termo em que se possam encontrar para evitar esse conflito institucional.

Mas o Sr. Deputado esqueceu-se ainda de que, precisamente a propósito da apresentação de moções de censura, logo, quando alguns Deputados do CDS-PP — e suponho que também V. Ex.^a se deverá ter unido a esse clamor — vieram apelar a que fossem retiradas, o Sr. Presidente da República, interrogado sobre essa matéria, declarou que não concordava, que não era esse o sentido do apego à unidade nacional.

Portanto, Sr. Deputado, leituras de discursos do Sr. Presidente da República é bom que sejam feitas de forma completa e é bom que não tenham interpretações inadmissíveis.

O Sr. António Costa (PS): — Têm de ter interpretação autêntica!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente! E certificada!

O Orador: — Sr. Deputado Henrique Chaves, o Sr. Deputado veio hoje aqui trazer-nos uma teoria que nós

já tínhamos por ultrapassada e que já nem o Sr. Primeiro-Ministro defende: a de que, na Resolução 1441, está aberta a porta à guerra.

Ora bem, trata-se de uma teoria sobre a qual não vou perder muito tempo, mas, Sr. Deputado, vou colocar-lhe uma questão. V. Ex.^a e o Sr. Primeiro-Ministro, ultimamente, têm acentuado o discurso não entre a paz e a guerra, que dizem ser uma falsa questão, mas entre a democracia e a tirania, que é a verdadeira questão. Pergunto-lhe, Sr. Deputado: em que direito, em que resolução, em que prática e em que legitimidade é que V. Ex.^a apoia uma guerra para acabar com a tirania? E, já agora, pergunto-lhe ainda o seguinte: a começarmos assim, Sr. Deputado, onde é que vamos acabar?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Henrique Chaves, gostava de saber qual é o critério do Sr. Deputado, porque já percebemos que critérios há muitos, relativamente a esta forma de guerras preventivas. É o combate às ditaduras? É a procura de armas de destruição maciça, cuja certeza sobre a sua existência ainda se procura obter, desencadeada a plena guerra, ou é o interesse estratégico dos Estados Unidos da América?

Digo-lhe o seguinte, Sr. Deputado: as democracias não se fazem de rótulos, fazem-se de ações democráticas. E violar todas as regras de Direito Internacional, à revelia de tudo e de todos, contra tudo e contra todos, como os Estados Unidos sempre disseram que avançariam, é muito complicado, sobretudo para o futuro do mundo, porque, e gostava de o sublinhar, este novo conceito de guerras preventivas não vai trazer a paz definitiva ao mundo. Ao contrário daquilo que o Sr. Primeiro-Ministro referiu, dele vão resultar, sim, outras guerras preventivas e, naturalmente, outras reacções e respostas a este tipo de guerras.

Por outro lado, gostava também de referir que o Sr. Deputado disse que o regime iraquiano fez sofrer muito o seu povo. É verdade, Sr. Deputado! E os Estados Unidos, que fizeram ao povo iraquiano? Fizeram o armamento desse regime, deram-lhe força e agora destroem, matam o povo iraquiano.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Exactamente!

A Oradora: — Como interesses estratégicos fazem dar tantas reviravoltas, Sr. Deputado!...

Em último lugar, gostava de ouvir uma palavra do Sr. Deputado sobre a morte de crianças, mulheres e homens que já decorreu dos bombardeamentos e do verdadeiro drama humanitário a que, neste momento, se assiste no Iraque, com essas mortes, com a falta de alimentos, com a falta de medicamentos. Pergunto, Sr. Deputado: também considera estas mortes e este drama humanitário efeitos colaterais desta guerra? Digo-lhe, Sr. Deputado, que os senhores o lamentam mas não o evitam e isso é que é pena. Mas isso, Sr. Deputado, na minha perspectiva, são apenas «lágrimas de crocodilo»!

Vozes do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, dispondo de um máximo de 5 minutos, tem a palavra o Sr. Deputado Henrique Chaves.

O Sr. Henrique Chaves (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, vou tentar sintetizar a resposta às várias perguntas que me foram feitas.

Começando pelo Partido Comunista, tenho a maior dificuldade em dialogar com o Partido Comunista, porque se trata de um partido que tem uma raiz profundamente anti-democrática.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP, tendo o Deputado Lino de Carvalho batido com as mãos nos tampos das bancadas.

É um partido que, na sua raiz, tem um fundamento anti-democrático e, portanto, não venha dizer que nós somos ou fomos amigos do governo de Saddam Hussein e do Iraque, porque o Partido Comunista é que, através dos seus amigos e aliados, teve e, se calhar, ainda tem relações com o regime de Saddam Hussein.

Protestos do PCP.

Mandou para lá gente da Intersindical, e todos nós sabemos que é o Partido Comunista, mandou Eurodeputados.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

Portanto, quem é que tem relações com o governo de Saddam Hussein? É o Partido Comunista, não somos nós!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Henrique Chaves, permita-me que o chame a atenção de que todos os partidos com assento nesta Casa são democráticos. Este é um princípio essencial.

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Orador: — Até ver, Sr. Presidente.

Uma outra questão que foi aqui colocada pelo Bloco de Esquerda e também pelo Partido Comunista... O Bloco de Esquerda não tem autoridade de espécie alguma para falar sobre este assunto.

Protestos do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

O Bloco de Esquerda tem o atrevimento de apresentar uma moção de censura em que fala do incumprimento do direito internacional. O Bloco de Esquerda sempre esteve contra o cumprimento do direito internacional!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado Luís Fazenda disse aqui que era contra uma guerra, houvesse ou não uma deliberação das Nações Unidas.

Portanto, se amanhã Portugal for invadido por algum país, o Bloco de Esquerda estará de cócoras na fronteira, com aquelas camisolas que costumam usar, a dizer «Não à guerra»...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP e do BE.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Isto é inadmissível, Sr. Presidente!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Henrique Chaves, torno a adverti-lo: a expressão que utilizou é uma expressão que não é parlamentar e peço-lhe o favor de a retirar.

O Orador: — Relativamente, e agora também já passo...

Protestos do PCP e do BE.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Henrique Chaves, peço-lhe o favor de retirar essa expressão, porque a considero extremamente ofensiva e é uma expressão que não é, de forma alguma, parlamentar.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Que nível! Que nível! Que nível tão baixo!

O Orador: — Relativamente ao Bloco de Esquerda e ao Partido Socialista, que disseram aqui que era uma violação da Resolução 1441, porque a última oportunidade, afinal, se calhar, tem mais dez a seguir, as sérias consequências, pelos vistos, não são sérias... A mim, isto faz-me a maior confusão! Uma última oportunidade não é uma última oportunidade?! Só não é para o Partido Socialista, porque o Partido Socialista sempre foi o partido dos consensos intermináveis que não levam a nada. Para mim, uma última oportunidade é uma última oportunidade!

O Sr. José Sócrates (PS): — Ah, valente!

O Orador: — E foi feito um esforço denodado pelo Governo português e pelos aliados, no sentido de levar essa última oportunidade muito mais longe. A cimeira dos Açores integra-se perfeitamente neste esforço louvável no sentido de, realmente, haver mais do que uma última oportunidade, ainda que isso implique um enorme contrassenso.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Que nível confrangedor!

O Orador: — De resto, quero dizer o seguinte ao Partido Socialista: o Partido Socialista é o único partido na Europa que apresenta uma moção de censura, ou seja, que quer trazer instabilidade interna ao País numa crise tão grave como esta crise internacional.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mais: há outro aspecto que me choca profundamente em termos de hierarquia de valores. Se formos ver a moção de censura apresentada pelo Partido Socialista, tem um aspecto que é comum a todas as outras, mas, no Partido Socialista, considero-o extraordinário. É que é apenas no terceiro ponto da moção que o Partido Socialista fala na ditadura sangrenta,...

Risos do Deputado do PS José Vera Jardim.

... expansionista do Sr. Saddam Hussein. Começa por criticar a acção que foi levada a cabo no sentido da defesa dos valores da democracia, da liberdade, da segurança e do combate contra o armamento...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... químico e bacteriológico, para só depois, em terceiro lugar, vir falar, realmente, na condenação do regime de Saddam Hussein.

O Sr. Honório Novo (PCP): — O regime que era vosso amigo!

O Orador: — Confesso, meus senhores, que olho para a vossa bancada e, intimamente, tenho dúvidas de que todos estejam nesse registo. No entanto, olho para esta bancada, para a minha bancada, olhos nos olhos, e para aquela, que é a do outro partido que compõe a coligação, e há uma unidade total. No Governo, que é a emanacão das duas bancadas, também vejo unidade total. E sabem por que é que há unidade total? Porque estão em causa valores fundamentais para a sociedade (que a esquerda, agora, pelas vistos, já nem vê!), que são a democracia, a liberdade, a segurança interna, a segurança no mundo, o combate ao terrorismo, o combate às armas de destruição maciça e a paz.

Aplausos do PSD, tendo os Srs. Deputados Gonçalo Capitão e Rodrigo Ribeiro aplaudido de pé, e do CDS-PP.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, permite-me uma interpelação à Mesa?

O Sr. Presidente: — Qual é o conteúdo da sua interpelação, Sr. Deputado?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Tem a ver com a condução dos trabalhos, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado, mas peço-lhe o favor de ser breve.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, muito rapidamente, é evidente que não pediremos a palavra para exercer o direito regimental de defesa da honra, porque entendemos que esta intervenção não o merece, mas não queremos deixar de registrar que, revendo-nos na posição que o Sr. Presidente tomou, o Sr. Deputado Henrique Chaves não retirou nenhuma das considerações que fez.

Aplausos do PCP e do BE.

O Sr. Presidente: — A Mesa anota a chamada de atenção do Sr. Deputado Bernardino Soares.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Telmo Correia.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Discutimos, hoje, várias moções de censura apresentadas conjuntamente pelos partidos e grupos da oposição da extrema-esquerda ao Partido Socialista.

Uma primeira reflexão leva-me, logo à partida, perante a gravidade da situação internacional, perante a guerra que, inevitável ou não no seu início, justificável ou não, está a decorrer e arrasta, como qualquer guerra, um cortejo de dramas humanos, de heroicidades e de tragédias e que é, sempre (a guerra) a mais flagrante demonstração das imperfeições humanas, a pôr os olhos em Bagdade, onde brevemente poderão começar alguns dos confrontos mais decisivos, mas também mais violentos, o que nos dá uma ideia da proporção e da grandeza das coisas.

Os documentos que aqui discutimos ficam, assim, reduzidos à sua verdadeira importância. Têm como pretexto a posição do Governo que é, já hoje, a posição portuguesa perante o conflito.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Portugal não declarou guerra a ninguém nem participa no conflito. Desejávamos, desde o início, que o envolvimento da comunidade internacional tivesse sido maior. Mas não traímos os nossos aliados e, perante o conflito, somos politicamente solidários com os países amigos e as democracias nele envolvidas.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Não hesitamos e desejamos convictamente o fim da ditadura de Saddam Hussein e a libertação do povo do Iraque.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

A nossa posição é proporcionada ao nosso peso e à solidariedade que temos para com os nossos aliados. E, perante a dimensão do conflito, é muito pequeno, muito pequeno mesmo, o que a oposição aqui apresenta.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Perante a razoável posição de Portugal, a esquerda mais não faz do que ensaiar um exercício, pequeno, de partidarização das naturais e legítimas preocupações da opinião pública portuguesa.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Em mais de 40 países existe uma posição semelhante à de Portugal. Alguns são até mais críticos do que nós em relação ao conflito, como é o caso da Alemanha, que, mesmo assim, cedeu as suas bases. Só em Portugal estamos a discutir moções de censura, só em Portugal há uma tentativa de derrubar o Governo. Temos uma posição razoável, mas temos a mais irresponsável oposição do mundo!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

No caminho para esta discussão, o Secretário-Geral do PS, Ferro Rodrigues, disse que não apostava na queda do Governo nem na instabilidade política.

Permitam-me que, a este propósito, vos cite o anterior Primeiro-Ministro de Portugal, António Guterres, quando respondia aqui, em Setembro de 2000, a uma moção de censura do Partido Social Democrata.

Dr. Ferro Rodrigues, Guterres citava Cavaco Silva e dizia: «Sejamos claros, sejamos muito claros: se o partido censurante apresenta, convictamente, uma moção de censura, é porque deseja derrubar o Governo. É esta a implicação constitucional necessária da moção de censura: lançar o País numa crise política, com todas as consequências graves que daí advêm para o bem-estar dos portugueses e para a defesa dos interesses de Portugal.» Por aqui já é claro o que pensava o anterior Secretário-Geral do PS do actual Secretário-Geral do PS.

Mas ele foi mais longe, e continuo a citar: «Se o partido censurante, ao invés, apresenta uma moção de censura mas não quer o derrube do Governo, então, temos de denunciar veementemente perante os portugueses a sua leviandade e falta de sentido de Estado, a sua apetência pela baixa política e, tal como sucede com outros, o seu total distanciamento dos requisitos da verdade, da nobreza de princípios e do espírito de responsabilidade.»

Repto: esta é a doutrina e a opinião comum dos dois anteriores primeiros-ministros de Portugal. E se apontam para o actual, por maioria de razão estou convencido de que ele a partilhará também. Até porque na altura em que António Guterres falava da «apetência pela baixa política» o mundo não estava em guerra, não estávamos em estagnação económica internacional e não enfrentávamos esta grave crise nas instituições mundiais.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Ou seja, por maioria de razão a irresponsabilidade hoje é maior, a leviandade é maior e a baixa política é maior ainda!

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Mais interessante ainda e, mais uma vez, o mesmo orador, António Guterres — lembra-se, Sr. Deputado António Costa? —, dizia: «Os dois partidos...» — na altura, éramos nós e o PSD — «...não têm sequer uma alternativa comum para enfrentar os problemas nacionais. A sua lógica é meramente destrutiva, mesmo com o risco de tornar o País ingovernável».

É muito interessante: na altura, exigia o Eng.^º António Guterres, Primeiro-Ministro de Portugal, que os partidos que apresentassem moções de censura tivessem uma alternativa comum; hoje, só temos de pensar que, em vez de termos os dois partidos de então, que demonstraram sentido de Estado e hoje governam o País, temos quatro partidos — aliás, três e mais um bocado... Pergunto se estes partidos têm uma alternativa capaz para apresentar a Portugal, se têm uma alternativa para o governo de Portugal e se teriam a mesma posição sobre a situação internacional.

É que o PCP e o Bloco de Esquerda sempre defendem a saída de Portugal da NATO; o PS, até agora, era a favor da NATO.

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Diz bem: «era»!

O Orador: — O Bloco de Esquerda, tal como o PCP, foi contra as intervenções no Kosovo e no Afeganistão; o PS era a favor.

O PCP sempre teve reservas em relação à presença de Portugal na União Europeia; não me parece que o PS tenha essas reservas.

A ideia é de António Guterres, não é minha. Mas é clara: os partidos censurantes tinham, e têm, a obrigação de apresentar uma alternativa de Governo. Vale a pena perguntar, lembrando as célebres palavras de Mário Soares: que raio de governo seria esse? Que espécie de híbrido teria a frente de esquerda a oferecer ao País?

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, conseguem imaginar um governo em que Ferro Rodrigues liderasse, em que a nova Ministra dos Negócios Estrangeiros fosse Ana Gomes, que tinha como Secretário de Estado Bernardino Soares, e no qual o Ministro da Defesa fosse, por exemplo, Luís Fazenda?! Que raio de governo seria este!?

Risos do CDS-PP.

A Ministra dos Negócios Estrangeiros chamava criminosos aos nossos principais aliados!... O Secretário de Estado, em Cuba, diria: neste momento, já não há dúvidas, não existe um único preso político!... E o Ministro da Defesa procuraria, pura e simplesmente, destruir o exército português!...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Só faltava neste Governo da frente de esquerda um Ministro das Finanças do PS, para acabar de vez com o défice e com a credibilidade externa de Portugal!...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O cenário não será assim tão negro. Por uma razão simples: o PS, no fundo, já disse que não quer derrubar o Governo. Foi só na onda. Está só a tentar subir uns pontos nas sondagens. Não comanda a sua estratégia política e é, hoje, pouco mais do que um satélite da esquerda mais radical.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Termino, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, com uma citação, desta vez, de Jaime Gama, no encerramento desse mesmo debate da moção de censura: «É muito importante que a própria oposição reflecta sobre o mandato que recebeu em termos de eleitorado quanto à eficácia — neste caso a não eficácia! — das moções de censura. O eleitorado, ao votar como votou, fez também uma opção de estabilidade, uma opção por uma oposição forte e com grande dimensão no Parlamento mas uma opção pela estabilidade governativa, porque recusam à oposição o principal instrumento constitucional para o derrube dos governos.» Como era razoável o PS naquela altura no governo!

De facto, a minha convicção é a de que os portugueses, na sua maioria, se revêem na estabilidade política, na coragem e na determinação de uma posição portuguesa que é proporcionada, correcta e leal para com os seus aliados e que por isso merece ser apoiada.

A nossa posição é a da tranquilidade e a da serenidade (o povo é sempre sereno) e é o sentido de Estado de quem não governa em função das sondagens do dia mas, sim, em função dos portugueses e, sobretudo, dos interesses permanentes desta velha Nação que é Portugal.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Telmo Correia, informo-o que beneficiou de 1 minuto cedido pelo PSD.

Srs. Deputados, há vários oradores inscritos para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Telmo Correia, mas ele não dispõe de tempo para responder. Assim, julgo que os Srs. Deputados que querem fazer perguntas devem ceder tempo dos respectivos partidos para que ele possa responder; senão, parece-me que a pergunta é totalmente inútil.

Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, quer manter a sua pergunta?

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Não, Sr. Presidente. Agora, é entendível por que é que o Sr. Deputado Telmo Correia não permite ser questionado sobre a intervenção que fez.

Protestos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — Sr.^a Deputada, penso que esse comentário não procede. O Sr. Deputado utilizou o tempo como quis e está no seu direito.

E o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins quer manter a pergunta?

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Não, Sr. Presidente, uma vez que, como é natural, temos o nosso tempo devidamente distribuído.

De qualquer modo, e em forma de interpelação à Mesa, gostaria de dizer ao Sr. Presidente...

Protestos do CDS-PP.

... que a argumentação aqui aduzida é a demonstração da falta de razão do Sr. Deputado Telmo Correia, que acaba, aliás, de fazer uma catilinária fundamentalmente contra o PSD e não contra o PS.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não posso considerar a sua intervenção como uma interpelação à Mesa, porque não o foi. De maneira que o tempo que utilizou será descontado no tempo do seu partido.

Entretanto, informo que a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita decidiu ceder 1 minuto do tempo do seu partido para o Sr. Deputado Telmo Correia poder responder.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, ainda antes da pergunta da Sr.^a Deputada Luísa Mesquita e da resposta que procurarei dar, gostava de esclarecer a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita, porque certamente não se apercebeu uma vez que não tem assento na Conferência de Líderes, que, apesar da boa vontade — tenho de o reconhecer — do líder do seu grupo parlamentar, que estava de acordo que o CDS-PP pudesse dispor de mais tempo neste debate, o meu partido tinha apenas 12 minutos para a totalidade do debate.

O Sr. Presidente: — Esse ponto está esclarecido, Sr. Deputado.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Eu tenho menos de metade do tempo de um partido que só tem dois Deputados!...

Protestos de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — São as regras do jogo, Sr. Deputado.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Ao contrário do que os senhores falam, predomina a tolerância da maioria, como vêem!...

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, esse assunto é perfeitamente claro. É o que resulta das regras do jogo.

Tem a palavra para pedir esclarecimentos a Sr.^a Deputada Luísa Mesquita. Dispõe de 3 minutos.

O Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Telmo Correia, há questões que a alta tecnologia da coligação que o senhor apoia não considerou. É matéria que não cabe nas armas dos «falcões» guerreiros nem sequer nos seus misérrimos «ajudantes de campo»!

Diz o Secretário-Geral das Nações Unidas, hoje, que, apesar de todos os esforços da comunidade internacional e da Organização das Nações Unidas, a guerra agride o Iraque pela terceira vez num quarto de século. 4500 crianças morrem por mês como resultado do embargo, mais de 1,5 milhões de pessoas morreram por causa das sanções — na sua maioria, são crianças. Calcula-se que, pelo menos, 10 000 morrerão nos próximos dias, calcula-se que 3 milhões de mulheres e de crianças não terão comida se a guerra for longa. Um representante do Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas afirmava que o Iraque irá ter necessidade da maior operação humanitária da História.

Estas são as verdadeiras consequências da guerra...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

A Oradora: — ... e a isto os senhores dizem nada. E o senhor o que diz?!

Decidida a guerra contra as instituições, a opinião pública e a irresponsável coligação bélica, a coligação pôs à venda um outro «produto»: haverá guerra, mas será curta; haverá guerra, mas terá o apoio do povo iraquiano.

Hoje, a evidência é uma insuspeita arma contra a hipocrisia e a mentira fácil daqueles que decidiram a agressão

ao Iraque. A guerra não é curta e a proposta apresentada nos últimos dias por W. Bush ao Senado prevê um financiamento para mais seis meses de agressão ao Iraque.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

A Oradora: — E quanto às bandeiras de libertação e à recepção amistosa, dizem os beligerantes, encontram a resistência do povo iraquiano. Um povo que recusa a agressão, um povo que resiste porque defende o seu território, a sua soberania e a sua autonomia, um povo que não quer a guerra porque não quer morrer.

Afinal, a guerra, que seria fácil na perspectiva dos agressores, ignorou, e ignora, que o mais difícil é ganhar a paz de todos aqueles que a defendem. Por isso os efeitos da guerra, Sr. Deputado, fazem da população iraquiana a primeira vítimas, mas constituem para a coligação e para o Governo sustentado pelo PSD e pelo CDS apenas uma nota de rodapé.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

A Oradora: — A guerra do Golfo, em 1991, debilitou todas as infra-estruturas, há 12 anos que se mantêm as sanções impostas pelas Nações Unidas e, a partir de 1996, para atenuar o impacto, tivemos o programa petróleo por alimentos, e isto o seu Governo ajudou a suspender.

A UNICEF denunciava, ainda antes do anúncio oficial da guerra, como resultado das incursões no sul do Iraque, que já não havia energia, que já não havia água, que já não havia alimentos para a população de algumas cidades situadas a sul. Dizia, ainda, a UNICEF que a morte das crianças era inaceitável e acusava alguma comunidade internacional de não ter uma visão clara das consequências da guerra e que só isso teria determinado a sua declaração. Em 19 de Março, quando do verdadeiro início mediático da guerra, a UNICEF denunciava que as crianças iraquianas não possuíam...

O Sr. Presidente: — O seu tempo esgotou-se, Sr.^a Deputada.

A Oradora: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Como estava a dizer, em 19 de Março, quando do verdadeiro início mediático da guerra, a UNICEF denunciava que as crianças iraquianas não possuíam condições para suportar a guerra. No entanto, o seu Governo, o PSD e o CDS apoiaram a interrupção de todas as ajudas humanitárias.

Por isso, Sr. Deputado...

O Sr. Presidente: — O seu tempo esgotou-se, Sr.^a Deputada.

Sr. Deputado Telmo Correia, dispõe de 1 minuto para responder. Peço-lhe para ser sintético.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, devo confessar que isto é um pouco «democracia à moda do Leste», porque a Sr.^a Deputada usou de 3 minutos para me fazer a pergunta e eu tenho 1 minuto para responder. Em qualquer caso, Sr.^a Deputada...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Tem 1 minuto, e é nosso. É mal agradecido!

O Orador: — Ainda por cima, não querem ouvir a resposta. Assim o 1 minuto esgota-se rapidamente!

Protestos do PCP e Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, por favor. façam silêncio. A nossa agenda de hoje é muito pesada, temos ainda muito trabalho por diante.

O Orador: — O tempo concedido devia ser igual, Sr. Presidente. É só isso que quero dizer, mas enfim...

Diz a Sr.^a Deputada que é a terceira vez que a guerra agride o Iraque. É evidente que é a terceira vez, porque este conflito tem um alicerce óbvio nas resoluções anteriores.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Claro!

O Orador: — Quem, do ponto de vista jurídico internacional, defende a legitimidade sustenta-a, como é óbvio, nas Resoluções 678 e 687 e na sua conjugação com a Resolução 1441.

Sr.^a Deputada, a Resolução 678 é a que autoriza a primeira guerra do Golfo e a Sr.^a Deputada sabe, como eu sei, que o Iraque invadiu dois dos seus vizinhos; a Resolução 687 é a que impõe ao Iraque, no fim do conflito do Golfo, a obrigação de desarmar; e a Resolução 1441 é a que verifica que o Iraque não desarmou.

O Sr. António Filipe (PCP): — E qual é a que autoriza a guerra?!

A Sr.^a Luísa Mesquita (PCP): — E qual é a que autoriza a morte?!

O Orador: — Não há surpresa nenhuma! Os senhores foram sempre tolerantes com o Iraque.

O Sr. Presidente: — O seu tempo esgotou-se, Sr. Deputado.

O Orador: — No seu discurso, quando fala no povo iraquiano e na sua resistência, vem ao de cima o que sempre pensámos. Nós lamentamos a guerra, mas nunca estaremos...

Applausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — O seu tempo esgotou-se, Sr. Deputado.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro, que também cede tempo ao Sr. Deputado Telmo Correia para poder responder.

Tem a palavra, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, abstenho-me de comentar o tom da sua intervenção, porque, há que convir, a falta de «chá» instalou-se no discurso da maioria...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

... independentemente de, na forma, parecer extremamente chocada com alguns sinais que vêm das bancadas da oposição.

Passando para além desse facto, não posso deixar de considerar extremamente interessante a forma como o Sr. Deputado, com arrogância, se dirige aos diferentes partidos.

Sr. Deputado Telmo Correia, há uma coisa curiosa na sua intervenção. O Sr. Deputado «fala de cima», com ar de quem considera estes exercícios dos partidos da oposição uma coisa gratuita,....

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — E é!

A Oradora: — ... o que não deixa de ser extremamente curioso vindo de um partido político que não é propriamente um grande partido, no sentido tradicionalmente atribuído a esta Casa — que é numérico — e que já fez interpelações ao governo e apresentou moções de censura que sabia que iriam ser derrotadas, mas nem por isso abdicou de exercer um direito que entendeu seu e que, de acordo com as suas referências, considerou justificar um debate nesta Câmara.

Portanto, é seguramente o sinal de que o CDS-PP tem um discurso quando está na oposição e outro quando pensa que tem maioria.

No entanto, Sr. Deputado, gostaria que se pronunciasse sobre um aspecto sempre tão presente na sua bancada, mas que foi, pura e simplesmente, silenciado em toda a sua intervenção.

O senhor falou da guerra como uma coisa asséptica,....

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Não é verdade!

O Orador: — ... enfim, como umas peças para jogar num qualquer tabuleiro de xadrez, e esqueceu-se de dizer que, neste momento, as principais vítimas de uma ditadura não é o seu ditador mas as pessoas que estão a morrer nas ruas com fome, com sede, com as bombas.

Não deixa de ser verdadeiramente escandaloso, Sr. Deputado, que, sobre essa questão tão importante que é o direito à vida, quando se trata de justificar uma agressão fora da lei, aqui não haja um rebate de consciência.

Aplausos de Os Verdes, do PCP e da Deputada do PS Helena Roseta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Deputado Telmo Correia, que dispõe de 1 minuto cedido pelo Grupo Parlamentar de Os Verdes.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Isabel Castro, diz que falei da guerra como uma coisa asséptica. Límito-me — porque a Sr.^a Deputada deve ter ouvido mal — a reler aquilo que disse: (...) perante a guerra que (...) está a decorrer e arrasta, como qualquer guerra, um cortejo de dramas humanos, de heroicidades e de tragédias e que é, sempre (a guerra) a mais flagrante demonstração das imperfeições humanas (...).

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, por que é que a apoiam?!

O Orador: — Se a Sr.^a Deputada considera que isto é asséptico, ou não ouviu ou está a ser desonesta intelectualmente.

Aplausos do CDS-PP.

Em segundo lugar, Sr.^a Deputada, a propósito de «chá» (não devo gostar, pelo menos, da mesma marca que a Sr.^a Deputada!), devo dizer-lhe que, se a Sr.^a Deputada se ofendeu quando referi que temos três partidos na oposição e mais um bocadinho, estava, evidentemente, a falar do seu partido. Não tenha dúvidas absolutamente nenhuma sobre isso. Não me enganei.

A Sr.^a Deputada diz que não somos um grande partido. Pois não seremos, Sr.^a Deputada! Mas, quando apresentámos uma moção de censura, queríamos derrubar o governo, não queríamos outra coisa diferente! E nessa altura, ao contrário do que agora diz o PS, não havia guerra nem existia esta situação de instabilidade.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, o seu tempo esgotou-se.

O Orador: — Se a Sr.^a Deputada quer falar de partidos, experimente ir um dia a votos e depois falamos.

Aplausos do CDS-PP e do CDS-PP.

Protestos do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria do Rosário Carneiro.

A Sr.^a Maria do Rosário Carneiro (PS): — Sr. Presidente, Srs.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Vivemos um tempo trágico.

Neste tempo, é bom que proclamemos, com clareza, os princípios que nos norteiam, os valores que nos orientam.

Sinto, por isso, o dever de reafirmar nesta Câmara que a paz é um pilar fundamental da civilização ocidental, humanista e personalista a que me honro de pertencer.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Não comprehendo, nem aceito, que o 3.^º milénio da Era Cristã, cuja narrativa mal iniciamos, seja aberto sob o designio da guerra.

Acredito que a paz é sempre possível, mesmo nos momentos mais difíceis.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — A guerra é uma derrota para a humanaidade, é a demonstração do fracasso da inteligência e da criatividade humanas, é a comprovação da nossa ausência de convicção de que a paz é sempre possível e de que só ela permite a realização da liberdade, da justiça, da dignidade humana.

Aplausos do PS.

Faço parte de uma humanidade que cometeu e comete atrocidades excessivas, oprimiu e oprime pela fome e pela miséria, promoveu e promove, viveu e vive demasiadas guerras, sem ter, contudo, aprendido que esse não é o caminho para a resolução das diferenças.

Mas faço também parte de uma civilização que construiu um notável património de valores universais, referências da humanidade, esperanças de um mundo unido por imperativos de fraternidade.

Partilho da convicção de que para os conflitos é nossa obrigação primeira encontrar uma solução pacífica através do recurso ao diálogo entre as partes, ao dever que cada Estado soberano tem de respeitar integralmente as suas obrigações e compromissos.

Críamos para esse efeito, fruto de um intenso trabalho de concertação multilateral, um importante legado de normas e de instituições. Porventura, imperfeitas, lentas, mas estradas duradouras para salvaguardar e preservar a paz.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Não comprehendo, nem posso aceitar, a decisão de alguns em interromper as negociações em curso, ainda não esgotadas, e iniciar a guerra.

Aplausos do PS.

O mundo ocidental foi transigindo, consentindo em pequenas infracções — acumulação de armamentos, violação de direitos humanos, instalação de poderes corruptos, autocráticos — e, de repente, sente-se ameaçado, arvora-se em juiz de um sistema, que na verdade co-produziu, e decreta como única forma de reposição da segurança a guerra.

A paz constrói-se passo a passo, combatendo cada infacção, repondo cada direito ofendido, com coragem e determinação.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Não sei o que é uma guerra preventiva, Sr. Primeiro-Ministro, nem, tão-pouco, a comprehendo.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — O recurso à violência só é tolerável em defesa da vida comprovadamente ameaçada, e esta não era, manifestamente, a situação.

Aplausos do PS.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Os valores que estão em causa são os da civilização ocidental, humanista, que convictamente defende o primado da dignidade humana e os inalienáveis princípios da liberdade e da justiça. Em suma, reafirma-se um conceito de progresso humano que assenta na defesa intransigente dos direitos humanos.

A defesa deste património não permite brechas, não consente rupturas na sua defesa.

Portugal aparece, hoje, na ordem internacional sem uma posição consensual, unida. Frágil como País, desunido na defesa do nosso património civilizacional de raiz humanista.

Nesta matéria, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não chega informar.

A actuação de um Governo maioritário, em democracia, não pode nunca ser sinónimo de um Governo que exclui da construção colectiva as forças democráticas que são oposição e, por essa via, exclui também a sociedade portuguesa no seu todo.

Vozes do PS: — Muito bem!

A Oradora: — Uma cultura dos direitos humanos requer a participação de todas as forças sociais. pressupõe o dever, por parte de quem governa em nome do povo, de ouvir esse mesmo povo de onde retira a sua legitimidade primária.

A actuação de um Governo maioritário, em democracia, deve procurar sempre, nas grandes questões, como são as da paz e da guerra, unir o povo português, procurando os consensos possíveis, que respeitem, salvaguardem e defendam o nosso património civilizacional.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

A Oradora: — Hoje, o mundo assiste a uma guerra horrível e, como todas as guerras, de consequências imprevisíveis embora expectáveis, nomeadamente na esfera dos elevados custos humanos a suportar por todas as partes.

E o Governo do meu País apoiou a interrupção das negociações,...

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Exactamente!

A Oradora: — ... apoiou a intervenção militar em curso. Não levou às últimas consequências a nossa participação como mediadores da paz. Tornou-nos coniventes desta guerra, que não posso aceitar.

Aplausos do PS.

A censura parlamentar, Sr.^{as} e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, é uma reprevação política, mas é também um desafio que não deve rejeitar, Sr. Primeiro-Ministro. As forças democráticas de Portugal têm de ser reunidas de novo para a definição de uma política externa que pugne pelos nossos valores, que nos devolva o sentido de comunidade, que nos fortaleça como País.

Aplausos do PS, de pé, de Deputados do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Entretanto, assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Manuel Alegre.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas (António Martins da Cruz): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A origem do actual conflito iraquiano é inquestionável: a recusa de Saddam Hussein em cumprir 17 resoluções das Nações Unidas que, desde 1991, exigiam o desmantelamento incondicional, total e efectivo do arsenal de armas de destruição maciça.

Nesta crise, desde Setembro do ano passado, o Governo sempre avançou com soluções de paz, de legalidade e de respeito do direito internacional, defendendo o multilateralismo e o papel central das Nações Unidas, empenhando-nos no esforço internacional de luta contra o terrorismo, acreditando, tal como em 1991 no Iraque, em 1999 no Kosovo, e, mais recentemente, no Afeganistão, que a comunidade internacional não deve nem pode ficar paralisada quando são chegados momentos de tomar decisões difíceis, mas necessárias.

A posição do Governo reflecte-se em vários documentos internacionais, aprovados nos últimos meses, quer resoluções das Nações Unidas quer decisões da União Europeia.

Importa não esquecer, aliás, que as posições da União Europeia sempre sublinharam, por um lado, a afirmação da Europa e, por outro, a necessidade de ser preservado o vínculo transatlântico.

Estas são as constantes da nossa política externa nos últimos 27 anos: a prioridade europeia e a manutenção dos laços entre os dois lados do Atlântico. O apego às estruturas euro-atlânticas, onde os portugueses se revêem, é o consenso da política externa que o Governo manteve, mas é o consenso que o maior partido da oposição está agora a rejeitar.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Custa a entender, aliás, por que razão nos haveríamos de afastar dos Estados Unidos. O elo transatlântico une democracias dos dois lados do oceano e é uma relação que envolve uma visão partilhada da segurança internacional;...

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... é a solidariedade que permitiu ao nosso continente viver em paz desde 1945.

Temos, além disso, nos Estados Unidos, uma importante comunidade de mais de 0,5 milhões de compatriotas nossos, que não podem ser esquecidos.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — E quantos vivem em França? Isso não é argumento!

O Orador: — Sei os compatriotas que temos em França. Sr. Deputado.

Protestos do PS e do PCP.

Apoiar os Estados Unidos não significa virar as costas ao projecto europeu ou pôr fim à política europeia de segurança e defesa. É que, neste novo enquadramento internacional de novas ameaças globais, o elo transatlântico ganha mais importância e mais sentido.

Não foi por acaso — embora isso tenha passado desapercebido aos partidos da oposição — que a larga maioria dos futuros membros da União Europeia declararam o seu apoio aos Estados Unidos e às vias desta aliança transatlântica.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Talvez fosse útil reflectir aqui brevemente na razão que levou estes países do centro e leste euro-

peu, que vão aderir à União Europeia, a estarem ao lado dos aliados. É que são países que saíram há pouco anos da ditadura soviética...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... e que sabem, por isso, o que é viver em regimes comunistas que investiam mais em armas do que no bem-estar, que violavam os mais elementares direitos humanos, que calavam a imprensa e que perseguiam as minorias.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A política externa deve ter uma clara hierarquia de prioridades, que não se anulam, que não se sobreponham, justamente porque são prioridades.

Temos de ter sempre presente a percepção que os outros têm de nós, senão a nossa capacidade de ação externa fica desfocada. Temos de dar aos outros um sinal muito nítido de quais são os nossos interesses permanentes, para evitar que sejam os outros a falar por nós.

A realização da cimeira dos Açores veio, aliás, confirmar a nossa relação transatlântica.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Como Ministro dos Negócios Estrangeiros gostaria de garantir, perante esta Câmara, que as nossas posições europeias não foram afectadas, não foram prejudicadas nas relações comunitárias ou bilaterais com os outros Estados-membros da União Europeia. Pelo contrário, só acrescentámos capacidades de interlocução e de afirmação.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A nossa tradicional linha de política externa, com os governos democráticos portugueses nas últimas três décadas, sempre foi a de compatibilizar o apego à construção europeia e a afirmação de um Portugal euro-atlântico. Orgulhamo-nos disso. Reafirmamos, uma vez mais, que pode e deve haver uma política externa simultaneamente europeia e atlântica. Não são posições incompatíveis, são posições que sempre foram defendidas e praticadas pelo Partido Socialista, sempre que este foi poder em Portugal.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Exactamente!

O Orador: — Em política externa, a memória não pode nem deve ser curta.

Fala-se muito agora, nas bancadas da oposição e também nos comentários políticos, na necessidade de reforçar a Europa nos domínios da defesa e da segurança.

Conviria talvez recordar que, para o Governo, continua válida a concepção de identidade europeia de segurança e defesa, aprovada em Berlim, em 1996, pelo anterior Executivo socialista,...

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — ... segundo a qual aquela identidade deve ser o pilar europeu da Aliança Atlântica.

Os que, agora, vivem muito preocupados em negar a existência de uma política de segurança e defesa na Europa são os mesmos que, há alguns meses, eram os mais descrentes, justamente sobre as capacidades europeias na segurança e na defesa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

É que aquela política europeia, Srs. Deputados, concentrar-se-á em acções de segurança e não de defesa.

Aconselho os Srs. Deputados da oposição a saberem do que falam, antes de quererem transformar a política externa num comentário desportivo.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Oh!

O Orador: — Na bancada do Partido Socialista, há especialistas em política de defesa. Seria melhor perguntar-lhes.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, a Europa, de 1996 até há pouco tempo, foi, durante largos anos, governada maioritariamente por Executivos socialistas. Se há algum atraso na política europeia de segurança e defesa, é a eles que deve pedir-se contas por esta Europa estar a marcar passo.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Governo espera que terminem rapidamente as actuais acções militares em curso no Iraque com um mínimo de baixas em ambos lados e respeitando todas as partes envolvidas no conflito o direito humanitário internacional, como ainda ontem tive ocasião de referir, em Genebra, na Comissão dos Direitos do Homem.

As Nações Unidas deverá caber a coordenação e a articulação da assistência pós-conflito, da reconstrução do Iraque, da sua administração, até serem reconhecidas estruturas democráticas.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, temos uma política externa activa no Mediterrâneo e com interesses específicos no mundo árabe...

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Tínhamos!

O Orador: — ... interesses históricos, certamente culturais, mas também políticos, estratégicos e económicos e sabemos distinguir entre o Iraque do Sr. Saddam Hussein e os países árabes. Ainda ontem o disse, em nome do Governo, nas Nações Unidas, em Genebra.

Continuaremos a contribuir para evitar conflitos entre culturas e religiões, continuaremos a imprimir uma dinâmica própria ao diálogo entre as duas margens do Mediterrâneo, continuaremos a requerer soluções rápidas para o recomeço do diálogo no Médio Oriente.

O Partido Socialista criou uma fixação na questão do posicionamento externo português na crise do Iraque.

Todos os que temos o sentido da responsabilidade nacional achamos que o Partido Socialista poderia regressar ao consenso da política externa, porque isso ajudaria a imagem de Portugal e, até, a credibilidade dos políticos socialistas que um dia poderão regressar ao governo.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A diplomacia portuguesa, neste momento, está a prosseguir, com seriedade e com profissionalismo, múltiplas valências enquanto decorre o conflito iraquiano. Estamos a actuar na Europa, no Atlântico, na NATO, no sistema das Nações Unidas e nos países árabes.

Nós já estamos a trabalhar para o futuro. É que queremos sempre o melhor para Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Entretanto, assumiu a presidência a Sr.º Vice-Presidente Leonor Beleza.

A Sr.º Presidente: — Para pedir esclarecimentos, inscreveram-se os seguintes Srs. Deputados Bernardino Soares, Medeiros Ferreira, Luis Fazenda, Isabel Castro, Lino de Carvalho, Guilherme d'Oliveira Martins e Manuel Alegre.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr.º Presidente. Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, afirmou-se disposto a dar-nos as explicações de que necessitásemos em matéria de política externa. Portanto, queria fazer-lhe três perguntas muito concretas cuja resposta estou convencido de que está ao seu alcance.

A primeira tem a ver com a Constituição da República Portuguesa. Suponho — mas é uma dúvida que me assalta — que, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, existe um exemplar actualizado, espero, da Constituição da República Portuguesa.

Esta dúvida é legítima dado que ainda não conseguimos compreender, nem o Governo explicou, como é que se compatibiliza o acordo dado pelo Governo, em nome do País, a uma intervenção militar, sem mandato das Nações Unidas, ao arrepio da Carta das Nações Unidas, enquanto, ao mesmo tempo, está inscrito na Constituição o princípio da resolução pacífica dos conflitos internacionais e o princípio da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

Certamente que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros vai ser capaz de, de uma vez por todas, explicar-nos como é que se compatibilizam os actos do Governo com o texto da Constituição, um exemplar da qual, repito, suponho que também existe no Ministério.

A segunda questão tem a ver com a própria Carta das Nações Unidas. É que, no artigo 2.º do Capítulo I da Carta das Nações Unidas, diz-se: «A Organização é baseada no princípio da igualdade soberana de todos os seus membros;».

Diga-me, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: trata-se de «igualdade soberana de todos os seus membros» haver um regime em que um país pode decidir, à revelia das Nações Unidas, ou, nas palavras de alguns responsáveis, com as Nações Unidas ou sem elas, intervir militarmente num outro país ou essa conduta, que o Governo

português apoiou, está em clara e manifesta violação do texto da Carta das Nações Unidas? Responda também a esta pergunta muito concreta e, julgo, de simples resposta.

A terceira questão tem a ver com a própria conduta do Governo em relação à opinião do povo português. Julgo que o Sr. Ministro não negará, como até agora ninguém negou, que é evidente a manifesta oposição maioritária do povo português a esta escalada da guerra, a esta ofensiva militar, a esta guerra intolerável, inaceitável e completamente injusta.

Portanto, pergunto-lhe se o Governo acha que é legítimo que, no plano internacional, se exprima uma posição em nome de Portugal que está em completa oposição com o que sente o povo português. Pergunto-lhe, ainda, se o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros se sente bem nessa pele que tomou para si próprio e para o seu Governo.

Aplausos do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza) — O Sr. Ministro informou a Mesa que responderá em conjunto aos quatro primeiros pedidos de esclarecimento.

Assim, tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, como reparou, a sua intervenção suscitou um grande interesse por parte do Deputados.

Gostaria de começar por perguntar, porque estou cheio de dúvidas, quando é que o Governo português iniciou o seu comprometimento com a acção unilateral dos Estados Unidos. Foi quando o Sr. Primeiro-Ministro foi a Washington, em Setembro do ano passado? Foi quando as Nações Unidas aprovaram a Resolução 1441, após uma longa negociação no Conselho de Segurança? Ou foi na véspera da cimeira dos Açores? Ou foi durante a cimeira dos Açores?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — A posição é clara!

O Orador: — É que se foi em Setembro, se foi em Novembro e, até...

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Isso já foi dito aqui: foi em 31 de Janeiro!

O Orador: — Há-de chegar a Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas não tão depressa!

Risos do PS.

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP): — Não tenho essa ambição!

O Orador: — Como dizia, tenha sido em Setembro ou até durante a cimeira dos Açores, sinceramente não percebo esta lista do Departamento de Estado dos Estados Unidos, lista que tenho comigo e que enumera os 30 países que estão ao lado dos Estados Unidos,...

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares (Luis Marques Mendes): — 40!

O Orador: — ... na qual, entre a Polónia e a Roménia, estando a lista ordenada por ordem alfabética, falta nitidamente o nome de um Estado que é o nosso.

É que creio que não subsiste qualquer dúvida no Departamento de Estado de que a República Portuguesa, através do seu Primeiro-Ministro, se terá empenhado na acção unilateral decidida há muito pelos Estados Unidos da América. Creio que é esta parte da moção de censura que convém assinalar.

Na referida lista, contendo o nome dos 30 países, consta o da Espanha. Ora, será uma boa política para Portugal cobrir a acção de transgressão da lei internacional que a Espanha também promove? E será bom para Portugal voltar a ter, no seio da União Europeia, uma política seguidista em relação à Grã-Bretanha, como em 1959, com a EFTA, como em 1961, com o pedido de adesão à Comunidade Europeia, logo retirado quando a Grã-Bretanha também retirou o seu próprio pedido de adesão, ou como com o acordo de 1972, apenas porque a Grã-Bretanha também ia entrar na Comunidade Europeia?

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: — São todas estas questões que relevam de uma falta da política externa no momento em que os falsos consensos são menos úteis para Portugal...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: — ... porque o testemunho firme de posições divergentes...

Aplausos do PS.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — O seu tempo esgotou-se, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luis Fazenda.

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, era esperado o seu discurso de alinhamento com aquilo a que chama «valores permanentes transatlânticos». Nada se alterou entretanto: não há uma nova doutrina estratégica dos Estados Unidos; Washington não tem novos rumos e nada se alterou. Tudo permanece idêntico por parte da política externa portuguesa.

Referiu vagamente o Médio Oriente e o Mediterrâneo mas, mesmo aí, nem no âmbito europeu estamos a emitir sinais construtivos.

Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a questão que tenho de colocar-lhe já foi suscitada por vários Srs. Deputados, mas é verdadeiramente crucial.

Não basta entender, do ponto de vista da doutrina, que haverá um qualquer tipo de legitimidade, que não foi muito bem descrita, nesta guerra que está a ser levada a cabo no Iraque. O Governo não tem uma posição muito clara mas, sim, ambígua — está ao lado, apoia — e, na verdade, não consegue dizer se há ou não legalidade. No PSD, há quem defenda que há legalidade, enquanto, no Governo, há quem procure uma via intermédia e há quem diga que o direito internacional é precário e com isso se baste para explicar o que se passa.

Ora, para podermos perceber em que sentido agirá o Estado português futuramente é necessário ouvir o Governo português acerca da doutrina americana sobre a guerra preventiva. Está a favor? Está contra? Apoia desta vez e não apoiará de futuro? Vai bater-se, nas Nações Unidas, pela Carta? É que a Carta e a guerra preventiva são, obviamente, antagónicas. O Governo português tem fugido de ter uma posição clara sobre isto. Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, é verdadeiramente crucial saber isto.

É que, ontem, em Genebra, o Sr. Ministro apontou o dedo acusador à Coreia do Norte, país em que sabemos que se violam direitos humanos, mas o qual já é apontado como sendo mais um membro do «eixo do mal». Será, então, que Portugal já está enfileirado numa nova etapa da guerra infinita descrita pelo Presidente Bush? Ou iremos paulatinamente, guerra a guerra, conflito a conflito, esperar por uma posição caudatária de Portugal?

Vozes do BE: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro, na sua intervenção, aborda de forma algo vaga um conjunto de questões cíclicas no discurso do Governo, designadamente, o vínculo europeu, o apego, na política externa, as linhas orientadoras pelas quais Portugal se pauta, a necessidade de manter uma ligação à Europa.

A verdade, Sr. Ministro, é que há um problema, porque, independentemente de todas estas questões que abordou, o Governo está confrontado com uma realidade incontornável — aliás, confirmada pelo Sr. Presidente da República na sua mensagem ao País —, a de que estamos perante uma guerra ilegal que foi decidida sem base jurídica e à margem de qualquer decisão do direito internacional e do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Donde, estamos perante o envolvimento tácito de Portugal num conflito em moldes que são constitucionalmente interditos. Assim, gostávamos de saber como é que o Sr. Ministro responde a esta questão.

A segunda questão tem a ver com a Europa. O Sr. Ministro valorizou tudo e o contrário, ou seja, por um lado, a importância do alinhamento ao vínculo transatlântico e, por outro, a necessidade de uma participação na construção europeia. A verdade é que houve uma escolha a fazer e a que o Governo fez, aliás, parece-me que em moldes politicamente pouco elegantes, foi de não envolvimento directo na procura, no espaço europeu, de uma solução pacífica para o problema do Médio Oriente e também para o Iraque.

Portanto, pergunto-lhe como concilia o que, até agora, a manter-se a persistência da Administração norte-americana, será uma fonte de conflito.

Por último, a questão do Mediterrâneo. O Mediterrâneo tem uma enorme importância política, cultural e histórica. Ora, não vejo como pensa manter uma relação mediterrânica em simultâneo com uma atitude que é claramente de afronta e de confronto civilizacional com um espaço que deveria suscitar a nossa maior atenção. Gostaria, pois, que o Sr. Ministro explicitasse o seu pensamento acerca disto.

Vozes do PCP: — Muito bem!

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Para responder aos quatro pedidos de esclarecimento formulados, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.

O Governo, além do tempo que tinha, dispõe de 3 minutos cedidos pelo Bloco de Esquerda. Para responder a este primeiro conjunto de pedidos de esclarecimento, o Sr. Ministro dispõe de 5 minutos.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas: — Sr.^a Presidente, começo por agradecer ao Bloco de Esquerda a cedência dos 3 minutos.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Bernardino Soares, devo dizer-lhe que fiquei espantado com as suas perguntas, porque julgava que o Sr. Deputado, sendo membro desta Câmara, sabia que o Governo está a actuar no quadro de decisões maioritariamente aprovadas na Assembleia da República.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Portanto, não percebo onde está a dúvida nas questões que me põe sobre a compatibilidade, a Carta das Nações Unidas, a Constituição... A Câmara decidiu maioritariamente...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Decidiu o quê?!

O Orador: — ... e o Governo actua em função dessas decisões.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Aliás, já que o Sr. Deputado me perguntou se tenho uma Constituição — e devo dizer-lhe que tenho —, gostava de saber se, na sede do PCP, há um manual que explique como funciona a democracia representativa.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Quer lá ir?!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Já não tem argumentos!

O Orador: — Quero também dizer ao Sr. Deputado Bernardino Soares que me sinto muito bem na minha pele. Se estivesse a defender a Coreia do Norte é que me sentia mal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — «Zero» de argumentos!

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — «Fascistóide»!

O Orador: — Respondendo à questão do Sr. Deputado Medeiros Ferreira, que agradeço, quero dizer-lhe o seguinte: quanto aos *timing* da decisão, como

o Sr. Deputado se lembra, o Sr. Primeiro-Ministro, quando foi para a cimeira dos Açores, referiu — e fê-lo publicamente — que, ainda que houvesse só uma hipótese em 1 milhão, valeria a pena aproveitarmos mais esta oportunidade para salvar a paz.

Quanto às listas, o Sr. Deputado disse que tinha uma lista com alguns nomes. Olhe, eu tenho aqui o *briefing* do Pentágono desta manhã, onde constam 43 países, ou seja, mais do que o Sr. Deputado anunciou. O que seria estranho para a relação transatlântica era que numa lista estivesse o nome da Espanha e não estivesse o nome de Portugal — e o Sr. Deputado bem sabe porquê.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Medeiros Ferreira (PS): — Mas não é o está na lista que aqui tenho!

O Orador: — Como o Sr. Deputado sabe, Portugal posiciona-se em função dos nossos interesses.

Sr. Deputado Luís Fazenda, penso que é justamente porque o mundo está a mudar que interessa manter a relação transatlântica, é justamente para estarmos preparados para nos defender perante novas ameaças globais, como tive ocasião de referir na intervenção que fiz.

Também não comprehendo a sua observação sobre o Médio Oriente, Sr. Deputado. É que eu estive aqui, neste Plenário, num debate exclusivamente sobre o Médio Oriente...

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Exactamente!

O Orador: — ... e tive ocasião de, exaustivamente, responder a todas as questões e explicar qual é a posição de Portugal quanto ao Médio Oriente. Inclusive, tive ocasião de lhe dizer, Sr. Deputado, que, pessoalmente, achava intoleráveis as imagens, que nos entram todos os dias pela casa, do terror e dos actos de violência no Médio Oriente. Por isso, nós sabemos qual é a posição do Governo português sobre o Médio Oriente. E, ainda ontem, tive oportunidade de voltar a explicitá-la nas Nações Unidas, Sr. Deputado.

Sr. Deputado, eu não sou um comentador, nem um analista, político; sou um decisor político. Não comento doutrinas atribuídas a outros países. Nós defendemos os nossos interesses e as nossas posições em função daquilo que sabemos ser o interesse nacional.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto à Comissão dos Direitos do Homem, o Sr. Deputado incomoda-o que eu tenha condenado a Coreia do Norte nessa sede? O Sr. Deputado já foi alguma vez à Comissão dos Direitos do Homem? Eu representei Portugal, durante seis anos, nessa Comissão. É uma Comissão onde, para além de declarações gerais, se fazem seriações temáticas de quais são os países que violam mais grosseiramente os direitos do homem. É o caso da Coreia do Norte, Sr. Deputado! O que é que o Sr. Deputado me diria agora se eu não tivesse condenado a violação dos direitos do homem na Coreia do Norte?

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Mais uma guerra?!

O Orador: — Sr.ª Deputada Isabel Castro, eu não discuto os problemas de constitucionalismo da situação que vivemos agora. Aconselho-a a ler as declarações que o Sr. Deputado Almeida Santos fez sobre esse assunto.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Mas quero relembrar-lhe, Sr.ª Deputada, pois aparentemente ter-se-á esquecido, que a nossa posição é clara: Portugal não declarou guerra ao Iraque; Portugal não envia tropas para o Iraque; Portugal não envia forças militares para as áreas do conflito; Portugal não fecha a Embaixada do Iraque em Lisboa; Portugal não expulsa diplomatas iraquianos. O que é que a Sr.ª Deputada queria que fizéssemos mais?!

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Ministro, o seu tempo terminou.

O Orador: — Terminei, Sr.ª Presidente.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.ª Presidente (Leonor Beleza): — Tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, é uma evidência que cada dia que passa são notoriamente mais frágeis os argumentos dos defensores da guerra. O Sr. Ministro, hoje, até trouxe aqui como um dos argumentos para justificar o apoio aos Estados Unidos a existência de uma comunidade de emigrantes nos Estados Unidos. Não percebo é como não se lembrou da existência de comunidades de emigrantes em países que estão contra a guerra!...

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Com franqueza, Sr. Ministro!

Aliás, Sr. Ministro, os argumentos são já tão frágeis que, na nossa comunicação social, já começamos a ler artigos de alguns dos nossos «guerreiros de sofá», como aconteceu hoje com um director de um órgão de comunicação social, a auto-justificarem-se do apoio à guerra.

Mas a verdade, Sr. Ministro, é que a guerra foi inicialmente apresentada — e, hoje, o Sr. Ministro voltou a insistir nisso aqui — como o resultado do não cumprimento de 17 resoluções das Nações Unidas. Mas o Sr. Ministro ignora que essa tese não foi acolhida pelo próprio Conselho de Segurança?!

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — Quem é o Sr. Ministro para ter uma tese acima dessa?! O Sr. Ministro ignora que os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, com o apoio do Governo português, tentaram passar uma segunda resolução, para justificar a intervenção militar e, como não tinham apoio, retiraram-na e começaram a argumentar com base na Resolução 1441?! Então, se já havia 17 resoluções para trás, por que motivo era preciso essa segunda resolução, Sr. Ministro?

Por que é que se passou da fase de elogiar a importância da ONU, a necessidade do seu envolvimento, para, hoje, se criticar a ONU e, até, estar a discutir-se a própria

viabilidade da ONU, só porque uma maioria se opôs ao designios imperiais dos Estados Unidos?

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Ministro, mesmo pegando nesse argumento, que não tem sustentação, pergunto: Israel, que detém o maior e mais agressivo aparelho militar do Médio Oriente e múltiplas armas de destruição maciça, recusa-se arrogantemente a cumprir as diversíssimas resoluções das ONU sobre a Palestina. Noutra instituição, o Tribunal de Justiça Europeu, a Turquia já foi condenada em vários acórdãos por causa da sua atitude para com o povo curdo e nenhum deles foi executado. A minha pergunta é esta, Sr. Ministro: já algum país, a Grã-Bretanha, os Estados Unidos ou o Governo português, pensou em propor a invasão de Israel ou da Turquia para resolver esses problemas, para os obrigar a cumprir as resoluções e os acórdãos?! À bomba, Sr. Ministro?!

Por que é que o Governo adere a esta política de «dois pesos e duas medidas», Sr. Ministro? É capaz de explicar?

Outra questão, Sr. Ministro, que cada vez é mais visível, é que uma das reais motivações da guerra são os negócios que a envolvem. É a discussão do saque sobre os recursos petrolíferos;...

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

O Orador: — Vou terminar, Sr.^a Presidente.

Como dizia, é a discussão do saque sobre os recursos petrolíferos; é a chocante atribuição a empresas norte-americanas, ligadas a altos membros da Administração Bush, das operações de reconstrução do Iraque — a Halliburton, do Vice-Presidente Dick Cheney, a Bechtel, do ex-Secretário de Estado George Schultz e Casper Weinberger, a Parsons, da actual Secretaria do Trabalho da Administração Bush —, as quais vão receber 6% a 10% de comissão sobre o valor dos projectos.

A minha pergunta é esta: não o choca, Sr. Ministro, ver o Governo português envolvido...

Aplausos do PCP.

A Sr.^a Presidente (Leonor Beleza): — Sr. Deputado, o seu tempo terminou.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme d'Oliveira Martins.

O Sr. Guilherme d'Oliveira Martins (PS): — Sr.^a Presidente, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, gostaria de começar pela primeira questão, que é a do consenso nacional sobre a política externa, para saber como estamos nesse domínio. Este é, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, o primeiro tema sobre o qual gostaria de ouvi-lo, uma vez que a questão fundamental que se põe neste momento é a de que a solidariedade euro-atlântica está fragilizada. E está fragilizada, porque a apostila na divisão da Europa e numa solução em que se passa por cima da Organização das Nações Unidas significa, no plano internacional, a ruptura de um consenso.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — É uma ruptura do consenso, no âmbito internacional, que se sente particularmente na Europa. E o Sr. Ministro sabe-o tão bem como eu, ao vermos as decisões do Conselho da Europa, do Parlamento Europeu e de um conjunto significativo de europeistas, que não deixam de pôr a tônica neste aspecto: a perigosa ruptura do consenso euro-atlântico.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Regressando justamente à questão do Kosovo, Sr. Ministro, devemos encará-la claramente, uma vez que, quanto ao Kosovo, havia um consenso na NATO,...

O Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares: — Olhe que não!

O Orador: — ... um consenso na União Europeia e uma plena articulação entre a posição europeia e a posição norte-americana. Era esta a situação...

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Havia uma «pequena» diferença!

O Orador: — ... e era esta a diferença relativamente à situação actual.

A última nota, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, é esta: se tivessem funcionado os mecanismos multilaterais... Aliás, essa é a questão mais grave neste momento, a da falência dos mecanismos multilaterais, nos quais a Administração norte-americana não acredita. Mas já os nossos valores constitucionais apontam para a solução multilateral, pacífica, dos conflitos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Neste momento, não há qualquer dúvida, os comentadores são claros (inclusive, conselheiros do Presidente George W. Bush), ao dizerem que, se for necessário ir para o unilateralismo, naturalmente que vão. Hoje, é esta a solução. O drama a que hoje assistimos é resultado de uma posição perigosa de unilateralismo. Esse é o ponto sobre o qual gostaria de ouvir o Sr. Ministro, uma vez que o consenso, não apenas nacional mas euro-atlântico, foi rompido e nós participámos nessa ruptura.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente, Mota Amaral.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, nós não precisamos de lições de política externa da parte de um Governo que inverteu e subverteu por completo os objectivos essenciais e o consenso nacional sobre política externa, construído há muito tempo, aliás, com a participação de grandes figuras, figuras fundadoras, quer do PSD quer do CDS.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — O Portugal democrático não se posiciona só pelos seus interesses — essa é uma doutrina antiga. Portugal posiciona-se pelos seus interesses, mas também pelos seus valores democráticos. E não o faz tentando ridicularizar um país amigo e aliado como a França, como o Sr. Ministro tentou fazer...

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas: — Eu não disse isso!

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Disse, disse!

O Orador: — ... e imprimindo à nossa política externa o sentido único de submissão...

Aplausos do PS.

Não se faz, repito, tentando ridicularizar a França, que é um país que acolheu e acolhe muitos milhares de portugueses, e tentando imprimir à nossa política externa o sentido único de submissão a essa tentativa de soberania mundial da Administração Bush.

E acho lamentável que se venha aqui fazer chicana sobre aquilo que é um direito constitucional de apresentação de uma moção de censura e, depois, não se fale do essencial, que é aquilo que se está a passar. É que, neste momento, estão a morrer pessoas.

Aplausos do PS, do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

O Orador: — Estão a morrer soldados de ambos os lados e estão a morrer muitos civis. Suponho que o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e os Srs. Ministros não viram a reportagem do excelente jornalista que é Carlos Fino sobre os mísseis que caíram hoje no mercado de Bagdade. Suponho também que não ouviram o desafio feito por Hans Blix às forças americanas e inglesas para que, finalmente, apresentem provas no sentido de saber se há ou não armas de destruição maciça.

Vozes do PS: — Exacto!

O Orador: — Essas são questões essenciais!

Há, ainda, uma coisa lamentável e chocante, que é a duplicidade da linguagem e a linguagem da hipocrisia. Todos nós sabemos — e os senhores também sabem — que não há nenhuma guerra pela democracia, há, sim, uma guerra ilegítima, uma guerra de agressão, uma guerra de conquista contra os valores fundamentais da nossa civilização.

Aplausos do PS e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

E isto é uma vergonha para o Presidente Bush, é uma vergonha para a Administração americana e é uma vergonha para os governos que apoiam esta política!

Queria fazer uma pergunta concreta ao Sr. Ministro, porque nós não sabemos qual é a política do Governo. Portugal faz, ou não, parte desta coligação? Portugal é, ou não, membro da coligação?

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas. Dispõe de 5 minutos.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Alegre, começo por responder à sua última pergunta dizendo que é evidente que, no plano político, apoiamos. Fazemos parte da coligação política, mas não fazemos parte da coligação militar.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Porquê uma coligação política?!

O Orador: — Repito, não fazemos parte da coligação militar. E isso foi aqui dito várias vezes.

Protestos do PS.

Respondendo ao Sr. Deputado Lino de Carvalho, direi que a comunidade portuguesa não é um argumento que se chame para aqui.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — O Sr. Ministro é que chamou!

O Orador: — Não, Sr. Deputado. Eu referi que havia uma comunidade portuguesa importante no outro lado do Atlântico. Como o senhor, porventura, não quer saber o que se passa no outro lado do Atlântico, não quer saber, *et pour cause* ignora que há lá uma comunidade importante.

Protestos do Deputado do PCP Lino de Carvalho.

Mas a escolha não é entre os Estados Unidos e a França. A escolha é entre os Estados Unidos e a ditadura iraquiana. Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Por outro lado, a Resolução 1441 reconheceu expressamente que não tinham sido cumpridas 16 outras resoluções. Porque é que Portugal apoiou, numa certa altura, uma segunda resolução? Eu disse-o, mas o Sr. Deputado não escuta. Era para poder ser uma forma adicional de pressão diplomática e política sobre o Sr. Saddam Hussein. Mas o senhor só escuta aquilo que quer escutar!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Os senhores estão a criticar outros países. Fala dos Estados Unidos, etc., mas eu respondo pelo Governo português, eu respondo pela política externa do Governo português, não respondo pelas políticas de outros países, não respondo por «comissões» e não respondo por «cheiros» de outros países! Não respondo!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Mas defende a invasão de Israel?!

O Orador: — Israel, Sr. Deputado?

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Defende a invasão da Turquia??!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lino de Carvalho, peço-lhe que não entre em diálogo. É a regra do jogo.

O Orador: — Ontem, mais uma vez, expus, claramente, qual era a posição de Portugal quanto a Israel na Comissão dos Direitos do Homem, em Genebra.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quando é que vai ser a intervenção??!

O Orador: — Sr. Deputado Oliveira Martins, gostaria de lhe dizer que, quanto ao consenso nos dois lados do Atlântico, não fomos nós que fragilizámos a solidariedade euro-atlântica; antes pelo contrário, fizemos tudo para evitar a ruptura, e estamos a ajudar a reconstruí-la, por exemplo, com posições positivas como a que o Governo português tomou no último Conselho Europeu. Estamos a ajudar a evitar essa ruptura!

Ainda bem que o Sr. Deputado falou do Kosovo, porque, por exemplo, o seu colega de bancada, Sr. Deputado Manuel Alegre, pronunciou-se nesta Câmara, em 1999, contra a intervenção no Kosovo.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — É verdade!

O Orador: — Portanto, estava a apoiar não só o genocídio do povo kosovar mas também a ditadura do Sr. Milosevic...!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

É a única coisa que posso saber.

Portanto, Sr. Presidente, se me permite, direi que nós e os portugueses ficámos sem saber o que faria o PS na área da política externa se fosse governo. É que, certamente, o País, mas também os nossos aliados europeus e americanos, gostavam de o saber.

O PS atacou o Governo, mas não disse o que faria em relação à Base das Lajes, em relação às decisões da União Europeia, em relação à NATO e em relação ao equilíbrio transatlântico. Não disse o que faria se fosse governo.

Se o PS fosse governo, veríamos um primeiro-ministro socialista numa manifestação de rua contra a guerra? E depois do conflito, como iria o governo socialista — se o governo fosse socialista — reganhar a confiança dos seus aliados? Ia a Washington falar com quem? Com os institutos de análise?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Ou levava a Internacional Socialista a Londres, recordando, como costumam fazer, velhas amizades com Espanha? Ficámos todos a saber — a Assembleia e o País — que o Partido Socialista não sabe, e é pena que tenhamos de constatar que não há diferenças na união de esquerda!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente, para defender a minha honra, porque o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros acaba de dizer que apoiei um genocídio.

O Sr. Presidente: — Suponho que o Sr. Ministro utilizou a expressão de uma forma pouco clara.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Foi o que o Sr. Ministro disse, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Em todo o caso, tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Penso que também não faz parte da boa tradição da política externa portuguesa, e muito menos do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o estilo caceteiro que o Sr. Ministro está aqui a usar!

Aplausos do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Sr. Presidente, eu nunca defendi uma política de genocídio. Nessa altura, pedi a palavra nesta Câmara e disse que não deveria haver uma guerra no Kosovo sem uma decisão das Nações Unidas. Fui fiel e coerente com a minha posição. E, nessa altura, fui criticado também por muita gente da bancada do PSD.

Vozes do PSD: — E continua a ser!

O Orador: — Mas as situações são diferentes. Não há comparação entre as duas situações e é pura demagogia estar a fazer isso.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É um insulto pessoal grave, que registo, pretender afirmar que uma posição que aqui tomei, em coerência com aquilo que entendo que deve ser o respeito pela Carta das Nações Unidas, seja considerado como apoio a um genocídio. Eu sempre lutei contra todas as formas de genocídio, mesmo quando era Portugal que estava envolvido — e muitos dos que aqui estão hoje se calavam e apoiavam a guerra colonial!

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas.

O Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Manuel Alegre, eu não tive a mínima intenção de o ofender.

No entanto, queria recordar, uma vez mais, ao Sr. Deputado Manuel Alegre que, se não tivesse havido a intervenção da NATO no Kosovo em 1999, teria havido o

genocídio do povo kosovar e teria continuado a ditadura do Sr. Milosevic.

O Sr. Deputado Manuel Alegre foi coerente na posição que tomou em 1999 e na posição que toma hoje. Os seus colegas de bancada é que não coerentes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação a Mesa.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, espero que seja uma verdadeira interpelação.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — É, sim, Sr. Presidente. Tem a ver com o andamento dos trabalhos.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, o Sr. Ministro há pouco acabou por não esgotar o tempo que tinha para responder ao segundo bloco de perguntas e, da nossa parte, temos todo o interesse (e damos consenso) para que o Sr. Ministro responda em relação aos negócios que envolvem esta guerra e ao eventual envolvimento do Governo português nesses negócios. Não foi, seguramente, por a pergunta ser incómoda que o Sr. Ministro não respondeu, foi por esquecimento ou por falta de tempo, mas, da nossa parte, há todo o interesse em que o Sr. Ministro responda.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lino de Carvalho, o Sr. Ministro respondeu às perguntas conforme foi do seu critério e a Mesa nada tem a acrescentar sobre esta matéria. Já que a interpelação foi dirigida à Mesa, é esta é a resposta.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Filipe.

O Sr. António Filipe (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Passada quase uma semana sobre o início da guerra contra o Iraque, a vida está a dar inteira razão a todos os que sempre se lhe opuseram.

A catástrofe humanitária começa a desenhar-se com uma cruel nitidez. O anunciado passeio militar até Bagdade, não obstante os colossais meios militares envolvidos, começa a revelar-se uma tragédia, com as baixas militares de ambos os lados e com as baixas civis iraquianas a aumentar exponencialmente em cada dia que passa.

A anunciada recepção triunfal aos libertadores traduz-se, afinal, numa resistência tenaz aos invasores por parte do povo iraquiano. As talas armas de destruição maciça que estiveram alegadamente na origem desta guerra teimam em não aparecer, se esquecermos as que estão a ser usadas pelos invasores nos bombardeamentos que a toda a hora fustigam as cidades iraquianas e incidem sobre alvos tão militares como a televisão iraquiana, uma universidade com mais de 700 anos ou um autocarro com trabalhadores sírios que regressavam ao seu país.

Vozes do PCP: — Bem lembrado!

O Orador: — E ainda o Iraque não está conquistado, já estão assinados os negócios fabulosos com as empresas norte-americanas onde pontificam as mais altas figuras da Administração Bush que, como abutres, se lançam sobre a presa, numa verdadeira operação de pilhagem e de recolha dos despojos de uma guerra que determinaram precisamente com o objectivo de ocupar militarmente e saquear o Iraque, indiferentes às mortes e aos sofrimentos que iriam causar a milhões de iraquianos.

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Membros, Srs. Deputados: As mentiras com que as Administrações Bush e Blair revestiram esta guerra, para a tornar aceitável aos olhos da opinião pública e da chamada «comunidade internacional», começam a tornar-se cada vez mais evidentes.

A ideia de que as tropas americanas e britânicas seriam recebidas de braços abertos por um povo ansioso pela sua libertação foi já definitivamente deitada por terra. É que, Srs. Deputados, a liberdade e a democracia não se constroem à bomba. Não temos dúvidas de que o povo iraquiano está contra a ditadura de Saddam Hussein e anseia pela sua liberdade. Mas também é claro que este povo não reconhece a qualidade de libertador a um exército invasor que pretende reduzir o Iraque a um protectorado anglo-americano. Um povo que quer ser livre não aceita tais libertadores!

Aplausos do PCP.

É também cada dia mais claro que esta guerra não será rápida nem cirúrgica. Pelo contrário, à euforia das primeiras horas, que davam a chegada a Bagdade como certa num prazo que expirou no sábado passado e que davam importantes cidades iraquianas como controladas, sucederam-se as imagens dos soldados mortos e capturados e as notícias de dificuldades e de uma tenaz resistência. Ao triunfalismo de uma guerra feita por meios tecnológicos e com poucas baixas, seguem-se agora as notícias do cerco de Bassorá e de bombardeamentos cada vez mais brutais sobre as mais importantes cidades iraquianas.

As palavras inquietas do Secretário-Geral das Nações Unidas, Kofi Annan, e dos responsáveis das missões humanitárias não deixam margem para dúvidas quanto à catástrofe humanitária que está já a abater-se sobre essa cidade sitiada, com um milhão de habitantes, privados de água, de electricidade e de alimentos e sujeitos a bárbaros bombardeamentos.

E já ninguém tem dúvidas sobre as consequências terríveis dos bombardeamentos com centenas de mísseis e milhares de bombas da mais alta potência sobre as populações iraquianas que ocorrem desde há vários dias e cuja intensificação se anuncia.

Estamos a assistir a um crime contra a humanidade, de grandes proporções que tem responsáveis e que tem cúmplices.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não basta dizer hipocritamente que contra a guerra somos todos, porque se todos fôssemos contra a guerra ela, seguramente, não teria sido desencadeada.

Aplausos do PCP e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Esta guerra foi não só desejada como friamente premeditada pelos «falcões» da Administração Bush e de uma Grã-Bretanha transformada em Estado satélite dos Estados Unidos.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E tem cúmplices entre os governos que solicitamente os apoiam, directa ou indirectamente, e entre os quais temos de incluir, com pesar, o Governo português.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Não se diga que é dever de Portugal apoiar esta guerra porque os Estados Unidos e a Grã-Bretanha são nossos aliados, quando a França, a Alemanha ou o Canadá, que sempre foram aliados tradicionais e leais dos Estados Unidos e membros da NATO, não abdicam de ter uma posição digna de oposição a esta guerra, sem com isso deixarem de ser aliados.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Bem lembrado!

O Orador: — A questão é que resulta desta guerra que há dois tipos de aliados dos Estados Unidos: os que, sendo aliados, têm coluna vertebral e não abdicam da sua dignidade e de se conduzirem de acordo com a moral e o Direito, e os que, por serem aliados, aceitam com subserviência e seguidismo tudo o que os Estados Unidos lhes queiram impor. Os Governos de França, da Alemanha e do Canadá estão entre os primeiros, os governos da Grã-Bretanha, de Espanha e de Portugal estão — desgraçadamente — entre os segundos.

Os reais objectivos desta guerra estão bem à vista quando começam a ser conhecidos os contratos já feitos com empresas americanas para a reconstrução daquilo que se sabe de antemão que vai ser destruído e para a exploração do saque que vai resultar desta guerra. Como já se previa, as beneficiárias da chacina do povo iraquiano vão ser as empresas americanas, onde pontificam as mais altas figuras da Administração Bush.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Já se previa que assim fosse. Agora, sabe-se de ciência certa e de contratos assinados que assim será.

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Já muito foi dito sobre a ilegalidade e a ilegitimidade desta guerra em face do Direito internacional. Esse facto é tão irrefutável que já nem oferece discussão.

A Administração norte-americana limita-se a dizer, com a arrogância imperial que a caracteriza, que as Nações Unidas não assumiram as suas responsabilidades. Em Portugal, os já chamados «ventriloquos» de Bush...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ... limitam-se a dizer que os americanos são nossos aliados e, além disso, democratas. Não importa que esses democratas adoptem medidas que de democráticas nada têm, como manter pessoas presas em Guantánamo sem qualquer culpa formada e sem quaisquer direitos de defesa....

O Sr. Luís Fazenda (BE): — Muito bem!

O Orador: — ... como criar tribunais de exceção em que o Estado de direito fique à porta, como impor práticas censórias, tal como está a acontecer com as músicas banidas das rádios britânicas.

Vozes do PCP: — Uma vergonha!

O Orador: — E nem sequer importa que esses democratas cometam crimes contra a Humanidade, como bombardear populações indefesas, desde que o façam em nome da democracia.

O que distingue a democracia de uma qualquer ditadura não é o título mas a prática. Um Estado democrático, para ser respeitado como tal, não pode deixar de respeitar os direitos humanos e as liberdades fundamentais, não pode deixar de considerar que o Direito internacional implica direitos e deveres para todos os Estados e não representa apenas direitos para si e deveres para os outros.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Um Estado democrático, para ser respeitado como tal, não pode praticar crimes contra a Humanidade em nome da democracia.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Não é aceitável que o Governo de Portugal, um país que se libertou de uma ditadura de quase meio século, que, com um consenso nacional absoluto, se notabilizou na comunidade internacional pela defesa intransigente do Direito internacional e do papel insubstituível das Nações Unidas na questão de Timor,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — ... apareça agora atrelado ao belicismo de uma Administração onde pontificam os círculos mais fanáticos da extrema-direita americana.

Aplausos do PCP e de Os Verdes.

Costuma dizer-se de uma guerra que se sabe quando começa mas nunca se sabe quando acaba. Ainda estamos longe de avaliar a dimensão da catástrofe humanitária que pode ter lugar se esta guerra não for travada. Não sabemos ainda quantos milhares de mortos custará esta guerra e não sabemos ainda até onde esta guerra pode alastrar e quais serão as suas consequências para todo o Mundo.

Mas confiamos que esta guerra pode ser travada, porque nenhuma outra foi tão condenada pela consciência universal como esta está a ser. Por todo o Mundo, éenor-

me o clamor da opinião pública contra esta guerra; o isolamento dos governos que a apoiam, em face da opinião quase generalizada dos cidadãos que deviam representar, é de uma evidência gritante.

O Governo português, os Deputados da maioria que o apoia e os editorialistas que procuram desesperadamente justificar esta guerra não podem ignorar o seu isolamento perante a opinião pública portuguesa.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O esforço desesperado que alguns têm feito para manipular as consciências e camuflar as reais razões desta guerra depara com a inteligência dos cidadãos e revela-se, por isso, inglório. O Governo pode sair ilesos das moções de censura nesta Câmara, mas não pode fugir à censura do povo português que, na sua esmagadora maioria, se pronuncia muito claramente contra esta guerra.

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Mota Amaral.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado João Teixeira Lopes.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Ficámos hoje a saber, pela boca do Sr. Primeiro-Ministro, o que Portugal vai ganhar com esta guerra — a manutenção do Comando de Oeiras, um director-geral e, provavelmente, algumas «migalhas» na reconstrução do Iraque.

Sr. Primeiro-Ministro, que provincianismo político falar de um director-geral quando estamos a assistir a uma tragédia humana; que triste história para ficar registada nesta Assembleia!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Disse o Sr. Primeiro-Ministro, insistindo na dicotomia entre liberdade e ditadura, que é disso que se trata nesta guerra. Tal é um insulto — como disse agora o Deputado António Filipe — à inteligência dos portugueses. Felizmente, 83% dos portugueses, segundo as últimas sondagens, estão contra esta guerra, declaradamente contra esta guerra! O senhor está só, o senhor está isolado.

Falou na liberdade e eu pergunto: de que liberdade se trata, Sr. Primeiro-Ministro? Da liberdade do império?! É curioso citar algumas fontes da própria Administração norte-americana.

Dick Cheney, actual vice-presidente, antes do ataque às torres gémeas, escreve a Bill Clinton, dizendo: «Precisamos de uma estratégia político-militar destinada a derrubar Saddam e o seu regime. Não será fácil, mas cremos que os interesses vitais dos Estados o exigem».

No relatório Cheney e Rumsfeld pode ler-se: «A missão da América consiste em assegurar que nenhuma outra superpotência possa emergir no resto do Mundo. Podemos consegui-lo convencendo todos os restantes países avançados de que os Estados Unidos defenderão os seus

interesses legítimos mantendo um potencial militar suficiente». Esta é a visão do Direito internacional dos Estados Unidos. E sabe qual é ela? «O meu império é o mundo inteiro; o meu reino é o mundo inteiro!».

Todas as crises declaradas são agora assuntos internos dos Estados Unidos. O mesmo Cheney, o actual vice-presidente, declarou que a política energética é o centro da política internacional — parece que o Sr. Primeiro-Ministro não lê aqueles que apoia... — e refere ainda que, em 2002, a economia dos Estados Unidos depende-rá em dois terços das importações de petróleo. Neste momento, os Estados Unidos são os maiores devedores a nível mundial e mais de um quinto dessa dívida deve-se ao petróleo.

Refere o *Washington Post*, Sr. Primeiro-Ministro, que 32 dos mais altos funcionários do governo foram empresários, administradores ou dirigentes da indústria de armamento. E pode ler-se hoje, no *Washington Times*, que o governo americano tem já preparada uma administração para o Iraque — que estranho conceito de democracia! —, formada por 30 exilados, sendo que a maior parte deles vive nos Estados Unidos. É esta a democracia que o senhor defende?

Veja, Sr. Primeiro-Ministro: China — 1945/1946; Coreia — 1950 a 1953; novamente China — 1950 a 1953; Guatemala — 1954; Indonésia — 1958; Guatemala — 1960; Congo — 1964; Peru — 1965; Laos — 1964 a 1973; Vietname — 1971 a 1973; Guatemala — 1967 a 1969; Grâna-
da — 1983; Líbano — 1984; El Salvador — 1980; Nicarágua — 1980; Panamá — 1989; Iraque — 1991; Sudão — 1998; Afeganistão — 1998. Todas estas intervenções militares americanas foram feitas em nome da democracia, mas, até hoje, nenhuma delas deu lugar a um regime democrático!

É este o caminho que o senhor quer seguir?

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, não estamos contra a América mas, sim, contra uma «certa América», contra a América do *Ku Klux Klan*, contra a América da escravatura, contra a América do obscurantismo, sem dúvida. Não estamos contra a América de um poeta como Walt Whitman, com o qual terminaria a minha intervenção — Walt Whitman, que assim mesmo se declara, filho de Manhattan. Diz ele: «Quem degrada outro degrada-me a mim, / E tudo o que é feito ou dito acaba por voltar a mim. / (...) / Pronuncio o santo-e-senha primordial, dou o sinal da democracia, / Por Deus que nada aceitarei, nada que os outros não possam ter por igual.».

É esta a América que defendemos, é esta a fraternidade universal que defendemos, não é, certamente, a liberdade do império!

Aplausos do BE, do PCP, de Os Verdes e de alguns Deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Costa, que beneficia da cedência de tempo do Bloco de Esquerda e de Os Verdes.

O Sr. António Costa (PS): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate está a chegar ao fim e foi muito contrastante a postura com que as diferentes bancadas se apresentaram nele. A oposição sustentou valores e princípios que uniram Portugal em torno de uma política externa comum ao longo dos últimos 27 anos; a bancada do Governo, começando no Sr. Primeiro-Ministro, prosseguindo no Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e, certamente, tendo sequência no Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, «acolitados» pelas bancadas da maioria, limitou-se a convocar a pequena política, a intriga perante a incomodidade que lhe gerou a discussão em torno dos princípios e dos valores.

Aplausos do PS.

É tempo de o Governo e a maioria compreenderem que as oposições gozam de liberdade de determinação da sua própria estratégia, que a conduzirão como bem entenderem, nos temas e nos *timings* que escolherem, sem precisarem da chancela do Sr. Primeiro-Ministro, do PSD ou do CDS-PP.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — Era importante que o Governo e a maioria tivessem compreendido que o que está em causa, neste momento e neste debate, não são questões de pequena política...

O Sr. José Sócrates (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... nem sequer confrontações entre esquerda e direita; o que está aqui em causa é saber em que Mundo e em que Europa queremos viver e como queremos que Portugal viva na Europa e no Mundo do futuro.

Aplausos do PS.

Quando o Governo decidiu, sem que o tivesse pré-anunciado na campanha eleitoral, sem que o tivesse pré-anunciado no Programa do Governo, de uma forma precipitada e inusitada, quebrar aquele que tem sido o grande consenso da nossa política externa, fê-lo em termos — permita-me que use as suas palavras, Sr. Primeiro-Ministro — totalmente irresponsáveis.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — A quebra desse consenso não se traduziu apenas na divergência de posição entre o Governo e o Sr. Presidente da República, nem na ruptura do consenso que sempre existiu entre PS e PSD em matéria de política externa, nem na censura unânime que a oposição vos fará nesta Câmara. A vossa ruptura foi muito mais funda e faz-se, como recordei há pouco, com todos os pais fundadores da democracia portuguesa: do Dr. Mário Soares ao Professor Freitas do Amaral e ao General Eanes, não há um que não tivesse criticado frontalmente a política do Governo nem que não tivesse sinalizado que VV. Ex.^{as} romperam aquele que tem sido

o grande consenso em política nacional e que vigorou nos últimos 27 anos.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Muito bem!

O Orador: — O que é extraordinário é que o Sr. Primeiro-Ministro, enquanto Ministro dos Negócios Estrangeiros e mesmo quando esteve na oposição, deu sequência àquela que foi sempre a nossa política.

Existe, aliás, um texto muito interessante (certamente, não o esqueceu), de uma conferência que realizou no Instituto de Defesa Nacional em 1997, em que teorizou sobre a evolução da política externa portuguesa, entre o antigo paradigma atlantista e a nova vocação europeia de Portugal, de como era desejável que se estabelecesse no futuro um equilíbrio entre este eixo atlântico da nossa política externa e essa prioridade que tinha que ser a nossa política da União Europeia.

Como V. Ex.^a então muito bem sublinhava — era importante que se recordasse das suas próprias lições — a melhor forma de reforçarmos esse eixo da política transatlântica seria apostar na União Europeia, fortalecendo e investindo na União Europeia. Ora, o que fez o Governo português? Rompeu esse consenso como prioridade.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — No primeiro debate que aqui travou, o Sr. Primeiro-Ministro disse: «Não sacrificarei a relação transatlântica em nome da União Europeia». E nós perguntámos: «Está disponível para sacrificar a União Europeia ao eixo transatlântico?». mas o Sr. Primeiro-Ministro não nos respondeu. Ou melhor, não o fez por palavras mas, sim, por actos, e os actos estão à vista: o Sr. Primeiro-Ministro decidiu sacrificar a unidade da União Europeia a uma relação mirífica transatlântica!

Aplausos do PS.

O Sr. Primeiro-Ministro mostra-se muito orgulhoso de ter participado, assistido, convocado... — nunca o sabremos! — a «cimeira da guerra», de ter estado com o Presidente dos Estados Unidos, o Primeiro-Ministro britânico e o Presidente do Governo espanhol na cimeira dos Açores, pois entendeu que Portugal tinha tido um papel extraordinário ao fixar e participar num ultimato ao Conselho de Segurança. Mas, Sr. Primeiro-Ministro, o que isso significou foi que Portugal se afastou do consenso da União Europeia, consenso que foi desde logo expresso no comunicado do Conselho Europeu Extraordinário de 17 de Fevereiro, no qual o Sr. Primeiro-Ministro participou, em que este, por unanimidade, reafirmou que era o Conselho de Segurança, e só o Conselho de Segurança, que tinha autoridade para prosseguir o desarmamento do Iraque! O Sr. Primeiro-Ministro também votou, tendo o Conselho Europeu aprovado, por unanimidade, que os inspectores deviam ter meios reforçados e mais tempo para prosseguir o seu trabalho. E foi contra esta posição do Conselho Europeu que o Sr. Primeiro-Ministro participou na cimeira dos Açores, fazendo Portugal romper com aquela que era a posição maioritária da União Europeia!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Primeiro-Ministro pergunta o que se passa nos outros parlamentos da União Europeia, e eu digo-lhe o que se passa: dos 15 Estados-membros, apenas 3 têm a posição do Sr. Primeiro-Ministro — os Governos de Portugal, de Espanha e do Reino Unido!

Mais nenhum governo teve a posição que estes três tiveram — são três em 15, é uma posição ultra-minoritária e assim nos isolámos no contexto da União Europeia. A consequência, sabe qual é, Sr. Primeiro-Ministro? A consequência...

Já vi que gosta muito de ler o *El País* para saber das posturas do PSOE... Terá lido — aliás, a propósito dessa notícia — que o PSOE apresentou uma moção para que a Espanha não ceda a utilização das suas bases militares aos Estados Unidos da América. Gostaria de saber se era essa a posição que gostaria que nós tivéssemos. Mas vejo que lê o *El País* porque empregou aqui, rigorosamente, em relação ao PS, as mesmas expressões que o seu colega espanhol utilizou relativamente à posição do PSOE em Espanha — a cartilha é a mesma, os chavões são rigorosamente os mesmos! O que de interessante o *El País* lhe poderia dizer é que, no próximo dia 29, a França, a Bélgica e a Alemanha vão promover uma reunião para avançar para a defesa europeia... E como o Sr. Primeiro-Ministro explicava na tal conferência que fez em 1997, se Portugal não se aproxima deste que é o núcleo duro e tem sido sempre o motor histórico da construção europeia, o efeito é que Portugal ficará mais marginal, mais periférico. Por isso, é que Portugal não foi convidado, Portugal está excluído deste esforço comum para a defesa europeia.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, é por isso natural que quem encerre este debate seja aquele que nasceu para a política como o campeão e o inimigo público da unidade europeia: o Sr. Ministro Paulo Portas.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Foi assim que o Sr. Ministro Paulo Portas nasceu para a vida política: saiu de director de *O Independente* para a política contra a unidade da Europa!

Aplausos do PS.

É, por isso, muito simbólico que seja o Sr. Ministro Paulo Portas — que esteve contra a moeda única europeia, que esteve contra a unidade política da Europa, que, enquanto Ministro da Defesa, já aqui, publicamente, nesta Assembleia, afirmou que também não sacrifica as contabilidades orçamentais a uma visão estratégica de comprometimento de Portugal na criação de uma política de defesa comum da União Europeia — que venha aqui encerrar este debate.

Aplausos do PS.

E aqui temos a explicação pela qual o PSD, um partido que, desde o 25 de Abril, sempre esteve com esta gran-

de opção estratégica da unidade europeia, da defesa do primado do direito internacional, da autoridade nas Nações Unidas, tenha agora rompido o consenso nacional, tenha aceitado divergir do Sr. Presidente da República, tenha rompido o acordo que sempre existiu com o PS, e consiga juntar toda a oposição numa mesma censura a este Governo, rompendo aquilo que têm as metas da nossa política externa.

Sr. Primeiro-Ministro, aquilo que queremos desejar-lhe, vivamente, é que saiba reconstruir a unidade nacional em torno da nossa política externa, porque nada fragilizará mais Portugal no mundo e na Europa do que esta divisão que os senhores cavaram, por um erro de análise, por seguidismo relativamente ao seu parceiro de coligação, por fragilidade de convicções e por oportunismo de querer ficar numa fotografia onde julgou que ficava bem e onde — devo dizer-lhe — ficou muitíssimo mal!

Por isso, iremos censurá-lo.

Aplausos do PS, de pé.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, este debate, que vem trazer ao Plenário da Assembleia da República uma questão que é uma preocupação nacional mas que é uma preocupação que atravessa toda a Europa e o Mundo, é uma discussão da maior importância. Isto porque não estamos propriamente a falar de questões que possam ser analisadas na estreita óptica dos interesses mesquinhos, mas que têm de ser consideradas numa visão prospectiva e tendo em conta os valores que estão em causa. E os valores que estão em causa, Srs. Deputados, são os valores da paz e da guerra e são a compreensão sobre se estamos, neste momento e perante este conflito em concreto, a dar um passo extremamente perigoso, um passo no vazio que pode conduzir-nos à desordem do ponto de vista planetário, que pode conduzir-nos à falta de referências e de balizas naquilo que até agora tem sido, mal ou bem (do nosso ponto de vista, devia ter sido melhor), um património de direitos, um património de valores, um código de conduta em torno do qual a comunidade internacional tem conseguido, recusando o recurso às armas, gerir conflitos e tem procurado dar resposta àquilo que são problemas de toda a Humanidade — são os problemas ecológicos, são também os problemas da paz, são os problemas da segurança planetária.

A questão que neste conflito se joga é a discussão sobre a gravidade que implica, pela primeira vez, uma guerra que é totalmente decidida sem qualquer base jurídica, que é decidida violando o espírito da Carta das Nações, que é decidida sem qualquer legitimidade; uma guerra que é inútil, do nosso ponto de vista — para nós, que acreditamos que a paz não se confunde com os cemitérios, que a paz não se constrói sob a força da pressão das armas. Seguramente, a democracia tarda no Iraque mas também tarda em todo o médio Oriente e, em nosso entendimento, só poderá ser conseguida através de uma solução integrada, através de uma solução diplomática, através de uma solução pacífica — no fundo, as vias pelas quais, concretamente, o Governo português abdicou de lutar.

É bom lembrar que aquilo que justifica esta censura não é uma guerra que é estranha; é o resultado de uma decisão que o Governo português tomou, violando o espírito e a letra da Constituição, violando os tratados a que está obrigado, quebrando uma tradição jurídica construída em torno dos valores da paz, e que é uma decisão grave, em nosso entendimento. É por essa decisão que esta censura é apresentada.

Em segundo lugar, aquilo sobre que devemos interrogar-nos, aquilo sobre que a maior parte dos cidadãos portugueses se interroga, aquilo que é a interrogação de muitos cidadãos europeus, aquilo que é também hoje um factor de preocupação nos sectores mais esclarecidos na opinião pública norte-americana — e foram muitos desses que sofreram na pele os efeitos do terrorismo — é saber se, perante as ameaças que atingem a Humanidade, a resposta a dar é fazendo uso das mesmas regras a que o terrorismo recorre, ou seja, a força das armas, a violência, a ilegalidade, a decisão à margem da comunidade internacional e, afinal, a imposição pela força das armas daquilo que, em nosso entendimento, só se constrói de uma forma sustentável pela via da lei.

É esta guerra que temos, é este sofrimento de um povo que, neste momento, está a ser duramente atingido, que determinam esta censura. É essa responsabilidade política que foi assumida pelo Governo que é censurada.

Para além disto, temos também a responsabilidade de saber o que é que vai acontecer no futuro. Da parte da actual Administração norte-americana, e contrariamente àquilo que muitos sectores na sociedade americana defendem, existe o entendimento de que, a partir de agora, há uma missão que compete em exclusivo aos Estados Unidos da América tomar nas suas mãos: a de guardar e garantir, pretensamente, a defesa dos interesses e de valores, de determinados valores, em todo o mundo, pela via da força das armas, dispensando o «estorvo» das Nações Unidas e desprezando o Direito internacional.

Neste momento, quando esta guerra está a desenrolar-se, quando a pilhagem, seguindo-se à dos falcões, é agora a dos abutres que vêm fazer negócio à custa da destruição e da morte, julgo que a consciência colectiva de Portugal se levanta para saber para onde queremos ir. Pela nossa parte, seguramente que não queremos ir pelo caminho da desordem; seguramente que não queremos ir pelo caminho do retorno à barbárie; seguramente que não queremos ir pelo regresso ao passado, pelo regresso ao tempo em que era a força das armas que se impunha à força da lei!

Temos a convicção de que a sustentabilidade do desenvolvimento, a cooperação, o desarmamento e a paz passam por um caminho totalmente diferente e radicalmente oposto àquele que o Governo de Portugal, lamentavelmente, neste domínio escolheu seguir.

Aplausos de Os Verdes e do PCP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar às intervenções de encerramento deste debate. Para o efeito, em nome do Governo, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional. Antes de usar da palavra, quero lembrar a toda a Câmara que, de acordo com o que dispõe o Regimento, a votação das moções de censura deve

ser feita electronicamente — também electronicamente! Portanto, lembro a todos que tenham os seus cartões disponíveis e, porventura, se há alguma falha, tentem regularizá-la junto dos serviços, já que ainda temos uma hora de trabalhos até esse momento.

Sr. Ministro. tem a palavra.

O Sr. António Costa (PS): — Vai explicar que sempre defendeu a União Europeia!

O Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional (Paulo Portas): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, os dias que vivemos são, para qualquer ser humano normal, dias anormais — pelo sofrimento que revelam, pela insuficiência dos mecanismos efectivos da comunidade internacional que testemunham, pela circunstância de qualquer pessoa bem formada ser contra a guerra e saber que a guerra nunca é uma boa solução.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Nestes dias anormais, será estranho para qualquer cidadão de bom-senso um debate de política interna.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas foi esse debate que as oposições quiseram: um debate sem visão, de curto prazo, de estratégia oportunista, de instrumentalização de sentimentos e com perda de responsabilidade de Estado!!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Foi esse o quadro de referência escolhido pelos partidos da oposição. É nesse quadro de referência, porque foi essa a vossa vontade, que este debate decorreu.

Vozes do PS: — A vossa! A vossa!

O Orador: — Neste debate o PSD e o CDS-PP estiveram onde sempre estiveram: são partidos pela paz, partidos euro-atlânticos.

Protestos do PS.

Neste debate o PCP e o BE estiveram onde sempre estiveram: contra a NATO, contra a Europa, contra o vínculo transatlântico.

Neste debate, no plano da política interna, houve um único partido que mudou de posição: o Partido Socialista! E não o fez para melhor!!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

O Partido Socialista isolou-se politicamente.

O Sr. José Magalhães (PS): — É notório!

O Sr. Diogo Feio (CDS-PP): — Preferiu as más companhias!

O Orador: — Do ponto de vista do sentido de responsabilidade perante uma situação internacional como aquela em que vivemos, do ponto de vista do sentido de Estado, vindo de uma força política com tradição de governo, a verdade é que não se conhece nenhum outro partido socialista na Europa que tenha apresentado uma qualquer moção de censura ao governo em funções, em pleno conflito militar internacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. António Costa (PS): — É claro! Nenhum outro tomou a posição de Portugal!

O Orador: — E isto significa a perda da noção das prioridades.

Todas as divergências sobre a questão do Iraque são legítimas. Porém, o facto menos relevante na questão do Iraque é estar no Parlamento a discutir a posição de cada governo.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Essa agora! Está a perder qualidades!

O Orador: — Mas ainda mais do que isto: o Partido Socialista não só foi o único partido socialista a apresentar uma moção de censura ao governo na União Europeia, como desejou, quis e tudo fez para conseguir um conflito institucional entre os órgãos de soberania em Portugal neste momento.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Ou seja, para vós, Saddam Hussein é apenas, e só, um pretexto para arranjar uma crise política, que nenhum português de bom senso deseja neste momento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS, batendo com os pés no chão.

Em segundo lugar, o Partido Socialista enquistou-se numa atitude que é irresponsável, como o tempo o provará. Enquistou-se porque uma moção de censura tem um único objectivo — e não é preciso citar palavras vossas para o confirmar, porque elas existem e são abundantes: uma moção de censura visa, apenas e só, derrubar o Governo que está em funções!

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Fale mas é na guerra!

O Orador: — Ora, para além de o Partido Socialista ser o único na Europa a apresentar uma moção de censura; para além de ser o único a desejar um conflito institucional, o Partido Socialista pretende, em termos práticos, que Portugal fique sem governo em plena crise internacional.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Mas o que é que isso quer dizer?!

O Orador: — Dr. Ferro Rodrigues, se a moção de censura tivesse sido uma ideia do seu pior adversário, eu não lhe daria uma melhor.

Os portugueses já sabiam que o Partido Socialista deixava o País sem governo a meio de uma legislatura. Ficaram hoje a saber que, por vontade do Partido Socialista, Portugal ficava sem governo a meio de uma guerra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Fale mas é na guerra!

O Orador: — Em terceiro lugar, é nosso entendimento que o Partido Socialista se descredibilizou como força de governo.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Isso é que era bom!

O Orador: — Até hoje, qualquer semelhança entre o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda em questões de política externa, segurança e defesa era uma mera coincidência. A partir de hoje, qualquer semelhança entre o PS que aqui ouvimos hoje e o PS que sempre conhecemos é, essa sim, uma coincidência.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Isso é uma mentira!

O Orador: — Mas se essa é a vossa lógica... Aliás, escapou-lhe, Dr. Ferro Rodrigues, uma frase sobre o monopólio da união dos partidos em cada lado da vida portuguesa, frase que é todo um anúncio...

O Sr. José Vera Jardim (PS): — Fale da guerra!

O Orador: — Mas, então, vamos ao fundo dessa nova lógica.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — E depois?!

O Orador: — O que é que, Dr. Ferro Rodrigues, une o Partido Socialista, o Partido Comunista e o Bloco de Esquerda em termos de política externa e de política de defesa?

Protestos do PS.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — E o que é que une o PP e o PSD?

O Orador: — Tanto quanto se sabe, o Partido Socialista é pela Aliança Atlântica e pela participação de Portugal na Aliança Atlântica.

Protestos do Deputado do PS José Magalhães.

Pode dizer-me como é que ofereceria a Portugal um governo dependente dos votos ou da vontade de partidos que toda a vida foram — e hoje confirmaram-no — contra a Aliança Atlântica e contra a participação de Portugal nessa mesma Aliança Atlântica?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas também é indiscutível que o Partido Socialista somatizou o radicalismo de algumas manifestações, assumindo um anti-americanismo primário. E permita-me que lhe diga, Dr. Ferro Rodrigues, todos os Deputados da maioria juntos nunca serão tão pró-americanos como foi o Dr. Mário Soares em Portugal!...

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — É bem verdade!

O Orador: — O vosso erro é que o que está em causa não é a Administração Bush.

Vozes do PS: — É, é...!

O Orador: — Se é, estão VV Ex.^{as} disponíveis para subscrever o artigo escrito pelo ex-Presidente Bill Clinton em que apoia a posição da Administração Bush?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — O que está em causa não são os Estados Unidos. É também um aliado europeu, que tem um governo trabalhista, vosso colega na internacional Socialista.

Protestos da Deputada do PCP Odete Santos.

VV. Ex.^{as}, que dizem o que dizem sobre o Governo de Portugal, tencionam propor a expulsão do Partido Trabalhista da internacional Socialista?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS e da Deputada do PCP Odete Santos.

VV. Ex.^{as}, que julgam que o que está em causa são os Estados Unidos e a sua Administração, esquecem a posição de pessoas, de intelectuais, de resistentes como Mishnik, a quem a Polónia deve tanto, Vaclav Havel, a quem a República Checa deve tanto, Ramos Horta, a quem o Estado livre de Timor Leste deve tanto.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas VV. Ex.^{as} integraram de tal forma esse anti-americanismo primário que, pela primeira vez, em 27 anos, o Partido Socialista foi ambíguo quanto à questão da Base da Lajes. E mais uma vez, neste debate, o país ficou sem resposta: se V. Ex.^a fosse primeiro-ministro, Dr. Ferro Rodrigues, dava ou não autorização para a passagem na Base das Lajes? Se V. Ex.^a não dava, estava disposto à ruptura da relação tradicional entre Portugal e os Estados Unidos da América? E o que é que Portugal tinha a ganhar com isso e o que é que os Açores tinham a ganhar com isso?

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — Mas ainda é preciso sublinhar que o Partido Socialista acabou por diabolizar o seu próprio passado. O Dr. Ferro Rodrigues estava sentado no Conse-

lho de Ministros, em 1999. Na questão do Kosovo não houve mandato das Nações Unidas. E, como já aqui foi dito hoje, ainda bem que houve a intervenção no Kosovo, porque senão ainda hoje tinham Milosevic no poder e um genocídio a acontecer.

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — V. Ex.^a estava no Conselho de Ministros, apoiou uma intervenção sem mandato das Nações Unidas...

O Sr. António Costa (PS): — E voltávamos a apoiar!

O Orador: — ... e, mais do que isso, Portugal enviou caças F16 portugueses para acompanhar o bombardeamento da Sérvia.

O Sr. António Costa (PS): — É bem!

O Sr. José Magalhães (PS): — E com o apoio do PSD!

O Orador: — Agora existem várias resoluções das Nações Unidas que não foram cumpridas. O responsável pela guerra é um só, chama-se Saddam Hussein! E VV. Ex.^{as}, de repente, mudam de posição. Quando estavam no governo mandavam caças F16 acompanhar o bombardeamento da Sérvia, sem mandato das Nações Unidas. Agora, têm uma actividade mais prosaica: vão tentar «caçar» os votos dos pacifistas nas manifestações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

A Sr.^a Maria Santos (PS): — Essa agora?!

O Orador: — Mais ainda: o Partido Socialista demonstrou que muda de posição consoante está ou não na oposição.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Mentira!

O Orador: — E isso significa que os portugueses não podem acreditar na autenticidade da vossa proposta tendo VV. Ex.^{as} a tradição que têm nesta matéria.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Olha quem fala!...

O Orador: — Mas acontece ainda que o Partido Socialista se radicalizou do ponto de vista doutrinário.

Protestos do PS.

O Partido Socialista é conhecido e gosta de ser conhecido como um partido tolerante, como um partido que não tem uma atitude inquisitorial. E aquilo quer os senhores têm exibido nas últimas semanas, por puro oportunismo político, é uma atitude inquisitorial,...

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — É mentira!

O Orador: — ... de julgamento, que não se dirige, de resto, ao único réu deste conflito que se chama Saddam Hussein: dirige-se, sim, a aliados tradicionais de Portugal.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Eu não sei, Dr. Ferro Rodrigues, se faria suas as palavras do Dr. Mário Soares, para quem o bombardeamento dos palácios de Saddam é igual — friso bem — aos atentados contra as torres gémeas de Nova Iorque.

Protestos da Deputada de Os Verdes Heloísa Apolónia.

Essa equidistância, Dr. Ferro Rodrigues, é nova no vosso partido.

Protestos da Deputada do PCP Odeté Santos.

O que é extraordinário, Dr. Ferro Rodrigues, é que não o ouvimos hoje dizer duas frases muito simples: «Saddam Hussein podia ter evitado a guerra desarmando. Saddam Hussein pode parar a guerra saindo do poder».

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS e do PCP.

Isto sem necessidade de lembrar o que aqui já foi lembrado: segundo a sua porta-voz em matéria de política internacional, a atitude do Governo português é criminosa.

A Sr.^a Odeté Santos (PCP): — E o Bush é um criminoso!

O Orador: — É preciso lembrar-lhe, Dr. Ferro Rodrigues, que criminoso em todo este conflito há um só: chama-se Saddam Hussein e está à frente de um regime que é uma tirania!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas a nosso ver é ainda relevante sublinhar que neste debate interno, que foi desejado pelo Partido Socialista e pelo resto da oposição, o Partido Socialista não sei que lugar dá lugar à ameaça das armas de destruição maciça, não sei que política defende hoje para combater os grupos terroristas, não sei que eficiência considera hoje relevante para conseguir travar os Estados cumplices ou párias — cumplices com grupo terroristas, párias face ao cumprimento das regras da comunidade internacional.

Protestos da Deputada do PCP Odeté Santos.

A única coisa que soubemos foi que o Partido Socialista demorou dois meses a decidir se saía à rua ou se ficava em casa. E depois, em dois meses, o Partido Socialista foi empurrado para uma posição completamente diferente da inicial. É completamente diferente pedir, exigir, uma segunda resolução das Nações Unidas que autorize e habilite o uso da força, a defender um bloqueio completo a qualquer resolução das Nações Unidas que autorize o uso da força. Foi essa evolução que os senhores fizeram e com isso não contribuíram para a vossa credibilidade!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS.

Era ainda importante retirar daqui a conclusão de que o Partido Socialista teve sobre o conflito internacional uma posição em que não esclarece esta interrogação que hoje muitos portugueses fazem — e bastava ter dito uma palavra: desejam os senhores o triunfo dos aliados ou o triunfo de Saddam Hussein?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PS, batendo com as mãos nos tampos das bancadas.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Não diga disparates!

O Orador: — Qual é a consequência para a segurança e a paz no mundo se, porventura, Estados com armas de destruição maciça e cúmplices do terrorismo vencessem este conflito? Que testemunho e que exemplo seria dado a outros Estados e a outros grupos terroristas?

Essa vossa posição, que apela, umas vezes explicitamente, outras implicitamente, à neutralidade não é sustentável. Entre democracias e tiranias, entre autoritarismos e liberdades não há neutralidade possível, Sr. Deputado Ferro Rodrigues!

Enfim, sabemos que, em relação ao conflito, o que de melhor se pode desejar para todos é que seja breve e que tenha o menor número de baixas possível, porque, no plano humanista, qualquer vida perdida é uma vida de igual valor e, no plano do Estado e no plano militar, há soldados americanos e ingleses no deserto a morrer e a lutar por valores que também partilhamos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E também sabemos que os cemitérios da Europa estão juncados de soldados americanos que lutaram pela liberdade da Europa na 2.^a Grande Guerra.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E também sabemos que não foram os pacifistas que abriram os portões dos campos de concentração onde Hitler matava milhões de pessoas, foram os combatentes.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Partido Socialista enganou-se no destinatário da moção de censura. Se quer censurar a guerra, dirija-se a Saddam Hussein.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O Orador: — A maioria revelou uma unidade sem falhas perante a política definida pelo Primeiro-Ministro de Portugal, tendo em atenção o interesse nacional.

O Sr. Presidente: — Sr. Ministro, peço-lhe que conclua, pois já esgotou o seu tempo.

O Orador: — Vou terminar, Sr. Presidente.

Deste debate resultará, para citar o Dr. Jaime Gama, uma única evidência: a clarificação está feita, o Parlamento reforça a legitimidade do Governo, não há instabilidade no horizonte.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ferro Rodrigues.

O Sr. Eduardo Ferro Rodrigues (PS): — Sr. Presidente, tendo em conta a intervenção que aqui fez o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional, devo dizer que sou muito humilde e aceito lições de democracia, postura de Estado, de credibilidade e de coerência...

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Fica-lhe bem!

O Orador: — ... de toda a gente, menos do Dr. Paulo Portas.

Aplausos do PS, de pé, do PCP, do BE e de Os Verdes.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que se viu agora e o que se viu em todo o debate foi que o Governo, o PSD e o CDS-PP tentaram desesperadamente fugir às suas responsabilidades...

Vozes do PSD e do CDS-PP: — Oh!...

O Orador: — ... na destruição do consenso interno sobre política externa.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Passaram, como se viu agora com esta fixação, uma boa parte do tempo a caluniar o Partido Socialista e o seu Secretário-Geral...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — A caluniar?!

O Orador: — ... que tem muito orgulho em dizer que, tanto no Parlamento como na rua, foi consequente e coerente desde o primeiro dia.

Aplausos do PS.

Risos do PSD e do CDS-PP.

E talvez porque os senhores pensem que os portugueses não estão informados, não percebem o que se passa e são fáceis de manipular, queriam agora vir com a dramatização da moção de censura. Vejam lá, nós agora iríamos atirar o Governo abaixo!... Como se se o Governo caísse a responsabilidade não fosse vossa! Vocês têm maioria absoluta! Se o Governo caísse, a responsabilidade seria vossa!

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do CDS-PP: — Então, porque é que apresentam a moção de censura?!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados da maioria, agora também vos peço que oíçam o orador tranquilamente.

O Orador: — Sr. Primeiro-Ministro, ficou claro que na decisão mais difícil que teve de tomar ao longo da sua vida política resolveu mal, eu diria mesmo que resolveu pessimamente para o seu Governo e para o nosso País.

O Sr. António Costa (PS): — Muito bem!

O Orador: — E devo dizer-lhe o seguinte: parece-me que não está muito confiante na justezza da vossa posição, porque, senão, o que seria normal era ter hoje trazido aqui a este Parlamento uma moção de confiança, para vermos como é que funcionariam as bancadas da maioria.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Não é preciso!

O Orador: — Este debate foi muito instrutivo. Ficámos a saber, por um seu porta-voz, que o PSD considera legítima e, portanto, dentro do Direito Internacional esta intervenção unilateral. Sobre essa matéria, no entanto, ficámos sem saber qual era a posição do Governo.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Não sabemos é a sua opinião!

O Orador: — Ficámos sem saber também como é que o Governo analisa a questão da Base das Lajes, visto que o momento em que consultou os partidos da oposição e informou o Presidente da República foi há meses, anterior à intervenção unilateral.

O Sr. Marco António Costa (PSD): — Desculpas de mau pagador!

O Orador: — Gostaríamos que o Sr. Ministro de Estado e da Defesa Nacional e o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas viessem à Comissão respectiva, se for necessário à porta fechada, explicar o que é que se passa. Não podemos ficar com este fantasma sobre nós, sem saber com que legitimidade, com que base, é que essa cedência está a ser feita neste momento.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Ficámos também a saber outra coisa deste debate muito instrutivo: é que o Governo faz parte da coligação, mas também não faz parte da coligação. Como se dizia há uns anos, faz parte da coligação, mas pouco.

Risos e aplausos do PS.

O debate de hoje deixou claras várias questões fundamentais. Em primeiro lugar, que havia um outro caminho, um caminho de paz, um caminho de intensificação da pressão internacional sobre o Iraque para que cumprisse as suas obrigações e um caminho de reforço das inspecções da ONU, que foi boicotado, quando podia começar a ter frutos. E neste momento até existe quem esteja ansioso por que o Iraque utilize armas químicas de destruição maciça para poder provar que, afinal, tinham razão, o que é uma vergonha.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CDS-PP, batendo com os pés no chão.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Tenha vergonha!

O Orador: — Havia também o caminho de grandes vozes da paz.

Sr. Dr. Paulo Portas, sei que está sempre muito informado, com o catecismo da Igreja em cima da mesa, mas gostaria que não se esquecesse que o Papa disse, ao ser anunciado o ataque ao Iraque, que aquele que decide que se esgotaram todos os meios colocados à disposição pelo Direito Internacional assume uma grave responsabilidade perante Deus, perante a sua consciência e perante a História.

E o Arcebispo Jean-Louis Tauran, o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Vaticano, a 25 de Fevereiro, e o Monsenhor Renato Martino, Presidente do Conselho Pontifício «Justiça e Paz», a 17 de Março, disseram...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — Devia aprender alguma coisa com eles!

O Orador: — Oiça! Oiça, que é a voz do Vaticano!

Como eu estava a dizer, o Arcebispo Jean-Louis Tauran e o Monsenhor Renato Martino disseram que uma intervenção militar...

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Vozes do PS: — Ó Sr. Presidente...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Ferro Rodrigues, peço-lhe, por favor, que interrompa a sua intervenção.

Srs. Deputados da maioria, peço-lhes, uma vez mais, o favor de ouvirem em silêncio o orador, este e os restantes. Também já fiz esse pedido, há pouco, aos Srs. Deputados da oposição, embora não possa dizer que tenha sido integralmente atendido. Peço-vos o favor de darem agora o vosso exemplo, para podermos chegar ao fim dos nossos trabalhos e, sobretudo, para respeitarmos a dignidade do Parlamento e a nossa imagem perante os nossos concidadãos. Peço-lhes este favor, já que não posso fazer mais.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Devo dizer que fico perplexo com esta reacção do CDS-PP à palavra do Vaticano!

Aplausos do PS.

O Presidente do Conselho Pontifício «Justiça e Paz», a 17 de Março, disse que uma intervenção militar no Iraque sem o aval do Conselho de Segurança constituiria — sabem o quê? — um crime contra a paz! Um crime contra a paz!

O Governo errou, e este debate demonstrou-nos quanto profundo é o erro, sobretudo ao ter associado Portugal ao partido da guerra, associação esta subscreta pelo Sr. Primeiro-Ministro na infeliz «Carta dos Oito»! Errou ao ter entrado na fotografia dos que partiam para a guerra e ao ter permitido que fosse Portugal o cenário dessa fotografia! Errou ao não ter dito sempre aos nossos aliados americanos e ingleses que, para Portugal, não era esta a forma legítima de resolver o problema do Iraque! Errou ao não ter alinhado a sua posição com o Sr. Presidente da República, que sempre disse que era ilegítima qualquer intervenção que não se fizesse no quadro do Conselho de Segurança e que não respeitasse a Carta das Nações Unidas e o Direito Internacional, porque é esta a tradição jurídico-cultural portuguesa reflectida na Constituição! É exactamente isto que temos estado hoje aqui a dizer e que os senhores tentam sistematicamente escamotear.

Aplausos do PS.

Somos um país da União Europeia, somos um país que preza e se orgulha da sua pertença atlântica. Devemos todos compreender que, talvez pela primeira vez na nossa História, temos de fazer convergir e não divergir estes dois factores da nossa identidade como povo e dos nossos interesses como nação livre e independente.

O nosso lugar, após esta terrível hora que estamos a viver, porque estão a cair bombas sobre Bagdade e Basorá e porque estão a morrer milhares de pessoas, umas atingidas pelas bombas e outras por estarem numa situação que não é, de maneira alguma, tolerável em termos humanitários...

O Sr. João Pinho de Almeida (CDS-PP): — E do outro lado?!

O Orador: — Nós não pactuamos com a responsabilidade dessas bombas! Nós não fazemos parte da coligação! Os senhores não sabem o que fazem!

Aplausos do PS, de pé, e do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Nesta aventura, Portugal desempenhou, pela sua mão, Sr. Primeiro-Ministro, um papel que merece ser censurado. Foi esse papel, esse caminho pejado de erros que nos trouxe hoje aqui à censura que nos sentimos obrigados a fazer, em nome dos nossos princípios e dos nossos valores e daquilo que acreditamos serem os verdadeiros interesses de Portugal e dos portugueses.

E não se iluda, Sr. Primeiro-Ministro, as moções não passam, mas esta censura é a censura de muitos e muitos milhões de portugueses.

Aplausos do PS, de pé, do PCP, do BE e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Bernardino Soares.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Durante este debate, o Governo e a maioria procuraram, sem sucesso, encontrar justificações para a sua conduta na questão da guerra e da paz. É uma tarefa manifestamente impossível.

Por isso, o Governo fugiu sistematicamente de falar da guerra, recorrendo aos argumentos da baixa política e de populismo barato, como na intervenção do Sr. Ministro de Estado e da Defesa.

Aplausos do PCP, do PS e de Os Verdes.

Não serve o argumento de que ou se está com Bush ou se apoia Saddam ou, noutras palavras, quem não está comigo está contra mim. A opção não se faz entre Bush e Saddam mas entre a paz e a guerra...

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Muito bem!

O Orador: — O Governo está do lado da guerra!

Lembre-se, aliás, de que as indignações anti-Saddam e as preocupações com a sua sanguinária ditadura nem sempre estiveram presentes nos discursos das administrações norte americanas nem dos que as apoiaram.

Não é demais lembrar que não há memória de que o uso de gases tóxicos e armas químicas pelo Iraque contra os curdos, ou na guerra com o Irão (em que, de resto, tinham o apoio dos EUA), tenha provocado indignação semelhante à que, agora, invocam os apoiantes da guerra.

Aplausos do PCP.

Combatemos a ditadura de Saddam Hussein, mas não defendemos a invasão do Iraque, como combatemos a ditadura de Salazar, mas nunca aceitámos uma invasão do nosso país.

Aplausos do PCP, do PS, do BE e de Os Verdes.

Não serve o argumento de que o objectivo é desarmar o Iraque. Foram os próprios inspectores das Nações Unidas que assinalaram a necessidade de continuar a sua acção que, de resto, estava a conseguir alguns resultados.

Não serve o argumento de que a invasão do Iraque se destina a implantar a democracia; não consta que as democracias se construam à bomba, nem que os vários bombardeamentos norte americanos, nos últimos 50 anos, tenham resultado em democracias.

Não serve o argumento do anti-americanismo, a não ser que também sejam anti-americanos, entre outros, por exemplo, Jimmy Carter ou Edward Kennedy.

Não serve o argumento de que temos de estar com os nossos aliados (mas na verdade só estamos com alguns), porque o que prestigia Portugal na cena internacional não é o seguidismo acrítico do expansionismo de Bush mas, sim, uma posição própria e independente, que defenda o concerto pacífico dos países no quadro das Nações Unidas e a legalidade internacional. Esta foi, durante anos, a nossa mais-valia na questão de Timor-Leste.

Aplausos do PCP e do PS.

Para o Primeiro-Ministro, o exercício dos direitos de oposição é matéria de oportunismo político. Mas a moção de censura que apresentamos não reflecte mais do que os nossos princípios e a genuína vontade do povo português.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — É isso mesmo!

O Orador: — Diz o Primeiro-Ministro que as moções de censura são uma competição entre os radicalismos da oposição. Mas não há mais infeliz competição do que aquela a que assistimos entre Durão Barroso e Aznar pelo lugar de acólito favorito do guerreiro Bush.

Aplausos do PCP, do PS, do BE e de Os Verdes.

O Governo atira a pedra e esconde a mão; soprou as velas da nau guerreira de Bush, apoiou a guerra, mas agora não quer ser responsabilizado pela censura, invocando a necessidade de estabilidade devido ao conflito que ele próprio ajudou a lançar.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — Diz o Primeiro-Ministro que abomina a guerra, mas envolveu Portugal na suprema hipocrisia dos que declararam a guerra em nome da paz.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Para o Primeiro-Ministro é vantajoso colocar o País no centro da decisão política. Mas entre o centro de decisão da guerra e a periferia da defesa da paz preferimos, sem hesitações, a paz.

Aplausos do PCP.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Apesar de todos os debates e de todas as intervenções, há vários pontos que o Governo não esclarece.

O Governo deve esclarecer que a sua posição significa aceitar a menorização das Nações Unidas e do Direito Internacional e que concorda com a possibilidade de intervenção unilateral dos Estados Unidos da América.

O Governo deve esclarecer que sabe que a posição que defende merece o repúdio do povo português, o que significa que os portugueses não se sentem representados na posição internacional do seu país.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Exactamente!

O Orador: — O Governo deve esclarecer que a sua solidariedade belicista faz vista grossa ao facto de a principal vítima desta guerra ser, como em 1991 e nos anos que se seguiram, o povo iraquiano...

Vozes do PCP: — Exactamente!

O Orador: — ... e que a responsabilidade pela situação humana que se vive no Iraque e pelas medidas necessárias para a resolver é, nas palavras do Secretário Geral da ONU, da potência ocupante.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — O Governo deve esclarecer como se compatibiliza a sua actuação com os princípios constitucionais da resolução pacífica dos conflitos internacionais e da não ingerência nos assuntos internos de outros Estados.

A censura ao Governo é incontornável. Está nas ruas. Aqui se expressou na apresentação inédita de quatro moções de censura. E mesmo sabendo que a maioria exercerá, daqui a pouco, a sua função como dela se espera, é absolutamente claro que não foram as moções de censura que entraram já derrotadas neste debate mas, sim, a política do Governo que entrou já derrotada no debate que aqui hoje tivemos.

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

Na verdade, a censura ao Governo é geral e manifesta-se nas mais diversas formas e expressões. E tem um enorme significado, que tantos portugueses, das mais diversas origens, com entendimentos diversos da política internacional, com afinidades políticas e ideológicas bem diferenciadas, com interesses diversos, tenham entendido que o momento que vivemos no País e no mundo é grave e que isso justifica e exige a intervenção comum em defesa da paz e contra a guerra. Não estamos de acordo com todos os considerandos de todas as moções, mas nelas não temos qualquer hesitação em apoiar o seu denominador comum que é o mesmo do povo português: rejeitar esta guerra intolerável!

Aplausos do PCP, do BE e de Os Verdes.

Pela nossa parte, não aceitamos uma alegada convergência na posição das instituições através da subordinação de uma à escalada arrogante de outra, e nem aceitamos qualquer «unidade nacional» assente no seguidismo do nosso país em relação ao belicismo dos Estados Unidos da América.

O Sr. Carlos Carvalhas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Trata-se, afinal, de saber que mundo queremos: se um mundo em que o mais forte decide e impõe e em que as nações e os povos não têm direitos iguais na ordem internacional ou se um mundo que se oriente pelos valores da paz e da resolução dos conflitos,

razão fundadora das Nações Unidas após a 2.^a Guerra Mundial.

Não sabemos o que nos reserva o futuro, nem o que dirá a História dos momentos que agora vivemos. Mas se nela houver um qualquer modesto lugar para lembrar este Governo, ai se registará que o seu papel foi o de comprometer o País, contra a vontade do seu povo, com uma guerra injusta, ilegítima e de consequências imprevisíveis.

Aplausos do PCP, de pé, do BE, de Os Verdes e do Deputado do PS Ferro Rodrigues.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Amaral Dias.

A Sr.^a Joana Amaral Dias (BE): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Sr. Ministro Paulo Portas está entusiasmado com a guerra. Justiça lhe seja feita, não é o único. Temos visto na televisão muitos generais sem exército que não se contêm na sua excitação: brincam com aviões de plástico, jogam com soldadinhos de chumbo e deleitam-se com a suposta inteligência das armas.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — Assistimos a muitos «almirantes de sofá» a comentarem esta guerra como se de um campeonato de *game boy* se tratasse.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — A verdade é que se a guerra foi uma oportunidade de ouro para o Dr. Durão Barroso se juntar à foto dos beligerantes, também parece ser uma magnífica *chance* para o Dr. Paulo Portas, aqui, nesta Câmara, pretender que tem sentido de Estado, supor que é, ele mesmo, o sentido de Estado.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — Contudo, Dr. Paulo Portas, a guerra é a guerra. Suja, amoral, injusta e hedionda. Não há pose de Estado nem *sound bite* mais impactante do que o horror desta guerra.

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — Desta vez, não funciona. As imagens são demasiado claras. E o nome inicialmente escolhido para esta operação também estrangula qualquer jogo floral: «choque e pavor».

O seu aliado George Bush, esse rosto de uma outra América — a única a que nos opomos: fanática, violenta, intolerante, hegemónica e imperial —, esse homem que se ria uns minutos antes de anunciar ao mundo uma guerra que já matava no Iraque, este seu aliado, deixa-lhe muito pouco espaço.

Aplausos do BE.

Nós, Sr. Primeiro-Ministro e Sr. Ministro da Defesa, os portugueses e as portuguesas que vimos o nosso nome manchado pelo seu apoio a uma guerra de «choque e pavor», não lhe perdoamos! Não lhe perdoamos ter posto Portugal no lado do crime, da ilegalidade e da chacina!

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — A maioria que se senta neste Parlamento não representa, nesta matéria, aqueles que nela votaram. A esmagadora maioria dos portugueses e das portuguesas está contra a esta guerra e está repugnada com o apoio que o Governo português lhe deu.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

O Sr. Primeiro-Ministro não fala em nome dos portugueses e das portuguesas. Envergonha o nosso povo.

É extraordinário, Sr. Primeiro-Ministro, que nos venha falar da sensibilidade dos portugueses. De um lado, neste debate, esteve o Governo; do outro, estão mais de 80% de portugueses e portuguesas, segundo várias sondagens. De extremismo, Sr. Primeiro-Ministro, sirva-se da sua própria água benta.

Por isso o censuramos. E não é tão inútil como, ainda há pouco, pretendia o Sr. Ministro Paulo Portas. O Sr. Primeiro-Ministro está só, irremediavelmente só.

Vozes do CDS-PP: — Não está, não!

A Oradora: — Há uma vontade nacional contra si, contra a sua obediência cega, contra esta ganância do «eles comem tudo e não deixam nada», contra o lugar que escolheu de ventriloquo da guerra!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Não o deixamos colar Portugal à imagem dos escombros das cidades iraquianas. Não o deixaremos colar Portugal à imagem dos famintos e dos sedentos em Bassorá. Não o deixaremos colar Portugal à imagem aos mortos em Bagdade. Falamos em nome dos que se envergonharão deste Governo, esta noite, ao assistir à notícia de mais 14 civis mortos e moribundos, assassinados num crime de guerra, hoje mesmo cometido na capital iraquiana — o bombardeamento de um mercado em pleno dia. 14 civis mortos pelos «cavaleiros da libertação e do desarmamento» do Iraque. São apenas um exemplo, dos muitos que esta guerra infelizmente nos trará.

Não deixaremos que Portugal entre nesta psicose belicista, a mesma que prendeu mais de 1000 manifestantes em São Francisco, a mesma que proibiu, hoje, no Reino Unido, que qualquer rádio transmitisse músicas contra a guerra.

O Sr. Bernardino Soares (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — Quando os falcões da guerra tomam conta da política em nome da liberdade já sabemos que a primeira sacrificada é a própria liberdade.

Aplausos do BE e de alguns Deputados do PS.

Não, Sr. Primeiro-Ministro, não somos todos pela paz. Porque as opções medem-se pelas acções, não por intenções. O senhor foi pela guerra. Fez a sua escolha. Nós fizemos a nossa.

E o Sr. Ministro Paulo Portas diz que a oposição queria que com esta censura Portugal ficasse sem governo, durante uma guerra. Mas, Sr. Ministro Paulo Portas, já que admite que, afinal, estamos em guerra, digo-lhe que Portugal ficou sem governo ainda antes desta guerra começar.

E quem participou num governo que vendeu armas ao Iraque não pode vir aqui acusar ninguém de estar do lado de uma ditadura e de alimentar a sua capacidade bélica.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Mais, Sr. Primeiro-Ministro, quem assinou documentos pela guerra para aparecer sob os holofotes dos media, quem recebeu os senhores da guerra em território nacional para ganhar uma ambicionada visibilidade internacional não pode chamar oportunista a ninguém. Quanto a oportunismo ou à instrumentalização dos sentimentos de que falava o Ministro Paulo Portas, Sr. Primeiro-Ministro, todos podíamos receber lições doutrinariais de si!

Enquanto chama oportunista à oposição, vem-nos falar de um director geral; enquanto se mata no Iraque, o senhor fala-nos de directores-gerais. Pobres daqueles que, perante a tragédia, se contentam na mesura.

Aplausos do BE.

E o Sr. Primeiro-Ministro está atrasado. Esqueceram-se de lhe dar as novas directivas. Já ninguém fala em desarmar o Iraque, já todos se esqueceram disso. Agora falam em libertá-lo, em decapitá-lo, em aterrorizá-lo.

E se o Sr. Primeiro-Ministro lesse, saberia que ainda Clinton estava no poder e já a extrema-direita americana pressionava para um ataque ao Iraque. Não falavam então nem de liberdade, nem de democracia, nem de armas de destruição maciça; falavam de petróleo, Sr. Primeiro-Ministro.

Dick Cheney escreveu, em 1998, num relatório sobre a estratégia norte-americana para o petróleo: «precisamos de uma estratégia política e militar destinada a derrubar Saddam e o seu regime. Os interesses vitais dos Estados Unidos da América o exigem.» E os interesses vitais, o actual vice-presidente norte-americano não o escamoteava, eram as reservas petrolíferas.

A verdade é que este Governo está a reboque da direita mais radical, da extrema-direita norte-americana.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — Depois, vêm falar-nos da construção de um Iraque moderado. Mas quem somos nós para decidir do futuro do Iraque? A democracia não se faz à bomba e não se serve em pedras tumulares.

Aplausos do BE.

A democracia faz-se nos países que a conquistam e pelos povos que por ela lutam. Os iraquianos não querem

esta democracia de *tomahawks*. Nunca nenhum povo quis ser dizimado para alcançar a sua liberdade. Nem os portugueses o quiseram quando Salazar os oprimia.

E que sinistro é ouvir os que se preparam para destruir um país falar já da das despesas da reconstrução, fazendo logo os negócios necessários para cobrar ao Iraque as despesas da guerra!

Vozes do BE: — Muito bem!

A Oradora: — O Sr. Deputado Telmo Correia perguntava o que teríamos, se não apoiassemos a intervenção. Eu digo-lhe o que teríamos: teríamos Portugal soberano e respeitador da Carta das Nações Unidas; teríamos Portugal batendo-se pelo Direito Internacional contra a guerra preventiva; teríamos Portugal jogando um papel construtivo na União Europeia; teríamos um Governo sintonizado com a esmagadora maioria dos seus cidadãos.

Aplausos do Deputado do BE João Teixeira Lopes.

Votaremos favoravelmente todas as moções, iremos convergir na censura, porque, independentemente do que nos divide, sabemos dar expressão à unidade dos portugueses que se formou contra esta guerra. Ela está nas ruas e nas praças! Ela estará aqui!

Escrevia Mia Couto, numa carta aberta a George Bush, que o inimigo principal dos Estados Unidos não está fora dos Estados Unidos mas, sim, dentro. Disse Mia Couto: «Eu gostaria de poder festejar o derrube de Saddam Hussein. E festejar com todos os americanos. Mas sem hipocrisia, sem argumentação e consumo de diminuídos mentais. Porque nós, caro Presidente Bush, nós, os povos dos países pequenos, temos uma arma de construção massiva: a capacidade de pensar».

Por isso, vos censuramos; por isso, dizemos «não»! Não somos cúmplices! Não somos neutros! Não pactuamos! Não anuímos! Em nosso nome, «não!».

Aplausos do BE, de pé, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Também para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo PSD/PP sai daqui, hoje, inequivocamente censurado, e esta censura não fica restrita à Assembleia da República, ela é de todos aqueles que, das mais diversas formas, se têm manifestado por este país fora, contra uma guerra que o Governo português, sem mandato de ninguém, decidiu apoiar, numa lógica de seguidismo absurdo em relação aos Estados Unidos da América.

O Sr. Bruno Dias (PCP): — Muito bem!

A Oradora: — A maioria PSD/PP não deixará ver aprovada, como é evidente, nenhuma das moções de censura apresentadas.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Claro!

A Oradora: — Porém, o facto de todos, todos sem exceção, os partidos da oposição terem apresentado uma moção de censura ao Governo é um facto inédito. é um facto de peso e bem demonstrativo da posição totalmente isolada em que se encontra o Governo de Portugal.

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Muito bem!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

A Oradora: — Este Governo está sozinho! Não é para mais, Sr. Presidente e Srs. Deputados! O Governo português escolheu ser protagonista desta guerra contra o Iraque, a qual deve envergonhar a Humanidade, porque em pleno século XXI ainda se recorre à força bruta, à morte indiscriminada de inocentes, que são as reais vítimas desta guerra, por motivos de interesses económicos estratégicos dos Estados Unidos, através do domínio de um território repleto de petróleo.

O objectivo não é de desarmamento, porque se fosse ter-se-ia dado o tempo pedido pelos inspectores da ONU para finalizarem o trabalho que estavam a realizar no terreno.

O Sr. Primeiro-Ministro, se fosse defensor da paz, tinha afirmado a necessidade de esgotar todas as vias pacíficas de resolução do conflito.

Os Estados Unidos ansiavam esta guerra, já não tinham paciência para mais negociações internacionais, as quais, para a Administração Bush, não representavam mais do que uma tentativa de mascarar de consenso a acção belicista que há muito estava decidida. Tornaram-no sempre claro! Fá-lo-iam contra tudo e contra todos! Avançariam sozinhos, e avançaram unilateralmente!

Esta guerra não tem fundamento, não é justificável, é uma acção hedionda que, à falta de outros argumentos, tomou a forma de guerra preventiva perante uma ameaça que, afinal, ninguém sabe ainda muito bem onde reside...

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Acha que não existe?!

A Oradora: — ... e cujos fundamentos ainda se procuram, em plena guerra já desencadeada.

Estados Unidos da América, Reino Unido e «satélites» seguidistas, como Portugal, violaram todos os compromissos internacionais: avançaram para uma acção belicista à revelia da ONU, sem mandato do Conselho de Segurança, negando o tempo de que os inspectores da ONU precisavam para objectivos de desarmamento.

Vozes de Os Verdes e do PCP: — Muito bem!

A Oradora: — É assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que esta guerra constituirá um marco: a partir de agora, não há mais valores de segurança no mundo, o futuro passou a ser uma incógnita. O mundo ficou, com esta guerra, mais fragilizado, mais inseguro.

O conceito de guerra preventiva, completamente contrário à Carta das Nações Unidas, sem cabimento em lado algum, servirá para agir, no futuro, como os Estados Unidos quiserem?! Quem os elegeu donos do mundo?! Que outras guerras preventivas se desencadearão no futuro?! E de onde virão elas?!

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — Bem perguntado!

A Oradora: — Esta é que é a paz definitiva prometida?!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este debate hoje ocorrido demonstrou uma grande pobreza de argumentação por parte do Governo. Lá se ouviu, mais uma vez, repetidamente, que esta é uma questão entre democracia e ditadura, quando, pelos vistos, não é nada disto que está em causa.

O Sr. Jorge Nuno Sá (PSD): — Então, o que é?!

A Oradora: — E, pelos vistos, a ditadura e a vossa concepção da democracia não têm pudor em matar o povo iraquiano.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — A questão está, afinal, entre a paz ou a guerra, e, hoje, ficaram muitas perguntas por responder. Por exemplo, durante o debate, não vi respondida uma pergunta, que fiz, sobre se o PSD e o PP também consideram, como Bush, que as mortes já ocorridas e as que ocorrerão constituem efeitos colaterais da acção belicista central.

Mortes e um drama humanitário é com o que se confronta o povo iraquiano neste momento, com falta de alimentos, com falta de medicamentos! Um povo aterrorizado! Um povo destroçado por uma ditadura e, agora, por mais uma guerra!

O Sr. Primeiro-Ministro disse lamentar as mortes ocorridas, e que vão, com certeza, continuar a ocorrer em grande número, mas contribuiu, Sr. Primeiro-Ministro, para essas perdas de vida. Nada fez para as evitar!

Protestos do PSD e do CDS-PP.

Hoje, chora «lágrimas de crocodilo»!

Aplausos da Deputada do PCP Odete Santos.

Vozes do PSD: — Tenha vergonha do que está a dizer!

A Oradora: — O mundo está assim, Sr. Presidente e Srs. Deputados! Enquanto uns se penteiam, se maquilham e treinam discursos,...

A Sr.^a Odete Santos (PCP): — E riem!

A Oradora: — ... outros, por ordem desses, morrem bombardeados. Isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, é uma vergonha!

Aplausos de Os Verdes, do PCP e do BE.

O Governo português agiu mal, muito mal, não procurou estar do lado da resolução pacífica dos conflitos. Desde o início que se colou à atitude unilateralista dos Estados Unidos e que não respondia às perguntas que lhe eram feitas. À pergunta «o que fazia se os Estados Unidos decidissem avançar unilateralmente, à revelia de tudo e de todos», sempre respondia que nada podia dizer para

não condicionar a decisão futura do Governo português. Porém, o Governo já sabia que, fosse qual fosse a decisão, estaria sempre colado ao império norte-americano. Por isso, assinou a «Carta dos Oito» e tratou de contribuir para a divisão da Europa. Curioso! Um Governo que, quando se vê confrontado com ameaças terríveis para Portugal, como a passagem de navios com plutónio junto ao nosso país, invoca sempre o direito internacional para nada fazer! Um Governo que defende este modelo de União Europeia com unhas e dentes, agora, esquece todos os compromissos e avança incondicionalmente atrás dos Estados Unidos. Um Governo que, pela cimeira dos Açores, colou Portugal à proclamação da guerra, pôs o País no centro do conflito bélico, que os portugueses não escolheram.

O Sr. João Teixeira Lopes (BE): — Muito bem!

A Oradora: — O Governo português violou de modo grosseiro a Constituição da República Portuguesa, que determina a não agressão e a solução pacífica dos conflitos internacionais.

Um Governo que se comporta assim merece ser censurado e deve ter consciência de que está totalmente isolado.

A nossa moção de censura é um expresso repúdio da atitude do Governo português face a esta guerra que deve envergonhar a Humanidade.

A moção de censura apresentada por Os Verdes, Sr. Presidente e Srs. Deputados, traz da Avenida da Liberdade, de tantas avenidas e de tantas ruas do País, de tantas casas e de tanta gente, uma mensagem expressa: para bem do mundo, é preciso que viva a paz! E este Governo não serve os propósitos da paz!

Como portugueses, devemos afirmar: em nosso nome, esta guerra não se faz!

Aplausos de Os Verdes, do PS, do PCP e do BE.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminado o debate, vamos proceder à votação das moções de censura, utilizando o novo sistema electrónico.

Chamo a atenção da Câmara que, como esta votação, de acordo com o Regimento, exige constitucionalmente uma maioria especial, a maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções, será feita por levantados e sentados e também por meio electrónico. Isto significa, portanto, que, quando pedir aos Srs. Deputados para exercerem o seu direito de voto, devem levantar-se e, simultaneamente, assinalar, no aparelho instalado nas respectivas bancadas, o seu sentido de voto.

Fui informado de que o Sr. Deputado António da Silva Preto não se encontra munido do seu cartão electrónico mas, neste momento, em cima da votação, os serviços não podem disponibilizar-lhe um cartão de substituição.

Hoje, não será necessário proceder à verificação do quórum, porque ele é óbvio e, além disso, como as votações serão efectuadas electronicamente e o resultado será apurado por cada um dos lugares, o quórum será perfeitamente comprovável, sem qualquer problema.

Vamos, então, votar, em primeiro lugar, a moção de censura n.º 1/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo

seu apoio ao desencadear de acções militares contra o Iraque de forma unilateral e sem apoio em resolução específica do Conselho de Segurança, apresentada pelo Partido Socialista.

Submetida à votação, não obteve a maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções necessária, tendo-se registado 116 votos contra (PSD e CDS-PP) e 109 votos a favor (PS, PCP, BE e Os Verdes).

Vamos, agora, votar a moção de censura n.º 2/IX — Ao XV Governo Constitucional por a guerra contra o Iraque violar a Carta das Nações Unidas e ser realizada à margem e contra o direito internacional, apresentada pelo Partido Comunista Português.

Submetida à votação, não obteve a maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções necessária, tendo-se registado 117 votos contra (PSD, CDS-PP e Deputados do PS) e 107 votos a favor (PS, PCP, BE e Os Verdes).

Passamos à votação da moção de censura n.º 3/IX — Ao XV Governo Constitucional pelo apoio à guerra ilegal dos Estados Unidos da América e do Reino Unido contra o Iraque, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Submetida à votação, não obteve a maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções necessária, tendo-se registado 118 votos contra (PSD, CDS-PP e Deputados do PS) e 107 votos a favor (PS, PCP, BE e Os Verdes).

Srs. Deputados, vamos proceder à votação da moção de censura n.º 4/IX — Ao XV Governo Constitucional pela sua atitude de apoio à intervenção militar dos Estados Unidos da América contra o Iraque à margem de qualquer resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, apresentada pelo Partido Ecologista «Os Verdes».

Submetida à votação, não obteve a maioria absoluta dos Deputados em efectividade de funções necessária, tendo-se registado 118 votos contra (PSD, CDS-PP e Deputados do PS) e 105 votos a favor (PS, PCP, BE e Os Verdes).

Srs. Deputados, a votação dos membros da Mesa foi feita em consonância com os respectivos grupos parlamentares, mas isso consta do registo electrónico.

O Sr. Deputado António da Silva Preto assinala à Mesa que, não tendo trazido, por lapso, o seu cartão electrónico, confirmou o seu voto com o do Grupo Parlamentar do PSD.

Com esta votação, chegámos ao fim dos trabalhos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP, de pé.

Protestos do PS, batendo com as mãos nos tampos das bancadas, e do PCP, do BE e de Os Verdes, gritando repetidamente o slogan «Paz sim, guerra não».

Srs. Deputados, informo a Câmara que deu entrada na Mesa a proposta de resolução n.º 137/IX — Renovação do mandato da Comissão Eventual para a Reforma do Sistema Político (PSD, PS, CDS-PP, PCP, BE e Os Verdes), que será votada amanhã.

A próxima sessão plenária realiza-se amanhã, com início às 15 horas, e terá, além do período de antes da ordem do dia, para eventuais declarações políticas e tratamento de assuntos de interesse político relevante, como ordem do dia a eleição de órgãos externos à Assembleia da República, o debate do projecto de resolução n.º 134/IX — Viagem do Presidente da República à Argélia, a discussão conjunta dos projectos de lei n.ºs 27/IX — Regime jurídico das terapêuticas não convencionais (BE) e 263/IX — Lei do enquadramento base das medicinas não convencionais (PS) e do projecto de resolução n.º 135/IX — Regulamentação da osteopatia (CDS-PP), bem como a discussão do projecto de deliberação n.º 16/IX — Adota medidas contra os efeitos do tabagismo activo e passivo (Os Verdes) e a apreciação do Decreto-Lei n.º 19/2003, de 3 de Fevereiro, que altera o Decreto-Lei n.º 364/99, de 17 de Setembro (Aprova o processo de reprivatização da GESCARTÃO, SGPS, S. A.) [apreciação parlamentar n.º 45/IX (PCP)]. Haverá ainda, à hora regimental, votações.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 10 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa, para publicação, relativas às moções de censura ao XV Governo Constitucional, apresentadas pelos Grupos Parlamentares do PS, do PCP, do BE e de Os Verdes.

A preservação dos valores éticos e morais das sociedades democráticas e o respeito pela dignidade da vida humana compromete a nossa acção e a nossa consciência na defesa incondicional da paz. Ninguém, verdadeiramente consciente destes valores pode advogar a guerra ou quaisquer actos de desrespeito pelo seu semelhante.

Em todo o mundo aqueles que, nas ruas e nos media, têm invocado o valor universal da paz falam assim em nosso nome. A paz é o valor mais sagrado da nossa civilização e para a sua defesa devemos estar dispostos a todos os sacrifícios. Infelizmente, independentemente das boas intenções, a paz e a segurança dos povos não dependem do colorido dessas manifestações.

Não nos cabe aqui, hoje, decidir da guerra ou da paz. Cabe-nos decidir sobre a virtude, a justiça e a legitimidade de um Governo que, em paz, teve de ponderar sobre assuntos de guerra.

São estas decisões difíceis, que marcam os momentos cruciais da história, testando as virtudes dos povos e as qualidades dos seus líderes. As convicções e a clarividência dos políticos são postas à prova quando as emoções do momento se elevam acima das suas vozes.

Desde sempre, o regime iraquiano de Saddam Hussein tem mostrado um profundo ódio aos valores da liberdade. O desrespeito total pela vida humana e pela paz são, de

facto, a única força de um regime brutal, erigido sobre a repressão e terror do seu povo.

Assumindo uma atitude egoísta, poderíamos continuar a ignorar estes factos. Poderíamos considerar que o sofrimento do povo iraquiano é, de facto, lamentável, mas que não nos diz respeito. Poderíamos, apenas por algum tempo, respirar fundo e continuar as nossas vidas.

Ao longo de 12 anos, o Iraque desrespeitou e ignorou as resoluções das Nações Unidas. Logo após a 1.ª guerra do golfo, as Nações Unidas identificaram os planos de Saddam Hussein para o desenvolvimento de armas de destruição maciça como uma séria ameaça para a região e para a paz mundial. Esta constatação resultou em acções concretas que instituíram equipas de inspectores de armamento e exigiram a apresentação, pelo regime, de informação detalhada relativamente a armas de destruição maciça. Ao longo de todo este tempo o Iraque boicotou sistematicamente o trabalho dos inspectores e apresentou sucessivos relatórios que as Nações Unidas reconhecem como sendo falsos. Depois de demasiados anos de enganos, a comunidade internacional unanimemente decidiu fazer aprovar a Resolução 1441 como a última hipótese concedida para o desarmamento pacífico do Iraque.

Admitir que, por mais esta vez, Saddam Hussein poderia continuar com as suas tácticas maquiavélicas de engano e ilusão equivaleria a condenar a Organização das Nações Unidas ao fracasso e à irrelevância total como garante da paz e segurança dos povos.

Aqueles que hoje defendem que não estavam esgotadas todas as vias pacíficas possíveis e que, portanto, ainda poderíamos esperar mais tempo decidiram colocar-se contra o espírito e a letra da Resolução 1441 das Nações Unidas e ignorar todo o negro historial do regime iraquiano, alimentando uma falsa divisão da comunidade internacional e servindo, admitimos que involuntariamente, os interesses do ditador.

Perante regimes párias ou Estados falhados, simplesmente não é possível assegurar a paz sem a garantia do uso da força em caso de ameaça contra a segurança global.

A paz e a segurança mundiais são valores universais que unem todas as forças políticas democráticas no nosso país e não devem ser usados como pretexto para exercícios de mobilização partidária. Compreendemos que alguns daqueles que, nesta Câmara, assumem a censura do Governo e condenam o desarmamento do Iraque pela força nunca acreditaram verdadeiramente nos valores da democracia e, portanto, mantêm coerência com os seus princípios. Outros, infelizmente com mais responsabilidades, assumiram uma atitude puramente demagógica e tentam obter ganhos partidários com esta grave crise mundial. Caberá à história o sereno julgamento dos seus actos.

Em nome da solidariedade europeia e transatlântica, que garantiu a paz dos últimos 50 anos na Europa Ocidental, o Governo português apoiou os seus aliados e explorou todas as legítimas possibilidades para uma solução pacífica desta crise. Contudo, o caminho tranquilo para a paz estava, como sempre esteve, nas mãos de Saddam Hussein. Tal como aconteceu ao longo de 12 anos, este escolheu o caminho de sempre, mas desta vez, sob pena de ser tarde demais, a sua atitude não poderia ficar sem resposta.

Decidimos, assim, que, no apoio concedido aos seus aliados, este Governo e o seu Primeiro-Ministro, agiram com virtude, com justiça e total legitimidade, merecendo por isso o nosso aplauso e o apoio incondicional desta Câmara.

O Deputado do PSD, *Miguel Coleta*.

Votámos favoravelmente as moções de censura apresentadas pelo PCP, pelo BE e por Os Verdes.

A censura ao Governo português, pelo activo e reiterado apoio a esta acção militar, é o conteúdo útil de todas as moções de censura apresentadas pelos vários grupos parlamentares.

Importa, porém, ressalvar que não subscrevemos a totalidade dos «considerandos» das restantes moções de censura, designadamente a proposta de não autorização pelo Governo português de utilização da base das Lajes (BE), independentemente da necessidade das informações a dar pelo Governo sobre os fundamentos e condições da referida utilização nas actuais circunstâncias, à luz do mecanismo de autorizações casuísticas, previsto no Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos da América de 1995.

Pelas razões já apontadas e porque o voto não incide nos considerandos mas apenas na moção de censura, votámos favoravelmente todas as moções apresentadas.

O Presidente do Grupo Parlamentar do PS, *António Costa*.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

António Paulo Martins Pereira Coelho
Arménio dos Santos
Carlos Jorge Martins Pereira
Jorge José Varanda Pereira

Partido Socialista (PS):

Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
José Alberto Sequeiros de Castro Pontes

Partido Popular (CDS-PP):

Álvaro António Magalhães Ferrão de Castello-Branco

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Social Democrata (PSD):

Eduardo Artur Neves Moreira
Maria Teresa Pinto Basto Gouveia

Partido Socialista (PS):

João Rui Gaspar de Almeida
Luís Manuel Carvalho Carito



Depósito legal n.º 8818/85



5 601147 000240

27033

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, € 0,05 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

PREÇO DESTE NÚMERO (IVA INCLUIDO 5%)

€ 3,40